UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

RICARDO GILSON DA COSTA SILVA

DINÂMICAS TERRITORIAIS EM RONDÔNIA:
conflitos na produção e uso do território no período de 1970-2010

SÃO PAULO

2010

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

**Dinâmicas Territoriais em Rondônia:
conflitos na produção e uso do território no período de 1970-2010**

Ricardo Gilson da Costa Silva

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Mónica Arroyo

SÃO PAULO

2010

FOLHA DE APROVAÇÃO

Ricardo Gilson da Costa Silva

**Dinâmicas Territoriais em Rondônia:
conflitos na produção e uso do território no período de 1970-2010**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor, no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, avaliada pela seguinte Banca Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Maria Mónica Arroyo
 Departamento de Geografia (USP)

 Profa. Dra. Rosa Ester Rossini
 Departamento de Geografia (USP)

 Prof. Dr. Hervé Théry
 Departamento de Geografia/Cátedra Pierre Monbeig (USP)

 Profa. Dra. Júlia Adão Bernardes
 Departamento de Geografia (UFRJ)

 Prof. Dr. Dorisvalder Dias Nunes
 Departamento de Geografia (UNIR)

São Paulo, 2010.

A minha querida esposa Flávia e, com carinho, as
mulheres brasileiras, pela nossa primeira
Presidenta.

“É o uso do território (...) que faz dele objeto de análise social. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco da alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco da renúncia ao futuro. A interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território.”

Milton Santos
(1926-2001)

Apresentação e Agradecimentos

Todo trabalho de pesquisa tem suas complicitades. O pensamento para existir necessita da solidão e do isolamento para que o raciocínio e a razão possam manifestar-se. Para essa tarefa o diálogo também é necessário, assim como, as trocas de saberes, as conexões do ato comunicativo que alimenta o pensamento.

Esse foi o nosso esforço. Pensar as transformações de Rondônia a partir do território, dos atos comunicativos com os sujeitos sociais, mas também, com a observação de um morador deste meio geográfico. Como categoria analítica o território contribui para desvendar as tramas sociais que lhe enche de vida, e os conflitos que produzem caminhos, projetos, sentidos e idéias.

Rondônia experimentou um conjunto de políticas territoriais que transformou seu meio geográfico. Com a “mão” do Estado, em quatro décadas, o que era apenas uma linha no território, uma passagem, um pequeno povoado, ostenta atualmente porte de cidade média, esboçando toda uma pujança em tão pouco tempo. Assim, representam as cidades pioneiras de Rondônia.

Ministrando a disciplina de Geografia de Rondônia, dialogamos com estudantes sobre a “atualidade” do território que se modifica subitamente. Alguns desses estudantes vivenciaram, nas décadas de 70 e 80, os processos estruturantes que modelaram o estado de Rondônia. É comum, na imprensa regional e nas *falas* dos agentes sociais, a expressão “pioneiros”, pois, sob a ótica desses agentes esta “palavra-conceito” melhor retrata aquele momento de “desbravamento” e descoberta do território e da Amazônia.

As contribuições dos geógrafos e geógrafas que pesquisaram a Região Amazônica nos foram proveitosa. Várias idéias expostas nesta tese são tributárias desses diálogos. Dessa forma, nosso esforço visou compreender a formação territorial em dois momentos, que guardam sua especificidade e suas complementaridades.

No primeiro momento, as transformações do território ocorrem pela ação do Estado, em específico, do Governo Federal. Foram instalados projetos de colonização agrícola, redes de cidades e de circulação e, o mais importante, o fluxo migratório. Esses processos estruturaram o território de Rondônia. O segundo momento atesta a globalização econômica. A monocultura, a regionalização produtiva e a expansão da pecuária são fatores que modificam o território sob a ótica do capital. Resulta, pois, a fragmentação territorial na medida em que essas atividades estão cada vez mais interdependentes dos mercados nacional e internacional, submetendo as dinâmicas locais às variáveis globais.

Pensar esses processos levou-me a reconhecer o quão diferentes são os lugares e a vida que os anima. Da grande empresa ao minifúndio, da pequena cidade a cidade média, tudo isso me permitiu, ainda com limitações, verificar a riqueza que a ciência geográfica produziu nessas últimas décadas. Por isso, algumas pessoas foram importantes neste trabalho, ainda que não lhes caiba quaisquer responsabilidades sobre o texto.

Agradeço a professora Rosa Ester Rossini pelas oportunidades e agradáveis diálogos durante todo esse tempo. A professora Mônica Arroyo, minha orientadora, a qual sempre me oportunizou boas orientações e vivências acadêmicas.

Devo agradecer aos colegas da Pós-Graduação, Márcio, Samarone, Fabiano e Rovaine pelos bons diálogos e cafezinhos. Aos colegas do Laboplam (USP), pela recepção e orientação que precisei. Em especial, a Daniel Huertas.

Aos colegas do Laboratório de Geografia e Planejamento Ambiental (UNIR), aos quais manifestei desde cedo as idéias que conduziram esse estudo, e que me fizeram observar outros processos territoriais: Prof. Dorisvalder e Prof. Tuninho. Em especial, ao grupo de estudo do Projeto Observatório Sociedade e Território: Madalena, Aldina, Diego, Ângela, Cleyton e Débora. Incluo nesse rol as colegas Ivonete e Josélia, pelas boas recomendações nos momentos difíceis.

Acompanharam-me ao término desse trabalho três valorosas companheiras: Janaína, Débora e Ângela. Agradeço a fundamental colaboração, pois, seria difícil terminar este estudo sem a ajuda de vocês.

Ao Programa de Pós-Graduação de Geografia da USP, pela oportunidade, aprendizagem e contribuição em minha formação.

A minha querida Flávia, um beijo.

RESUMO

Dinâmicas Territoriais em Rondônia: conflitos na produção e uso do território no período de 1970-2010

A proposta desta tese é explicar o estado de Rondônia a partir das dinâmicas territoriais estruturantes, no período de 1970 à 2010. O caminho percorrido partiu das determinações históricas e geográficas que se manifestam no processo de acumulação e transformação do território pelo trabalho social. O estudo aponta que Rondônia vivenciou dois processos de organização do território com focos diferentes, sendo complementares e contraditórios. No primeiro momento (1970-1995), a trajetória assumida se deu com a ação do Estado e suas agências institucionais, na formação de uma coerência territorial cujo objetivo macro foi a construção de um tecido funcional em meio a um escasso processo econômico e populacional, desdobrando-se na produção e expansão do território estatal. O segundo momento se desdobra no período pós 1995, alimentado por novos usos do território composto por um conjunto de atividades produtivas que amplia a escala de ação e de realização dos principais processos econômicos. Comparece com mais fervor a ação do capital individual (grandes empresas) nas atividades econômicas de transformação da base primária, na formação de agroindústrias com volume e escala de produção, alargando o contexto social dos lugares e do território. No primeiro momento, sob a égide do Estado, a produção literal do território é proeminente manifestada na formação de cidades, colonização, migração, nos eixos rodoviários, e no fomento ao modelo agropecuário de base familiar. Posteriormente, o território se constitui com uma coerência funcional para o capital, alimentado por atividades econômicas cuja escala geográfica produz uma fragmentação territorial. Nesta situação, evidencia-se a nascente agricultura capitalista e a agroindustrialização como processo mobilizadores no campo e na cidade. A ação do capital é fragmentadora do território, ao passo que a do Estado busca uma densidade e articulação no seu conjunto. Como resultado manifesta-se a simultaneidade como elemento estruturante do território.

Palavras-Chave: Território, Escala Geográfica, Rondônia, Dinâmicas Territoriais, Amazônia

ABSTRACT

Territorial dynamics in Rondônia: conflicts in the use and production of territory during 1970-2010

The purpose of the thesis is to explain the federal unit Rondônia from the structuring territorial dynamics in the period of 1970-2010. We departed from historical and geographical determinations which manifested in the accumulation and transformation of the territory by the social labour. The study point out that Rondônia was submitted to two processes of territorial organisation with different – complementary and contradictory – focuses. In the first moment, (1970-1995), the trajectory was implemented by the state action and its institutional agencies in the formation of a territorial coherence which macro-objective was the building of a functional net in the middle of a scarce economic and population process, ending in the production and expansion of the state territory. The following moment happened in the post-1995 epoch made by a joint of productive activities which amplified the scale of action and of realisation of the major economic activities in the territory. It is more evident the action of the individual capital (great business) in the primary-transformative productive activities, in the formation of agribusiness with volume and scale of production, enlarging the social context of places and of territory. In the first moment, under the auspices of the state, the literal production of territory is more evident and it is manifested in the creation of cities, in colonisation of lands, in migrant flows, in road axis and support of small-scale agropecuary. Lately, the territory was constituted as a functional coherence for the capital, feed by economic activities whose geographical scale produced the territorial fragmentation. In this above-mentioned situation, it is clear the new-born capitalistic agriculture and the agro-industrialisation as dynamic processes in the rural and urban dimension. The capital action fragments the territory whilst the state action searches a density and articulation in its total, even if in contradiction in those actions. Manifests a simultaneity and selectivity time-space as a structuring element of the territory.

Key-words: Territory, Geographical scale, Rondônia, Territorial dynamics, Amazon region.

Listra de Ilustrações

Mapas

Mapa 1 - Rondônia: Divisão Política (2010)	25
Mapa 2 - Empresas no ramo da agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal na Amazônia (2006)	58
Mapa 3 – Amazônia: máquinas e implementos agrícolas nos estabelecimentos agropecuários (2006)	74
Mapa 4 – Amazônia: distribuição da produção de soja (2008)	77
Mapa 5 – Amazônia: distribuição da pecuária (2008)	77
Mapa 6 – Amazônia: extração de madeira (2008)	78
Mapa 7 – Rondônia: tipologia da formação das cidades (2010)	119
Mapa 8 - Sistema fluvial Madeira-Mamoré-Guaporé	120
Mapa 9 – Rondônia: rede rodoviária Federal e Estadual (2007)	151
Mapa 10 – Rondônia: rede rodoviária Municipal (2007)	151
Mapa 11 - Produção de grãos em Rondônia - 2007 (ton.)	179
Mapa 12 - Rondônia - relação estabelecimentos rurais e tratores (2006)	180
Mapa 13 - Rondônia – distribuição de armazéns e silos (2009)	181
Mapa 14 - Rondônia - variação da pecuária bovina 1995-2007 (%)	185
Mapa 15 - Rondônia – distribuição da pecuária de corte e leiteira (2009)	187
Mapa 16 - Rondônia – produção de madeira 2007 (m ³)	190
Mapa 17 - Rondônia: variação da população rural – 2000/2007 (%)	195
Mapa 18 - Rondônia: população urbana e taxa de urbanização – 2007 (%)	197
Mapa 19 - Dinâmicas Territoriais em Rondônia	201
Mapa 20 – Sistema de transporte da soja na Amazônia	226
Mapa 21 – Rondônia: rede bancária privada (2010)	227
Mapa 22 – Rondônia: rede bancária pública (2010)	227

Gráfico

Gráfico 1 – Rondônia: comparação da utilização da terra (1970-2006)	80
Gráfico 2 – Crescimento da população na Amazônia (período 1970-2007)	110
Gráfico 3 – Rondônia: crescimento do rebanho bovino (1991-2007)	184
Gráfico 4 – Rondônia: extração de madeira (2007)	189

Quadros

Quadro 1 - Agentes Territoriais em Rondônia	27
Quadro 2 - Periodização das dinâmicas territoriais em Rondônia (1970-2010)	29
Quadro 3 - Trabalhos de campo nos municípios de Rondônia	30
Quadro 4 - Instituições visitadas na pesquisa de campo	31
Quadro 5 – Áreas Geoeconômicas da Amazônia Brasileira	56
Quadro 6 - Número de cidades na Região Norte e Estado do Mato Grosso (1950-2000)	113
Quadro 7 - Tipologia Genética da rede de Cidades de Rondônia	118
Quadro 8 – Frente de expansão territorial em Rondônia (Período 1980/90)	132
Quadro 9 - Organização e Tipologia da Rede Rodoviária Federal	144

Figura

Figura 1 – Eixos de ontem, de hoje e de amanhã	86
Figura 2: Áreas de Colonização pública e programas especiais na Amazônia (1960-1980)	106
Figura 3: Localização dos Projetos de Colonização em Rondônia (1984)	125
Figura 4: Região Norte: linhas regulares de navegação fluvial (1970)	140
Figura 5: Geopolítica Pan-Amazônica	142
Figura 6: Rodovia BR-364 ligando São Paulo, Rondônia e Acre	145
Figura 7: Imaginário geográfico da BR-364	148
Figura 8: Psicosfera da integração territorial da BR-364	150
Figura 9 – Território e transformações geográficas	175

Tabela

Tabela 1 – Amazônia: crescimento e variação populacional (1970-2007)	111
Tabela 2 – Rondônia: crescimento populacional, urbano e rural (1970-2007)	116
Tabela 3 – Primeiras Cidades de Rondônia (1970)	120
Tabela 4 - Rondônia: crescimento da população urbana e rural (1980)	123
Tabela 5 - Volume de migração Interestadual por Microrregiões	125
Tabela 6 - Número de estabelecimentos agropecuários em Rondônia (Unidades)	127
Tabela 7 - Rondônia: crescimento da população urbana e rural (1991)	129
Tabela 8 - Volume de Migração Intra-estadual por Microrregiões	131
Tabela 9 - Rondônia: crescimento da população urbana e rural (2007)	134
Tabela 10 - Sistema Rodoviário em Rondônia (Km)	152
Tabela 11 – Rondônia e Eixo Urbano: dados populacionais – 2007	196
Tabela 12 – Rondônia e Eixo Urbano: dados PIB – 2006	199

SUMARIO

INTRODUÇÃO	15
1.1 – Caminhos do estudo	15
1.2 – A construção do objeto da pesquisa	18
1.3 – Objetivos	23
1.4 – Metodologia	26
1.5 - Procedimentos técnicos da pesquisa	30
 PARTE I - ESPECIFICIDADE GEOGRÁFICA DE RONDÔNIA NA AMAZÔNIA	35
<i>Introdução – Caminhos conceituais</i>	36
Capítulo 1 – Território e transformações geográficas na Amazônia brasileira	41
Capítulo 2 – Amazônia, fronteira agrícola e escala geográfica	52
Capítulo 3 – Colonização e fronteira agrícola: a especificidade geográfica de Rondônia	68
 PARTE II - RONDÔNIA E A EXPANSÃO DO TERRITÓRIO ESTATAL (1970 - 1995)	83
Capítulo 4 – A Colonização como produto da ação territorial do Estado	84
4.1 - A natureza da Colonização na Amazônia	84
4.2 – Frente de expansão e frente pioneira na transformação do território	92
4.3 – Fronteira agrícola e sua funcionalidade geográfica	99
Capítulo 5 – Das margens do Madeira ao interior da selva: a ação do Estado na formação do território	109
5.1 – A interiorização urbana e a organização espacial das cidades	109
<i>Primeiras Cidades</i>	119
<i>Cidades Pioneiras</i>	121
<i>Cidades de Expansão da Colonização</i>	129
<i>Adensamento Interiorano</i>	133
5.2 – A Rodovia BR-364 e as conexões geográficas de Rondônia	135
5.3 - Eixos de circulação e a nova simetria produtiva do território	146
 PARTE III – RONDÔNIA COMO TERRITÓRIO DE EXPANSÃO DO CAPITAL (1995-2010)	156
Capítulo 6 – O território no período contemporâneo	157
6.1 - As novas funcionalidades do território	157
<i>Território, Campo e Cidade</i>	164

Capítulo 7 – o acontecer solidário no território	168
7.1 - Dinâmicas territoriais em Rondônia: o campo e o acontecer solidário	168
<i>Regionalização produtiva do território</i>	178
<i>Expansão da fronteira agropecuária</i>	183
<i>Urbanização e formação do Eixo Urbano</i>	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS	207
REFERÊNCIAS	211
Apêndice I	226
Apêndice II	227

1 – INTRODUÇÃO

1.1 – Caminhos do estudo

A proposta desta tese é explicar as transformações em Rondônia a partir das dinâmicas territoriais. Para logarmos esse objetivo o caminho percorrido partiu dos condicionamentos históricos e geográficos que se manifestaram no processo de acumulação e transformação do território pelo trabalho social.

Ao trabalharmos com variáveis externas e internas que originaram um quadro geográfico com lentas e abruptas mudanças em sua estrutura territorial, constatamos que nesses últimos quarenta anos (1970 a 2010) Rondônia experimentou um conjunto de transformações sociais, econômicas e territoriais manifestadas com diferentes intensidades fruto do avanço do capitalismo na fronteira brasileira. Não seria exagero afirmar que, no âmbito das políticas públicas, Rondônia serviu como um verdadeiro laboratório social e territorial do Estado.

Um tropel de processos sociais e econômicos conduziu à formação de um território que comporta temporalidades, espacialidades diferenciadas e contraditórias, constituído de tempos pretéritos e tempos contemporâneos, moldando suas funcionalidades cujo conteúdo estrutural fragiliza sua coerência regional.

Por esse caminho, qual seria essa nova produção da diferença e da desigualdade que tem no território seu substantivo social? A tese aponta que, ao

longo desses anos, Rondônia vivenciou dois processos de organização do território com concepção diferente, sendo complementares e contraditórios.

No primeiro momento (1970-1995), a trajetória assumida se deu, sobretudo, com a ação do Estado e suas estruturas institucionais, como agente territorial público, na formação de uma coerência territorial cujo objetivo macro foi a construção de uma estrutura funcional em meio a um frágil processo econômico e populacional, que desdobrou-se na produção e expansão do território. Tem-se a expansão do território de natureza *estatal* que possibilitou uma maior presença do Estado e seus órgãos na fronteira amazônica.

O segundo momento (1995-2010) foi alimentado por novos usos do território, composto por um conjunto de atividades produtivas que ampliaram a escala de ação e de realização dos principais processos que tecem esses usos e seus significados. A ação do capital individual (grandes empresas) comparece com mais fervor nos setores produtivos de transformação da base primária, a exemplo da formação de agroindústrias com volume e escala de produção, alargando o contexto social dos lugares e do território.

Apoiados pelo Estado, por meio dos clássicos instrumentos de políticas públicas e considerando os ventos da expansão econômica no mercado mundial, os agentes privados assumem um protagonismo maior na cena regional que coopta os agentes econômicos menores (fazendeiros, agricultores) na produção de uma nova hegemonia na dinâmica do território. Essa cooperação realiza-se com a fragmentação de processos econômicos e territoriais.

Assim, a tese que esboçamos aponta que as dinâmicas territoriais em Rondônia são resultados de dois processos de produção e organização do território.

Está em construção os projetos dos agentes para com o território, o que resulta em funcionalidade territorial díspares: uma capitulada pelo Estado (expansão e integração do sistema territorial) e outra com o protagonismo do Capital (fragmentação do território).

A primeira, a produção literal do território é proeminente, manifestada na formação de cidades e núcleos urbanos, na migração populacional e no fomento à agricultura camponesa; Portanto, de um meio geográfico natural para um meio geográfico técnico com incipiente atividade econômica focada no trabalho de milhares de famílias migrantes e investimentos na formação de sistemas de objetos do território.

O território se (re)constitui com uma coerência funcional do capital, alimentado por atividades econômicas cuja escala geográfica ampla produz uma fragmentação territorial. Neste segundo momento, evidencia-se a nascente agricultura capitalista e a agroindustrialização da base primária como processos motores que ampliam as complementaridades entre campo e cidade. A presença de grandes capitais, a exemplo dos grupos JBS-FRIBOI, Cargill, Amaggi, que são os agentes territoriais econômicos protagonistas desse novo período. Mas não se deve desprezar o papel do Estado, principalmente, como indutor de políticas públicas com rebatimentos territoriais importantes.

A coerência funcional do *Capital* é fragmentadora do território, ao passo que a do Estado busca construir uma densidade e articulação no seu conjunto, este assumindo as contradições inerentes ao processo, sobretudo, quando se refere à elaboração e execução de políticas inerentes à agricultura camponesa e às populações tradicionais. Ocorre que essa fragmentação promovida pelo capital não

alcança uma totalidade social e territorial, ensejando vários processos de desigualdade sócio-territorial. Os conflitos esboçam elementos contemporâneos da transformação do território em múltiplas escalas geográficas. São conflitos que encorpam processos locais, regionais, nacionais e internacionais ampliando a espessura da cena social que substantivam o território.

1.2- A construção do objeto da pesquisa

Propomos nesta tese estudar as relações particulares e concretas empíricas no território, em que se evidencia a presença de atividades produtivas, emergentes no contexto regional, expoentes da penetração de capitais modernizados que expressam uma natureza multiescalar em regiões periféricas, como em Rondônia, na Amazônia brasileira.

Incorpora-se à leitura a escala geográfica como tempo social e histórico, o qual possibilita pensar os processos geográficos com a noção de evento, que nos serve como uma matriz do tempo e do espaço e que comparecem como idéias e fatos (SANTOS, 1996). Os fenômenos geográficos têm uma composição histórica que apresenta certas particularidades nos lugares, cuja divisão está na escala das forças operantes – *a escala dos agentes* - e na escala do fenômeno, a área geográfica de sua manifestação.

Nessa perspectiva, o campo de investigação gravita na compreensão do *território usado* como expressão e materialização dos projetos contraditórios da sociedade. Discute-se as dinâmicas territoriais como processos mobilizadores das

transformações sociais que pautamos neste estudo, no âmbito da geografia regional, urbana, agrária e econômica.

As dinâmicas territoriais que configuram os sentidos, as ações e os projetos políticos que se manifestam em diversas tipologias de usos do território em Rondônia, movimentam-se nos seguintes eixos analíticos:

- a) A formação de novos circuitos produtivos e os respectivos círculos de cooperação das atividades modernizadas no campo e na cidade;
- b) O acelerado processo de concentração espacial da urbanização com a formação de *cidades do campo*;
- c) A mobilidade espacial da população via aumento da migração intra-estadual;
- d) A expansão da fronteira agrícola interna com a densidade dos conflitos sócio-territoriais e (re)significação da natureza;
- e) A nova centralidade da cidade de Porto Velho, como função política e econômica do estado de Rondônia e de capital regional em termos de hierarquia de redes de cidades.

Esses eixos são os novos feixes da modernização do capitalismo globalizado que se verifica na periferia do sistema. As novas agroindústrias e suas respectivas localizações, a especialização produtiva dos lugares, a transformação do espaço agrário derivado da ampliação do agronegócio dos grãos e da pecuária de corte, a ampliação da circulação em escalas geográficas diversas ditam o movimento da sociedade em sua configuração territorial presente.

Essas contradições se condensam nas ações políticas dos diversos agentes como *campo de forças*, onde a escala de ação dos agentes territoriais públicos e privados (econômicos) engendram as condições para uma reestruturação territorial, principalmente quando se considera que na atualidade essas atividades estão cada vez mais interdependentes e portadoras de razão e escala globalizada.

No conjunto dessas dinâmicas territoriais denota-se, primeiramente, a produção do espaço como condição de reprodução ampliada do capital, portanto, como a formação de novas geografias, com novas desigualdades espaciais (HARVEY, 2006). Tal perspectiva sugere que a incorporação de espaços produtivos aos fluxos globalizados implica no avanço de capitais também em áreas periféricas, as quais contribuem com a expansão e reprodução do capital. Converge assim na análise geográfica a *gestão de formas estruturais* capazes de criar capacidade de circulação nas áreas produtivas, conectando-as com outros mercados.

Esses objetos fixos¹ são formas-conteúdo (SANTOS, 1996), portadoras de dimensões político-econômicas que ampliam a escala de ação e projeção das ações dos sujeitos dessas objetivações. Então, processa-se uma renovada materialidade composta por sistemas de objetos e sistemas de ações que resulta no aprofundamento de diferenciação espacial regional, dado que o produto dessas ações se relaciona diretamente às dinâmicas dos espaços da globalização.

No ponto de vista dos apontamentos da realidade objetiva, o processo de avanço dos espaços da globalização na fronteira amazônica tem em Rondônia a formação do meio técnico-científico-informacional como processo empírico desse período histórico. A natureza qualitativa dessas transformações reside, entre outras variáveis, na constatação de que um conjunto de atividades produtivas, antes com graus de independência na escala geográfica local e regional, passa a compor uma tessitura em que a interdependência é crucial na sua conformação e, como resultado, na própria mudança substancial do espaço.

¹ Santos (2008 [1988], p. 85-87) desenvolver a noção de espaço como ação e movimento. A materialidade do espaço resulta na composição de elementos fixos e fluxos. Toda ação e todo movimento requer objetos que garanta a mobilidade de massas, informações, pessoas e capitais (fluxos). Desse modo não há fluxos sem fixos, pois os fixos cumprem uma funcionalidade que permite a ação e o movimento como conteúdos do espaço

Em Rondônia o avanço da economia de escala no espaço rural, cuja transformação no processo produtivo alicerça o modelo tecnológico e territorial do agronegócio, traduz-se na modernização produtiva da pecuária de corte e da produção de grãos, principalmente soja. Sua dinâmica vincula-se aos movimentos de uma demanda externa, sobretudo do mercado global, configurando-se em um território das forças do capital. Como resultado espacial eclode uma pressão sobre a política estadual de ordenamento territorial - o Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico (ZSEE) - gerando conflitos sócio-territoriais em áreas já consolidadas, a exemplo das Unidades de Conservação e Terras Indígenas², assim como, uma rápida convergência à concentração fundiária que resulta numa migração intra-estadual, no fluxo campo-cidade e campo-campo, e na configuração de uma rede urbana cujos municípios centrais têm funcionalidades espaciais distintas e (re)estruturadas.

Nos últimos 40 anos, Rondônia constituiu-se num verdadeiro laboratório de políticas públicas, em função da intervenção estatal e dos processos econômicos e sociais que dinamizaram sua configuração geográfica. Objeto e condição de poder econômico, social e político, seja no plano das atividades produtivas, como em suas normatizações, o território é testemunho das necessidades geográficas da sociedade no seu curso histórico.

Aqui, a aceleração contemporânea (SANTOS, 1994) se realiza no conjunto de mudanças que unem dialeticamente o passado e o presente, tempo e espaço, natureza e sociedade. O território é testemunho e revelador das ações, dos projetos,

humano, daí que as formas e/ou os objetos não são destituídos do conteúdo histórico que a sociedade lhe deposita.

² As extrações ilegais de madeira, tráfico de animais silvestres, redução das áreas protegidas, extração de diamantes constituem as principais pressões nas UC's e T.I em Rondônia.

dos conflitos e cabe à geografia discutir sua relevância a luz dos processos contemporâneos que lhe dão forma e conteúdo social.

Investigar tais processos torna-se relevante nas seguintes perspectivas. Primeiro, propõe-se compreender e tornar inteligível no âmbito da ciência geográfica umas das características fundamentais no atual período histórico que é a multiescalaridade dos eventos, que só se realiza pela transformação substantiva do território. Essas transformações complexificam as densidades do espaço geográfico. O caminho teórico que alicerça essa questão é a formação e expansão do meio técnico-científico-informacional, considerando as dinâmicas territoriais que o configuram. Se nosso desafio for correto, renova-se a geografia como disciplina da explicação do espaço humano, com o acréscimo conceitual no seu corpo epistemológico, enriquecida a partir da análise de realidade objetiva.

Segundo, no exame da realidade objetiva, busca-se aprofundar o conhecimento da realidade regional que se expressa como processo empírico do mundo fazendo-se nos lugares, revelando o território em suas tramas. No caso específico, o recente Estado de Rondônia irrompe atividades econômicas modernizadas com outras que não estão diretamente ligadas a esses circuitos produtivos, mas que se chocam e se completam no *espaço banal*, o espaço de todos (SANTOS, 2000). Neste caso, as *verticalidades* e *horizontalidades* são composições concretas dessa trama territorial que abriga os mais variados e contraditórios projetos dos grupos que, teleologicamente, disputam o território, gestando outros usos e papéis.

Por serem sistêmicos os novos arranjos dos objetos geográficos são também multiescalares e comportam as ações políticas, cujo funcionamento encorpa

as interdependências do território. Na medida em que os fenômenos cristalizam essas transformações, deve-se ater aos conflitos decorrentes, compreendidos a partir dos processos que modelam o território.

Assim, Rondônia apresenta tanto as dinâmicas geográficas da globalização como as políticas territoriais locais/regionais, a exemplo do Zoneamento Territorial, cujas contradições e conflitos parecem desenhar as fragmentações do território. No território gravitam as atividades produtivas com “foco” global e atividades com “foco” local, gestando um excludente processo de diferenciação espacial.

Esse mosaico social e territorial é produto das transformações mais amplas vivenciadas no Brasil em seu vasto e complexo território. Cristalizam-se as diversas escalas de realização e as escalas de seu comando, que resultam em composições e feições territoriais contraditórias, ora marcadas pelas complementaridades, ora pelos conflitos exponenciais nos diversos usos do território, como tem sido a Amazônia brasileira nessas últimas décadas, na qual Rondônia é um resultado.

1.3 – Objetivos

O fio condutor deste estudo busca entender o fenômeno geográfico no período técnico-científico-informacional, caracterizado pelas realidades territoriais que aproxima variáveis internas e externas no meio social, dando-lhes forma, movimento e novos significados territoriais.

A situação geográfica³ em discussão pauta-se na investigação dos novos usos do território, a partir da análise das manifestações do processo de globalização

³Entende-se por situação geográfica “um resultado do impacto de um feixe de eventos sobre um lugar e contém existências materiais e organizacionais. Inovações técnicas e novas ações de empresas de força diversa, dos

(como movimento histórico) na dinâmica territorial do Estado de Rondônia (realidade concreta/objetiva), problematizando os feixes de forças territoriais que engendram uma nova geografia do campo e da cidade.

Optamos, metodologicamente, focar a análise no nível regional e local, elegendo os eixos norteadores, ou seja, as variáveis que permitem como conjunto coerente atingir uma leitura da totalidade das dinâmicas territoriais que se condensam em Rondônia.

O caminho escolhido nesta pesquisa dá ênfase aos estudos com enfoque particular e empírico da realidade de Rondônia, analisando os processos relevantes e representativos desse momento histórico de modernização e transformação do território que, por conseguinte, redefinem a realidade regional.

Neste percurso, os *objetivos específicos* deste estudo são:

1. Analisar a especificidade geográfica de Rondônia no âmbito das transformações territoriais que se desenvolvem na Amazônia brasileira;
2. Problematizar as escalas geográficas e as práticas espaciais dos agentes que engendram as dinâmicas territoriais;
3. Analisar os processos geográficos gestados pelo Estado e pelo Capital na organização do território, identificando as lógicas e as contradições que movimentam as transformações em Rondônia;
4. Explicar a formação dos nexos funcionais do território (campo e cidade), relacionando-os à produção de novas desigualdades sócio-espaciais.

1.4 - Metodologia

A análise deste estudo parte da compreensão do atual processo histórico, cuja dinâmica motora é o processo de globalização, discutido como um período técnico-científico-informacional (SANTOS, [1985]2008, [1994] 2007, 1996). Neste, o espaço geográfico é profundamente marcado pela revolução tecnológica nas variadas dimensões da relação social, em que a globalização produz esses campos de possibilidades, constituindo uma geografia nova.

Nossa investigação parte da análise e identificação dos elementos potenciais que engendram a reestruturação do *território usado*, cuja composição se inscreve na formação de novas estruturas (fixos) que possibilita a emergência de novas ações e fluxos, o que torna o território mais fluído e poroso (ARROYO, 2001), portanto, permeável às ações constitutivas de escalas geográficas amplas. Subjacente aos eixos analíticos, as noções geográficas de *técnica e política* proposta por Santos (1996, 2000) são instrumentos valiosos para pensarmos as tramas territoriais dos agentes, a partir de uma periodização do território e, respectivamente, as produções de formas-conteúdos constituintes desse processo.

Um passo importante é a visibilidade dos *agentes territoriais*, considerando-os como agentes coletivos que pensam e executam, no âmbito de seus projetos, *técnicas e políticas* para com o território, transformando-o e reconstruindo formas e significados espaciais.

Para cada momento histórico, as variáveis postas (re)configuram as ações dos agentes, sendo o território permanentemente transformado pelas

ações que lhe dão conteúdo nos objetos modificados, formando lastros de ações e objetos. O quadro abaixo esboça uma tipologia desses agentes territoriais.

Agentes Territoriais	Ação/Projetos	Escala Geográfica	Projeto de Território
Agentes Públicos	Instituições/Órgãos públicos que executam políticas territoriais	Local, Regional, Nacional	Território Planejado Território normado
Agentes Privados (Econômicos)	Instituições privadas com foco em ações econômicas, produtivas e territoriais	Local, Regional, Nacional, Global	Território econômico Incorporação de áreas produtivas
Agentes Sociais	Instituições da sociedade civil organizada com ações em projetos sócio-territoriais	Local, Regional, Nacional	Território produtivo, social e sustentável

Quadro 1 - Agentes Territoriais em Rondônia

Fonte: Elaboração R. G. C. Silva.

Pensar na evolução do território, suas tramas e formas-conteúdos que lhe dão objetividade numa história territorial requer, como partido de método, uma periodização dos processos sociais mais amplos.

Em várias passagens teóricas, o geógrafo Milton Santos discute a necessidade dos estudos geográficos incorporarem o *tempo* como variável explicativa dos acontecimentos territoriais. A periodização deve ser entendida como *secções do tempo histórico*, que “comandado por uma variável significativa, um conjunto de variáveis mantém um certo equilíbrio, uma certa forma de relações” (SANTOS, [1985] 2008, p. 38). Por sua vez, permite ao pesquisador potencializar nos estudos do território pedaços do tempo social como elementos que lhe dão coerência histórica, funcional e estrutural, demonstrando a evolução do território como manifestação da totalidade social.

Em *Metamorfoses do Espaço Habitado*, Santos ([1988] 2008) argumenta que a periodização contém as noções de *regime* e de *rupturas*. A noção de regime representa um conjunto coerente de variáveis que funcionando por

período de tempo, pode verificar a hegemônica “existência de uma organização, encarregada de impor regras a ação. É a organização que mantém as coisas durante um certo período de tempo, funcionando de uma dada maneira, apesar do movimento real da sociedade” ([1988] 2008, p. 91-92). No que diz respeito às *rupturas*, devem ser compreendidas como crises que indicam a passagem para outro período, em que se redefinem os conceitos, processos, projetos e significados do território no conjunto da sociedade.

Por fim, como recurso de método, a *periodização* deve ser entendida como:

[...] pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo. Mas essa interação se faz segundo um controle que assegura uma reprodução ordenada das características gerais, isto é, segundo uma organização. É a falência desta última, açoitada por uma evolução mais brutal de um ou diversos fatores, que desmantela a harmonia do conjunto, determina a ruptura e permite dizer que se entrou em um novo período. (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 24)

Nesta perspectiva, propomos uma periodização para entender as transformações do território, cujo objeto empírico é o Estado de Rondônia. O corte temporal de nosso estudo foca as mudanças significativas no período de 1970 a 2010. É certo que para atingirmos uma coerência funcional das metamorfoses que se processaram e se processam devemos aproximar os acontecimentos pretéritos e suas manifestações espaciais, coerentes com as variáveis-chaves de cada período, assegurando-lhe a compreensão do *regime* e suas *rupturas*, identificando as variáveis e os agentes territoriais.

Ao propormos dois grandes períodos, esses *recortes* são produtos históricos da evolução do território, em que se observa a unidade das variáveis e sua coerência funcional e histórica na ótica da evolução do território.

Período	Dimensão Geográfica	Processos Territoriais	Escala Geográfica	Resultado Territorial	Agentes Territoriais
1970-1995	Território e a expansão do Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Migração inter-regional • Rede urbana embrionária (formação) • Interiorização do povoamento • Economia da extração mineral • Colonização agrícola • Desmatamento e extração madeireira • Agropecuária elementar • Crescimento da população rural • Fronteira agrícola inter-regional • Circulação intra-regional 	Local Regional Nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Rede urbana em formação, com centralidade econômica e política em Porto Velho (capital da federação) • Expansão da fronteira agrícola interna • Dinâmica econômica centrada na escala local e regional • Gestão do território com foco nas políticas territoriais do Estado • Política de colonização agrícola como motor de interiorização do povoamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Predomínio do agente público (Estado e seus órgãos) no planejamento e organização do território com políticas de colonização, incentivos fiscais e créditos públicos, e política ambiental; • Agentes sociais representado pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Sindicatos dos Seringueiros, Ongs, Igreja Católica, focado na luta pelo acesso a terra; • Agentes econômicos representados pelas empresas de mineração, agropecuárias e madeiras
1995-2010	Território e a expansão do Capital	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento da rede urbana • Crescimento da população urbana • Formação de novos municípios • Fortalecimento da agropecuária • Arranjo espacial da agroindústria e agropecuária • Fronteira agrícola intra-regional • Fragmentação da modernização do espaço rural • Migração intra-estadual • Regionalização agrícola • Circulação inter-regional 	Local Regional Nacional Global	<ul style="list-style-type: none"> • Adensamento da rede urbana com processo de urbanização • Expansão geográfica da fronteira interna com declínio da população rural • Modernização agrícola com fragmentação do espaço rural • Homogeneização do espaço agrícola com a formação de economia de escala • Deslocamento da frente de expansão em espaços da preservação ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> • Estado com a função de gestor na organização do território, instituindo políticas de uso do território (normatização); • Empresas do setor agroindustrial (frigoríficos e laticínios), agronegócio (soja, arroz), madeiras e de transportes com foco no mercado nacional e internacional; • Movimento sindical no campo (FETAGRO) como principal força organizadora da sociedade civil na luta pelo território, e aumento das lutas pela terra (MCC, MST, LCP)

Quadro 2 - Periodização das dinâmicas territoriais em Rondônia (1970-2010)

Fonte: Elaboração R. G. C. Silva

1.5. - Procedimentos técnicos da pesquisa

Para a consecução dos estudos, dividimos os procedimentos em dois tipos de informações, advindos tanto de *fontes primárias* quanto de *fontes secundárias*. Nas fontes primárias agregamos informações decorrentes dos trabalhos de campo e diálogos/visitas em instituições públicas, privadas e sociais, que permitiram a elaboração de cartogramas e quadros sínteses.

As fontes secundárias são compostas por informações estatísticas e documentais. Estas priorizam os documentos públicos das esferas governamentais e dos relatórios de pesquisas das organizações não-governamentais e entidades de representação de classe ou organização setorial.

Fontes Primárias

Município	Principais Circuitos Produtivos
Vilhena	Grãos (soja, arroz, e milho) e frigoríficos
Rolim de Moura	Frigoríficos e pecuária
Ji-Paraná	Agroindústria, frigoríficos, laticínios e agricultura camponesa
Cacoal	Café e agroindústrias
Ariquemes	Madeira, pecuária e produção agrícola
Porto Velho	Serviços, pecuária e madeira

Quadro 3 - Trabalhos de campo nos municípios de Rondônia

Fonte: Elaboração R. G. C. Silva

Trabalho de campo: Teve como finalidade compreender o quadro sócio-espacial das dinâmicas agropecuárias e agroindustriais, assim como, verificar as interdependências que envolvem tais atividades. Nestes municípios foram analisados os agentes territoriais e suas estruturas fixas que permitem o desenvolvimento produtivo, focando as dimensões espaciais desses processos. Esse procedimento foi relevante na medida em que na observação da paisagem urbana e rural estabelecemos as conexões, os processos sócio-

espaciais que configuram a realidade. Assim, realizamos os trabalhos de campo priorizando os municípios que têm na atividade agrícola modernizada e nas relações inter-setoriais (agroindústria, agropecuária, agricultura) da economia urbana o motor dos processos de transformação territorial. Nestes municípios foram feitas visitas nas áreas rurais e urbanas.

Visitas às instituições públicas e privadas (econômicas e sociais): constituiu em um procedimento metodológico para entender como os agentes públicos, os agentes privados e agentes sociais compreendem as transformações do território e como articulam os projetos coletivos frente a esse quadro de mudanças espaciais.

Instituições	Função
Empresa Cargill	Compradoras de grãos de soja
Empresa Amaggi	Produtora e compradora de grãos de soja
FIERO	Entidade de representação empresarial
FETAGRO	Entidade de representação dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar
SEAPES	Execução de políticas agrícolas
EMATER	Instituição estadual de assistência técnica na agricultura
EMBRAPA	Instituição que desenvolve pesquisa no campo de produção de grãos (soja, milho e arroz)

Quadro 4 - Instituições visitadas na pesquisa de campo⁴

Fonte: Elaboração R. G. C. Silva

Elaboração de Cartogramas: através dos trabalhos de campo e das entrevistas com os agentes/instituições foi possível gerar cartogramas temáticos qualitativos que expressam as representações dos processos sócio-territoriais. Também com a sistematização de dados quantitativos produzidos pelas instituições IBGE, CONAB, IPEA, dentre outras, elaboramos cartogramas temáticos com cálculo estatístico básico. Para a geração de cartogramas foi utilizado o *software* de Cartografia Temática *Philcarto*, adicionado com os *softwares* Microsoft Excel®, Adobe Illustrator® e CorelDraw12®, sendo que no

⁴ FIERO: Federação das Indústrias do Estado de Rondônia; FETAGRO: Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura de Rondônia; SEAPES: Secretaria de Estado da Agricultura; EMATER: Associação

primeiro foi construída a base de dados, no segundo a base cartográfica e no terceiro a edição gráfica. Como ferramenta analítica a cartografia temática permite captar e representar a ação dos agentes públicos e privados na dinâmica da produção do agronegócio, os fluxos e fixos que alicerçam as dinâmicas territoriais nas cidades e nos campos. Na presente pesquisa adotamos como unidade espacial a área geográfica municipal para relacionar dados secundários, nas bases cartográficas referente ao Estado de Rondônia, Região Norte e Amazônia Legal.

Fontes Secundárias

Pesquisa estatística: Os dados estatísticos foram organizados a partir dos levantamentos junto às instituições públicas e privadas, como IBGE, IPEA, CONAB, IDARON, EMATER, EMBRAPA, FIERO, SEAPES, INCRA, IBAMA, SEDAM, SEPLAN/PLANAFLORO⁵. Coletamos e sistematizamos dados em série sobre produção agropecuária municipal e estadual, quadro das regiões produtoras/criadoras e outras informações inerentes à pesquisa. Sobre a dinâmica urbana, os dados decorrem das fontes do IBGE, IPEA e SEAPES.

Fontes Documentais: consultamos documentos governamentais, relatórios de estudos setoriais, principalmente das estruturas do governo federal, os quais expõem as principais políticas territoriais e de gestão do território para Amazônia e, especificamente, para o Estado de Rondônia. Também foram analisados relatórios de pesquisas de ONG's ambientalistas que problematizam as políticas públicas das esferas governamentais para Amazônia.

de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia; EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

⁵ IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento; IDARON: Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia; INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; SEDAM: Secretaria de Estado do desenvolvimento Ambiental; SEPLAN: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação.

A estrutura da tese apresenta três partes.

A primeira aborda a especificidade geográfica de Rondônia na Amazônia Brasileira. Discute as políticas territoriais executadas na região com foco na colonização e seus desdobramentos na ocupação do espaço regional. A questão da fronteira agrícola, das escalas geográficas e as formas e processos de ocupação são centrais na análise referente à especificidade de Rondônia. Nosso entendimento aponta que os fundamentos geográficos que configuram o território derivam da política de colonização implantada pelo Governo Federal, e com ela as outras políticas que alicerçaram a organização do território.

Na segunda parte, analisamos a ação governamental na organização do território. Detivemo-nos na leitura estratégica da colonização agrícola, as formas e processos sociais e territoriais presentes na evolução social. A fronteira agrícola foi a ótica que permeou, e ainda permeia, o cotidiano social, sendo freqüentemente lançada sob novos olhares. Depois, discorreremos sobre a formação das cidades e processo de interiorização que tomou caminho, destacando-se a rodovia BR-364 como a artéria preponderante na articulação e coesão territorial.

Na terceira parte, a análise centra-se nos processos econômicos que fragmentam o território, a partir de especializações produtivas voltadas ao mercado externo. Revela-se o papel que a circulação assume na expansão da economia internacional e a ampliação dos circuitos produtivos, cuja escala

predominante é a nacional e internacional. Conduz tais processos a uma funcionalidade do território caracterizada por uma regionalização produtiva dos grãos, pela expansão da pecuária, pela presença de capitais nas atividades de agroindustrialização, pela mudança da fronteira agrícola interna. A rede urbana também se ajusta ao longo da rodovia BR-364, na formação de um eixo urbano funcional à expansão do capital. Campo e cidade têm suas atividades ampliadas, cuja solidariedade é organizacional sob o comando dos agentes econômicos protagonizadores dessas dinâmicas territoriais. A fragmentação do território é a novidade nessa trama territorial.

Por fim, encerramos este estudo elaborando tópicos referentes à evolução do território e seus potenciais conflitos.

PARTE 1

ESPECIFICIDADE GEOGRÁFICA DE RONDÔNIA NA AMAZÔNIA

"Encontrei aqui malária e muita dificuldade. Quando cheguei, tinha só uns 5 ou 6 moradores. Um deles, o Sandoval, com uma farmacinha aí, e o outro, um tal de Valdir, com um burichim, um comercinho pequeno".

37 anos na Amazônia.
Este Sandoval é o atual administrador de Jaru, Sandoval de Araujo Dantas, que está na região amazônica há 37 anos, onde chegou com 15 anos de idade: "Vim junto com meus pais enfrentar as dificuldades daquela época. As margens dos rios Ji-Paraná e Jaru eram habitadas por seringueiros.

Em 1941, a gente sala de Porto Velho em barcos carregados de mercadorias e seringueiros que vinham trabalhar no interior do território. E para chegar a Vila Rondônia, que hoje se chama Ji-Paraná, a gente levava um mês ou mais.

Quando chegava perto de uma cachoeira, a gente tinha que descarregar tudo e seguir pela margem do rio, levando as mercadorias e o próprio barco às costas. Passada a cachoeira, a gente punha de novo o barco dentro do rio. As vezes 1 ou 2 horas depois tínhamos de descarregar tudo de novo por causa de outra cachoeira. Naquela época, como eu tinha feito o primário e estudado o 1º secundário, era requisitado pra ser gerente de seringal, médico, enfermeiro, juiz, delegado. Muitas vezes de madrugada, debaixo de chuva, sala a cavalo pra socorrer um ferido a 6 ou 6 horas de viagem dentro da mata. Aqui em Jaru, eu cheguei em 1961, como administrador de um seringal. Gostei daqui e não saí mais".

Um presente para a cidade.
A agência Bradesco de Jaru foi inaugurada a 21 de agosto deste ano e tem como gerente Jaime Alves Ferreira, 33 anos de idade, 18 de Bradesco.

Para José Ribeiro Mendes, o Bradesco veio trazer "bem-estar pra nós que estamos começando agora com a lavoura. Antes, eu trabalhava com um banco

de Porto Velho, a quase 300 km daqui. O Bradesco veio ajudar e facilitar muito nossa vida".

Abílio Moreira, comerciante, diz que "o Bradesco foi um presente que Jaru ganhou. Ele vai valorizar a região". Sandoval de Araujo Dantas diz que o Bradesco "veio colaborar com a grandeza da região, porque vai nos ajudar a evoluir. Ele vai dar uma cobertura quase total para nossos empreendimentos.

Rubens Franco Borges acha que "para nós, o Bradesco até certo ponto é vital, porque é um banco que vem investindo em todo o Brasil. Ele veio nos dar tranquilidade para o trabalho".

BRADESCO
O banco pioneiro. 998 agências. 343 pioneiras.

Introdução – Caminhos conceituais

A proposição de uma investigação científica no âmbito da Ciência Geográfica alude à problematização do objeto, o espaço geográfico produzido e transformado pelo trabalho social, o espaço humano. A este devemos dissecar suas tramas, revelar os nexos sociais que lhe configuram historicamente, cujo resultado deve assinalar uma contribuição teórica à ciência geográfica, ao tempo que se busca compreender uma dinâmica social específica, o que se denomina de realidade objetiva.

A respeito dessa linha histórica constituinte nos estudos geográficos, H. Isnard advertia que esse esforço deveria ser empreendido de tal modo que essas investigações deveriam “pôr em evidência a especificidade do espaço geográfico que a acção humana libertou da Evolução para o integrar na História” (1982, p. 28). Argumentava o autor que “o espaço geográfico é uma criação final da sociedade, necessariamente ordenada segundo uma lógica interna que conduz os elementos constitutivos a entrar no funcionamento de conjunto” (ibid., p. 111).

Trata-se de uma mudança substantiva da natureza do espaço humano. De um complexo funcionamento dos conjuntos naturais, a sociedade se liberta das amarras da natureza para construir um espaço dotado de trabalho humano, seja na constituição de elementos técnicos que se adensam ao solo e que potencializam o trabalho social, seja na elaboração de estruturas culturais que permeiam esse ambiente novo, criando outro meio geográfico, com conteúdo histórico que revela as diversas transformações sociais.

A especificidade geográfica molda-se numa composição espaço-tempo da dinâmica social. Na Amazônia brasileira, esse arranjo espacial se aprofunda quando se observa as transformações territoriais que solapam as configurações locais, criando um quadro geográfico que congrega em seu meio um mosaico multiescalar, ou seja, dialeticamente se constituem processos com ações locais, regionais, nacionais e globais no tecido territorial.

Compreendemos as grandes transformações que a Amazônia brasileira vivenciou nos últimos quarenta anos, e que se apresenta como síntese dos conflitos sócio-territoriais, na linha de uma dialética multiescalar, entendendo que a transformação e organização do território são produtos de projetos e ações dos agentes territoriais, cuja objetivação histórica revela dimensões geográficas diversas.

Nessa ótica, esta tese procura explicar as transformações geográficas de um dos entes federativos que compõe a Região Amazônica, dado o conjunto de variáveis que alicerçam mudanças qualitativas em seu território no contexto contemporâneo. Trata-se de analisar as manifestações do processo de globalização – como movimento histórico - na dinâmica territorial do *Estado de Rondônia* – realidade histórica concreta, problematizando os feixes de forças territoriais que engendram uma nova geografia do campo e da cidade.

Esse caminho ajuda-nos entender como se dá a formação e expansão de um novo meio geográfico, que Santos (1996) denominou de meio técnico-científico-informacional, numa escala de análise que se pavimenta, metodologicamente, em seus recortes regional e local, dialogando a partir das

manifestações concretas que delineiam as principais dinâmicas territoriais em Rondônia.

Sabemos que as variáveis que permeiam as transformações em Rondônia não estão destituídas das mudanças que se transpõem no território brasileiro, sobretudo, quando estas produzem uma configuração espacial onde os processos inerentes a expansão da economia nacional no mercado internacional mobilizam um conjunto de investimentos, cujos resultados são os acréscimos de novas próteses no território e sua fluidez territorial.

Modifica-se no Brasil a materialidade técnica do território, em que os sistemas de objetos e os sistemas de ações potencializam a circulação material e imaterial, sobretudo, com a incorporação de áreas à produção agrícola nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Com o avanço do agronegócio, principalmente, altera-se o tecido social do espaço rural e do espaço urbano, engendrando novas relações de trabalho e o aprofundamento da divisão territorial do trabalho (ELIAS; PEQUENO, 2006; BERNARDES; FILHO, 2009).

Nesta ótica, compreendemos a *dinâmica territorial* como uma noção geográfica que corresponde ao movimento da sociedade registrado no território como elemento portador de mudanças significativas e também estruturais, apresentando um conteúdo genético-estrutural (SILVA, 2007).

A análise das dinâmicas territoriais ancora-se principalmente nos aportes teórico-metodológicos da obra do geógrafo Milton Santos, o qual desenvolveu uma teoria crítica do espaço geográfico, que nos permite ampliar a formulação teórica das tramas sociais que se condensam no território, revelando sua natureza histórica. Também dialoga com autores que estudam a

Amazônia brasileira, abordando as dimensões espaciais de suas metamorfoses, seja focando as cidades e sua diversidade e singularidade sócio-espacial, os conflitos agrários e a incorporação da natureza no processo produtivo, ou a leitura do território em suas escalas de conflitos e cooperação.

A categoria de análise que assume eixo diretivo é o território definido pelo seu uso social, o *território usado*, que se distancia da perspectiva de território focado exclusivamente no Estado como ocorreu nas lentes da geografia política tradicional, cuja abordagem operava o território como receptáculo, como “chão”, um espaço físico destituindo-o de outras manifestações sociais que lhe preenchia de vida e de história (RAFFESTIN, 1993; MELLO, 1999; CASTRO, 2005; NOGUE, 2006; COSTA, 2008). Interessa-nos a compreensão do território definido pelo uso social, o território que expressa a vida humana em suas várias manifestações sociais e que lhe dá uma coerência como movimento da história.

Por esse caminho, nosso esforço é compreender e explicar a realidade histórica que o território comporta nesse período técnico-científico-informacional da humanidade, no qual se torna possível analisar os processos centrais que lhe configura um tempo-espaço específico. A leitura da realidade invoca pensar o Brasil no processo de globalização, suas transformações e feições que se elaboram em suas regiões constituintes, cabendo um destaque para a incorporação da Amazônia brasileira nos fluxos de mudanças causadas pelos ventos da globalização que se edificam no território e nos lugares. O mundo como totalidade, a totalidade-mundo, se refaz pelo avanço das forças produtivas do grande capital, cuja expansão geográfica se intensifica também

na periferia do sistema econômico globalizado, como se caracteriza a Amazônia na divisão territorial do trabalho no Brasil.

Assim, o objeto desta pesquisa analisa as dinâmicas territoriais de Rondônia, cujas transformações recentes são resultados da expansão da economia globalizada e dos ajustes territoriais operado pelos diversos agentes públicos, econômicos e sociais, que operam na formação de novas funcionalidades do território, dando-lhe outro substantivo geográfico que comportam temporalidades diversas.

CAPÍTULO 1 – TERRITÓRIO E TRANSFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

O mundo globalizado produz aproximações das realidades geográficas, e estas se dinamizam a partir da voracidade dos fluxos econômicos que solapam as configurações territoriais pré-existentes e seus liames locais.

Na ótica dos agentes do mercado, sobretudo do capital global, esse conjunto de mudanças age como campo de forças na busca de certa homogeneidade espacial. Mas o resultado geográfico emaranha-se em contraditórios cenários regionais, cujos conflitos ensejam uma dialética de projetos locais com processos nacionais e globais.

A tensão política contemporânea expõe a agenda de mutabilidade do espaço geográfico, que se caracteriza pela construção e reconstrução de suas funcionalidades e materialidade, com cargas cada vez mais complexas de técnica, ciência e informação.

No período pós década de sessenta do século XX, as dinâmicas territoriais na Amazônia brasileira tecem modificações que não se restringem a uma acomodação endógena, mas, sobretudo, incorpora uma substancial geografia de múltiplas escalas, cuja heterogeneidade aprofunda-se reestruturando lugares cada vez mais compostos de conteúdo técnico-científico-informacional.

Tais movimentos traduzem-se no que o geógrafo Milton Santos ([1994] 2007) qualificou como avanço dos *espaços da globalização*, em que o território comporta os vetores que veiculam os processos de modernização produtiva, de

mudança técnica da paisagem e, principalmente, do tempo-mundo fazendo-se hegemônico nos lugares, como apontam os estudos feitos em Rondônia (SILVA, 2005, 2007), no Mato Grosso (BERNARDES; FILHO, 2006; BERNARDES; FILHO, 2009) e no Nordeste (ELIAS; PEQUENO, 2006) referentes à geografia do agronegócio da soja, uma produção basicamente orientada ao mercado externo, o que vincula o uso do território às lógicas globais em função da ampliação dos circuitos espaciais da produção (ARROYO, 2001, 2003, 2003a).

As transformações sociais contemporâneas contribuem para pensar as relações da sociedade e espaço. Nessa leitura, Santos propõe a categoria *território usado*, como alicerce central para pensar o espaço geográfico em sua totalidade.

Para Santos:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (1999, p. 8)

Em outra passagem, Santos e Silveira argumentam que na categoria *território usado* deve-se considerar a “interdependência e a inseparabilidade entre materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que a ação humana, isto é o trabalho e a política” (2005, p. 247). Para Ribeiro (2003, p. 29), a valorização do território aparece no pensamento de Milton Santos como passagem estratégica que articula a “teoria crítica do espaço e a ação política”,

pois, o território é revelador das tensões políticas que movimentam as tramas sociais no espaço geográfico.

Essa perspectiva potencializa a categoria *território usado* na análise social, representando um conteúdo conceitual-empírico que ajuda a pensar a indissociabilidade dos processos sociais em seu conjunto processual, o que envolve a produção de escalas geográficas diferenciadas nos lugares, as temporalidades diversas e as particularidades geográficas que potencializam os estudos territoriais (BUSTOS CARA, 1998).

Em *A natureza do espaço*, Santos (1996) discutiu essa questão quando propôs a tese da *racionalidade do espaço*. Para o autor o período técnico-científico-informacional - o período geográfico da história - desenha as mudanças sociais alicerçada na transformação do meio geográfico como elemento condicionante do movimento da sociedade. A tese desenvolvida aponta para a compreensão histórica que este período técnico-científico-informacional que a humanidade produz, substantiva-se por uma racionalidade contida no espaço geográfico.

Para o autor...

[...] a marcha do processo de racionalização, após haver (sucessivamente) atingido a economia, a cultura, a política, as relações interpessoais e os próprios comportamentos individuais, agora, neste fim de século XX, estaria instalando-se no próprio meio de vida dos homens, isto é, no meio geográfico. (SANTOS, 1996, p. 230).

Mas qual racionalidade ou racionalização que se refere o autor? Trata-se de uma racionalidade funcional do espaço geográfico, contemporânea do atual período técnico-científico permeado e composto por sistemas técnicos

(RICHTA, 1971). O território também é informacional, o que o torna *recurso estratégico* para os diversos agentes territoriais, principalmente, no âmbito das atividades que estão inseridas no circuito produtivo globalizado e cuja organização espacial, inclusive sua normatização, passa a ser um dado e objeto de poder, por ser disputado por diversos agentes.

O debate a respeito do novo código florestal brasileiro aflorou os conflitos do uso do território, principalmente na Amazônia, o que retrata a dimensão espacial da sociedade. Sua normatização resulta na ampliação ou redução das ações dos agentes territoriais e a qualificação destas não se dissocia de uma base científica, traduzindo-se em informação referente aos recursos do território.

Na situação em tela, os agentes territoriais ligados à agropecuária e ao agronegócio se opuseram a qualquer normatização que não fosse procedente de uma análise científica objetiva. A Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) e presidenta da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (organização patronal dos agropecuaristas) propôs, para o 1º artigo do código florestal, que não seria "permitida nenhuma derrubada florestal em todo o território nacional, sendo garantida a preservação das matas ciliares (margens dos rios, córregos, nascentes e lagoas) nos limites fixados por laudos geológicos, contra os riscos de erosão e prejuízos aos aquíferos", e defendia que a EMBRAPA fosse a instituição certificadora da legitimação dessa normatização do território. A questão central é que esses agentes territoriais defendiam a redução da área de preservação para garantir a ampliação de áreas ao processo produtivo,

expandindo assim o território do agronegócio e mesmo a “reserva” de fundos territoriais a essa atividade⁶.

Os conflitos sócio-territoriais que ocorreram na Terra Indígena Roosevelt, em Rondônia, e a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, o qual foi objeto de intenso debate no Superior Tribunal Federal, assim como, os conflitos agrários de Corumbiara (RO)⁷ e Eldorado dos Carajás (PA), são indicadores das dinâmicas territoriais conflituosas na Amazônia brasileira, em que o território como base material, social e simbólica é disputado e transformado, cujos processos alimentam e dilatam o horizonte social.

As situações postas examinam as transformações e os conflitos sociais que se vinculam a uma estreita inter-relação do território e sua normatização. A *norma* emerge como noção importante na análise geográfica das relações dos agentes territoriais e a segurança jurídica de seus projetos econômicos, uma vez que há um condicionamento jurídico no uso do território, das técnicas e dos sistemas de objetos (ANTAS JR, 2005). Anunciam essas situações geográficas questões importantes da complexidade social, que passa pela produção e apropriação do meio geográfico, em que o território se torna emblemático e crucial.

O retorno da categoria território na análise social amplia-se no debate acadêmico no final do século XX, e em várias disciplinas avança-se na ótica que busca no *Território* aporte teórico ao entendimento dos processos sociais.

⁶ ABREU, Kátia. “Desmatamento, não. Produção, sim”. Opinião, **Jornal Estadão**, 03.06.09.

⁷ Helena Angélica de Mesquita (1995) estudou o massacre dos camponeses em Corumbiara, apresentando os resultados da pesquisa em vários encontros nacional e internacional de Geografia. Foi o mais brutal conflito agrário contra os camponeses em Rondônia, ocorrido no dia 14 de julho de 1995.

No campo epistemológico, o debate propugna o território como a nova dimensão horizontal da sociedade, pois, advoga-se reunir um conjunto complexo que aproxima, integra e condiciona os processos culturais, sociais, econômicos e naturais (SANTOS, [1994] 2007; SANTOS e SILVEIRA, 2005; HAESBAERT, 2006; SAQUET, 2007; SAQUET e SPOSITO, 2009; MOREIRA, 2007; THEIS, 2008; MADOERY, 2008).

Incrementa-se a tais debates a realidade multidimensional lastreada pelas variadas escalas geográficas que encorpam os lugares (FERNANDEZ, 2003), traduzidas na relação global e local e potencializadas pelas temporalizações práticas já apontadas por Sartre (2002), que “são a matriz das espacialidades vividas em cada lugar”, na perspectiva de Santos (1996, p. 110).

No âmbito da nova geografia econômica, da economia regional e do desenvolvimento regional/territorial, o território é posto como um conjunto de renovadas vantagens competitivas, que aliado ao processo produtivo, cria-se valor a partir de sua materialidade combinada com as dimensões culturais do lugar (FERNANDEZ; AMIN; VIGIL, 2008)

Para BOZZANO (2009, p. 83) “en el territorio, la referencia a la sociedad y la naturaleza puede aludir tanto a procesos de alcance más general con actores de compleja identificación, como a acontecimientos más particulares donde los actores tendrán necesariamente mayor presencia”. Esses processos alicerçam outras funcionalidades, ora pautadas em uma espacialidade endógena (desenvolvimento local), a partir de atributos (re)valorizados e (re)qualificados, ora pela espacialidade das redes gravitadas

pelos agentes econômicos, cujas ações movimentam-se em várias escalas geográficas reticulares, gestam novos espaços econômicos⁸.

Os desdobramentos permeiam as políticas públicas no Brasil, que tem o *território* como conceito *operatório* no desenvolvimento de ações regionais. Busca-se dar um passo do planejamento setorial (educação, saúde, economia, meio ambiente e outros) para atuar no conjunto da sociedade como um todo, cuja base de expressão das multiplicidades e multidimensionalidades se ancora no território como lastro conceitual, dado que a ação governamental necessita ampliar o foco dos problemas sociais, obtendo evidência as políticas de planejamento, gestão e ordenamento territorial (BARCELAR, 2008).

Na esfera federal, ainda em fase embrionária e com limites na articulação de agendas, o retorno do planejamento territorial emerge no âmbito das políticas que o assentam como nível de ação nas estruturas sociais e econômicas, elaboradas nas variadas escalas geográficas. Importa destacar que o planejamento de enfoque setorial continua forte em amplos setores, a exemplo do planejamento econômico e de infra-estruturas⁹.

Entretanto, em face dos graus de complexidade do Brasil e dado sua heterogeneidade continental, exige-se uma pauta de planejamento que remete aos níveis de escalas geográficas da complexidade social e regional. Mencionamos as *Mesorregiões Estratégicas* do Ministério da Integração Nacional (MIN) e as políticas de formação de *Território Rurais* do Ministério do

⁸ Sobre a temática, importantes contribuições são encontradas em BENKO e LIPIETZ, 1994, BENKO, 2002, PERAFAN, 2007, MACLEOD, 2008, BECKER e WITTMANN, 2008, WITTMANN e RAMOS, 2004 e DINIZ e LEMOS, 2005.

⁹ Tem sido essa uma das tensões permanente no governo federal, quando se aprovam projetos agropecuários ou de infra-estrutura sem uma análise prévia da legislação ambiental, o que tem mobilizado diversos agentes territoriais econômicos e ambientalistas. A saída da Ministra Marina Silva (Ministério de Meio Ambiente), em 13.05.2008, foi eloquente a respeito dessas tensões.

Desenvolvimento Agrário (MDA). Ambas se pautam no tratamento territorial de suas políticas, programas e ações, portanto, na complexidade social que se solidifica em clivagens geográficas diversas (LEITE *et. al.*, 2008).

As idéias que alicerçam as ações no Brasil, no nível de políticas públicas, formam-se a partir dos processos geoeconômicos que amplificam as desigualdades espaciais, acrescentando-lhes outros substantivos. Isto exige dos governos um volume de investimentos e um planejamento que amplie do enfoque setorial para o territorial, isto é, o planejamento do Estado focado em políticas públicas que incorporam preocupações com o território.

Nesta ótica, as políticas de desenvolvimento territorial traduzem-se na visão de *território policêntrico* como marco conceitual para leitura da dinâmica da sociedade, articulando as dinâmicas econômicas, sociais, políticas, culturais e territoriais que se condensam na sociedade (MENDES, 2008 e 2008a). Desta maneira, indica-se a complexidade do fato territorial na dinâmica social em função dos processos de globalização econômica, o que exige do Governo pensar as múltiplas dimensões que estão permeadas nessas atividades produtivas, a exemplo do agronegócio na Amazônia Brasileira, cuja expansão projeta a pressão sócio-territorial em áreas de preservação ambiental e Terras Indígenas.

Em referência ao potencial das diversas políticas regionais pensadas no âmbito do Governo Federal, complementa Mendes (2008a, p. 72), “o território [...] é uma das chaves essenciais para que se possa organizar uma resposta eficaz ao problema da construção de uma estratégia social inclusiva e integradora de desenvolvimento”, pois, o território assenta-se como elemento

adequado e inovador, ainda que recente, em termos de planejamento regional de longo prazo para redução das disparidades e desigualdades regionais¹⁰, dado que é revelador da totalidade social em movimento, sendo continente e conteúdo das diversas clivagens sociais que historicamente delineiam a sociedade.

O papel do meio geográfico no período contemporâneo assume relevância para a leitura da sociedade. A geograficidade se impõe como condição histórica, sobretudo, considerando que toda ação pública ou privada, do Estado, do Capital ou da Sociedade requer o conhecimento do território como condição para a ação. Santos (1996) propôs compreender que no decurso do período técnico-científico da humanidade um novo meio geográfico se formava, pois o dado mais relevante era o reconhecimento do mundo e a possibilidade, sobretudo, pelo capital, de operar em todas as escalas do globo. Para isso, a ampliação da produção, sua escala geográfica e seu controle não se realizariam sem uma mudança dos elementos constituintes do espaço, o que inclui aprofundar sua composição técnica que se faz por sistemas de objetos e sistemas de ações.

À luz dos acontecimentos contemporâneos Santos observou que o espaço geográfico não estava imune ao tropel de mudanças engendradas pelos ventos da globalização, mas a incorporava de modo substancial e estrutural.

Da mesma forma como participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais), a ciência e a tecnologia, junto com a informação,

¹⁰ O Estudo da dimensão territorial do PPA, organizado pelo Ministério do Planejamento e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) constitui um exemplo atual da importância do território como variável central para o planejamento regional no Brasil (MP/CGEE, 2008).

estão na própria base da produção, da utilização e do *funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato*. (...) A diferença, ante as formas anteriores do meio geográfico, vem da lógica global que acaba por se impor a todos os territórios e a cada território como um todo. (...) Pelo fato de ser técnico-científico-informacional, o meio geográfico tende a ser universal. Mesmo onde se manifesta pontualmente, ele assegura o funcionamento dos processos encadeados a que está se chamando de globalização. (SANTOS, 1996, p. 190-1991). grifo nosso

O meio técnico-científico-informacional se expande no Brasil assumindo formas e processos distintos, ora como contigüidade, ora como processos pontuais, articulados por uma geografia métrica, um território reticulado. A realidade evolui com conflitos e reordena as escalas geográficas, pois, estas passam a ter o substantivo do tempo histórico como elemento central e o território expressa as funcionalizações do mundo globalizado, com um emaranhado de ações que engendram novas desigualdades espaciais.

A leitura do território põe em relevo as tramas das transformações ou reestruturações espaciais que, sobretudo nos meios de comunicação, chega a noticiar certa “esquizofrenia” na Região Amazônica, principalmente, quando relacionado à incorporação da natureza ao processo produtivo ou, de modo simbólico, aos movimentos sociais. Nesse aspecto particular, a forma com que a natureza ou matéria física está sendo incorporada socialmente, não se dissocia das ações políticas e econômicas contemporâneas e, igualmente, da capacidade científico-tecnológica de transformar a matéria física em recurso social (RAFFESTIN, 1993; FLORIT, 2004; SEBASTIAN, 2006). Os conflitos sócio-territoriais são importantes indicadores da valorização histórica da natureza e do território, e as críticas e manifestações sociais em função da construção das hidrelétricas do rio Madeira, em Rondônia, atestam essas mudanças na região.

A Amazônia não escapa a esse tropel de mudanças e no Brasil essa região tem sido objeto de transformações profundas relacionadas às contínuas incorporações das atividades regionais nos circuitos espaciais produtivos da economia globalizada, ampliando sua fluidez e integração territorial (HUERTAS, 2009).

O território transforma-se adquirindo formas-conteúdos que produzem diferenciações internas e fragmentam a coerência regional da Amazônia brasileira. As atividades produtivas globalizadas, destinadas ao mercado externo e nacional são motores desses movimentos que resultam na adição de sistemas de objetos e sistemas de ações, antes estranhos às lógicas locais, mas que se alicerçam nos sentidos e na produção de novas territorialidades.

CAPÍTULO 2 – AMAZÔNIA, FRONTEIRA AGRÍCOLA E ESCALA GEOGRÁFICA

Estudiosos das dinâmicas territoriais, Théry e Mello analisam esses processos de expansão da fronteira no Brasil que atingem a Amazônia:

[...] as dinâmicas territoriais brasileiras são muito fortes, e a constituição do território, inacabada. Uma das originalidades essenciais do Brasil é a presença de uma frente pioneira de grande amplitude, uma das mais potentes do mundo, que continua a progredir para o noroeste do País. É um sistema complexo, com aspectos positivos e outros nem tanto, que pode ser analisado em termos econômicos, demográficos, sociais e ambientais. [...] O aspecto mais visível nas paisagens, comentado nos meios de comunicação social no Brasil e no exterior, é o desmatamento, que se produz ao longo de um arco que vai do Maranhão a Rondônia. (2005, p. 287)

A constituição inacabada do território brasileiro, no qual a Amazônia parece ser seu último *front*, possibilita perscrutar a geografia que se forma a partir desses processos. Isso dilata o leque de temáticas sobre suas dinâmicas territoriais que colocam a fronteira amazônica como uma arena de expansão do capitalismo, conformando uma indissociável e interdependente relação entre cidade e campo. Essa perspectiva amplia a leitura da Amazônia como uma formação sócio-espacial sujeita às alterações das dinâmicas e dos vetores produtivos do sistema capitalista, que busca a reformulação espacial de novos *fronts* de acumulação (SILVA, 2000).

Becker considera a Amazônia à luz do processo de expansão da fronteira, associada à modernização da economia, da sociedade e do território sob a gestão do Estado Nacional. Para a geógrafa o conceito de *fronteira* expressa “um espaço não plenamente estruturado, e por, isso mesmo,

potencialmente gerador de realidades novas. Sua especificidade é a sua virtualidade histórica” (BECKER, 2007, p. 20).

A análise dos múltiplos processos sociais que se configuram na Amazônia, cujas lógicas são permeadas por temporalidades diversas coexistindo com conflitos e cooperação, constitui em matrizes da simultaneidade do território, o que designa o tempo concreto, o tempo das realizações práticas. Subjacente a essa compreensão está posta a questão das escalas geográficas como conceito pertinente à investigação dos processos que se designam como simultâneos ao espaço humano.

A escala geográfica emerge como recurso analítico importante para uma sistematização dos níveis e dimensões dos conflitos dos agentes para com a objetivação dos seus projetos no território. Lacoste advertiu que na análise das dinâmicas espaciais, ao estudar um mesmo fenômeno “é preciso estar consciente que são fenômenos *diferentes*, porque são aprendidos em diferentes níveis de análise espacial” (1993, p. 82).

Propôs o autor sete ordens de grandezas, como conjuntos espaciais, para classificar os diferentes níveis de análise espacial¹¹. Todavia, ao vincular a escala geográfica aos conjuntos de grandezas, não se distanciou da complicada relação geométrica inerente à escala cartográfica, o que diminui o potencial explicativo da abordagem da escala geográfica.

Racine, Raffestin e Ruffy (1983) diferenciaram a *escala cartográfica* da *escala geográfica*. Segundo os autores, a cartográfica exprime uma

¹¹ Classificam-se as seguintes ordens: 1ª ordem (em dezenas de milhares de quilômetros), 2ª ordem (em milhares de quilômetros), 3ª ordem (em centenas de quilômetros), 4ª ordem (em dezenas de quilômetros), 5ª ordem (em quilômetros), 6ª ordem (em centenas de metros), e 7ª ordem (em metros).

representação geométrica do espaço como forma, enquanto a geográfica, como recurso analítico, “exprime a representação da relação que as sociedades mantêm com esta ‘forma geométrica’”. O que significa a materialidade e imaterialidade do território. Nesta ótica, a escala geográfica opera como um processo de “esquecimento coerente”, na medida em que filtra a realidade, focando o que “é pertinente em relação a uma dada intenção” (ibid., 124-129).

A relação projeto/visão e território se amalgamam na constituição das ações, das dinâmicas e do sentido de destino que se anunciam nas variadas formas de uso do território. Nesse aspecto, as transformações territoriais na Amazônia combinam multiplicidade de escalas que se comunicam pelos conflitos e pela cooperação, demonstrando uma das qualidades histórica que é a simultaneidade espaço-tempo na evolução social, o qual revela as formas diferenciadas e fragmentadoras de uso do território.

Na escala local e regional, a dinâmica territorial afeiçoa-se nas atividades produtivas em conflito com as políticas de conservação ambiental, ampliando as conexões entre campo e cidade e, sobretudo, na expansão espacial da fronteira agropecuária. O debate sobre a preservação ambiental e a incorporação de terras ao processo produtivo, seja na organização de assentamentos rurais ou na expansão da agropecuária, em paralelo com os movimentos migratórios na escala intra-estadual iluminam essas tensões sócio-territoriais contemporâneas.

Na escala nacional, a Amazônia comparece como território de expansão do capital e das estratégias nacionais de soberania, alicerçadas no

investimento de novos sistemas de objetos que aprofundam a integração territorial à dinâmica econômica nacional e continental (rodovias, hidrovias, hidrelétricas e outros investimentos). Assim como, no âmbito dos projetos das Organizações Não-Governamentais (ONG's) e de vários movimentos sociais atuantes no campo das políticas de sustentabilidade e preservação ambiental, que se desdobram na territorialização da pauta ambiental em Unidades de Conservação, na formação de Corredores Ecológicos e na delimitação de Terras Indígenas, Quilombolas e Extrativistas.

No plano global, novos substantivos são inseridos no território, agora visto como recursos naturais a serem preservados em função da necessidade do planeta. Permeiam nessas argumentações a capilaridade da gestão compartilhada desses espaços de preservação e a fragmentação do território, elevando a sinuosidade geopolítica subsumidos nesses discursos e práticas.

A coexistência de atividades modernizadoras e de trabalho artesanal ou com pouca composição tecnológica serve como parâmetro para a leitura das dinâmicas da fronteira amazônica. Para Castro (2009, p. 33) “a fronteira é um espaço de realização de relações econômicas, monetarizadas e que podem se articular com uma economia não monetarizada, com regularidades estruturadas ao mercado”. A constituição desses conjuntos processuais foi denominada por Santos (1979) de *dois circuitos* da economia urbana, elementos explicativos do funcionamento das cidades nos países periféricos, com atenção especial para América Latina, que articula dialeticamente as atividades econômicas modernas e as atividades produtivas com poucos incrementos tecnológicos e mesmo artesanais no sistema urbano.

Essas ações geoeconômicas (modernas e tradicionais) nas cidades da Amazônia se comunicam através da inter-relação que essas economias assumem no tecido social. Há um composto que mesclam, no campo e na cidade, as atividades modernas e artesanais, em que a rede urbana serve como irradiadora dessas relações mercantis (CARDOSO, 2006; TRINDADE JR et. al., 2009).

O avanço das relações capitalistas e dos vetores de modernização e monetarização da economia impõe o surgimento de relações sociais mais complexas e permeadas por escalas que dão unidade aos processos locais e globais. A organização produtiva no Brasil, vinculada à modernização da agricultura e do campo formam processos de expansão dos espaços da globalização que, em especial na Amazônia, constituem manchas de um espaço agrário técnico-científico-informacional.

Áreas Geoeconômicas	Estados	Características
Triângulo de Carajás	Pará, Maranhão e Amapá	Corresponde ao complexo minero-metalúrgico, hidrelétrico, portuário e industrial de maior complexidade. Com vértices em Belém, São Luiz e Marabá, essa área tende a incorporar Macapá e Imperatriz, e tem frente avançada em Oriximiná, onde se localiza a mineração Rio do Norte.
Núcleo Eletro-eletrônico de Manaus	Amazonas	Compreende a Zona Franca de Manaus, formada por um conjunto de estabelecimentos produtores de consumo durável, vinculados a empresas nacionais e multinacionais localizadas no Sudeste do País.
A Faixa Agroindustrial e Agropecuária	Leste e Sudeste do Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre	Extensa faixa que se estende ao longo das rodovias que circundam a Amazônia, do leste do Pará ao Acre. Nela, combinam-se, com pesos diversos, pastagens plantadas, extração de madeira e lavouras. No MT, destaca-se a extração seletiva de madeira e pecuária; no leste do PA, a atividade madeireira é primordial e no sudeste predomina as pastagens plantadas; Em TO tem-se as pastagens naturais e no AC, o extrativismo vegetal é forte e em RO predomina o extrativismo vegetal, pecuária e agricultura. O avanço de soja se efetiva em todos os outros estados desta área.

Quadro 5 – Áreas Geoeconômicas da Amazônia Brasileira

Fonte: Adaptado de BRASIL (2000)

Elaboração R. G. C. Silva

As principais políticas públicas experimentadas na Amazônia, no período de 1960 a 2000, podem ser sistematizadas como organização da fronteira, promovendo a articulação espacial em redes geográficas, a mobilização dos recursos do território e integração econômica, configurando em áreas geoeconômicas (Quadro 5).

A configuração geográfica da *faixa agroindustrial e agropecuária* ocupa de forma avassaladora a borda da Amazônia, cuja marcha caminha da frente meridional ao centro da Região, formando paisagens compostas de elementos naturais e de próteses. Trata-se, sobretudo, das atividades no raio da extensão do agronegócio dos grãos, da pecuária e da extração florestal.

Esse modelo de exploração econômica, da formação da agricultura capitalizada, se contrapõe ao modelo de atividade artesanal, assentada tradicionalmente na economia do extrativismo, que por sua vez configura a pressão da *frente pioneira* na *frente de expansão*, conjugando a totalidade do território (MELLO, 2006).

Essa grande área da Amazônia foi designada pelos agentes ambientalistas e pelos setores ambientais do Governo Federal como *arco do desmatamento* ou *arco do fogo*, pois representa a área que mais sofreu transformações no uso do território, disseminando e consolidando as atividades da agropecuária e da agroindústria.

Tal leitura não é compartilhada por todos os estudiosos da Amazônia e, segundo B. Becker (2007), há exageros metodológicos e teóricos no entendimento dessas dinâmicas territoriais. Trata-se de uma designação “ancorada na interpretação de imagens de satélites [...] sem o embasamento

necessário e imprescindível dos processos históricos que moldaram as formas de ocupação e uso do território amazônico” (Ibid., p. 87).

O Mapa 2 aborda a distribuição geográfica dos estabelecimentos empresariais que atuam nas atividades produtivas ligado ao espaço rural da Amazônia. Em 2006, 4.613 empresas desenvolviam essas atividades na Região, sendo que 3.036 (65,81%) estabelecimentos se concentravam basicamente nos estados de Rondônia (283), Mato Grosso (1.688) e Pará (1.065).

Mapa 2 - Empresas no ramo da agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal na Amazônia (2006)

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas (SIDRA), 2010.
Elaboração: R. G. C. Silva

A importância metodológica da cartografia temática é que, para além dos dados quantitativos ou estatísticos, ajuda a inferir na análise geográfica a espacialidade dos arranjos territoriais forjados nos processos sociais e econômicos. Na situação posta, a territorialização do capital realiza-se nas

áreas onde se aprofundam as transformações produtivas no espaço rural, delineando a divisão territorial do trabalho na Amazônia que se manifesta como manchas de modernização agrícola, daí podermos falar de fragmentação da região.

A espacialidade dessas atividades exprime a territorialização do capital (OLIVEIRA, 1991) e a consequente transformação dos processos produtivos no campo, designando, sobretudo, aproximação das atividades econômicas industriais e agrícolas, que ensejam significados contemporâneos ao território, no qual as políticas de colonização são os instrumentos cruciformes nessas transformações.

As ações econômicas na Amazônia Meridional, que abrange principalmente os estados de Rondônia e Mato Grosso, foram objetos, respectivamente, de políticas de colonização pública e privada, que resultaram em processos diferenciados de organização e uso do território. Nessas unidades da federação se potencializou a formação de uma agricultura e agropecuária que incorporou elementos técnicos na produção. O resultado contemporâneo deste processo se apresenta na paisagem rural, composta por sistemas de objetos e sistemas de ações, que permitem a produção e sua fluidez territorial abrindo o debate sobre a suficiência da noção de fronteira.

A fronteira constitui o *novo* na perspectiva de Martins (1996, p. 27), e sua relevância reside nos conflitos sociais, para quem a “fronteira é essencialmente o lugar da alteridade”. Nos apontamentos sociológicos sobre o *tempo da fronteira*, Martins observava que os elementos novos da dinâmica de expansão econômica inerente ao processo de reprodução do capital resultariam numa nova leitura e percepção da fronteira, uma nova

racionalidade econômica que alteraria as relações sociais e mesmo suas institucionalidades.

O autor discute a idéia de tempos históricos dos agentes sociais, argumentando que na *frente de expansão* – um conceito elaborado pelos antropólogos – tem-se uma relação social que comporta as relações de vizinhança, proximidade e identidade. Isto daria uma amálgama social diferente na relação com o lugar e na percepção da natureza. Na *frente pioneira* – conceito elaborado pelos geógrafos – com amplas pesquisas desenvolvidas por Pierre Monbeig (MONBEIG, 1985 e 1998; THERY; DROULERS, 1991), as relações capitalistas são determinantes, em que a conversão da terra em mercadoria passa a ser uma variável central, e que resultaria numa relação de conflito social, numa “contemporaneidade da diversidade” da Região.

Mas, o que pode ser considerado novo no processo de transformação da fronteira amazônica nas últimas décadas? Para Machado (1992), na gestão de política pública do governo federal para a Amazônia, a partir da década de 60, passou a ser incorporado “o uso de recursos técnicos modernos, a articulação com o capital privado nacional e internacional e a integração da colonização regional a um projeto mais amplo de modernização institucional e econômica” (Ibid., p. 38), em que um dos resultados espaciais foi a modernização agrícola e a transformação qualitativa da relação dos diversos agentes na objetivação do território.

A dinâmica qualitativa expressa a objetivação do trabalho social evidenciado em dimensões locais e globais, daí a dimensão de escala geográfica na relação social (RACINE; RAFFESTIN; RUFFY, 1983). Desse

modo, a interpretação da fronteira amazônica não se dissocia da inserção do Brasil no capitalismo global, na totalidade do movimento do mundo. Para Becker essa nova relação na fronteira decorre de uma:

Nova escala da relação capital-trabalho tendo como referência a produção de um espaço planetário onde os estados nacionais conservam suas funções de controle, hierarquização e regulação, e como base o espaço. É então que se torna necessário o Estado, não mais apenas como gerenciador da economia, mas para assegurar as condições de reprodução das relações de dominação inerentes à hierarquia dos grupos e dos lugares. (BECKER, 1988, p. 66).

Se para novos conteúdos territoriais da fronteira é necessário a ação do Estado na função de regulador, portanto, na gestão do território, também em função da própria mobilidade e conectividade que caracteriza a fronteira em seu processo de globalização, deve-se admitir um mosaico de processos espaciais que permitem fazer recortes analíticos da fronteira em sua totalidade, em seu movimento.

A noção de fronteira enquanto recurso analítico para pensar a Amazônia encontra questionamento em função de sua elasticidade conceitual, sobretudo, pelo caráter de exterioridade que exprime. Nogueira (2000) assinala essas limitações quanto à vulgarização do termo, dado os diversos significados e adjetivos incorporados (fronteira econômica, agrária, agrícola, mineral, de recursos naturais)¹².

¹² Castro (2001) aponta limites da noção de fronteira em função da globalização. Para a autora, com a integração de mercados e de produtos do circuito globalizado, a idéia de fronteira como reserva de mercado nacional está fragilizada. “É possível que se esteja inclusive em face de uma revisão da noção de fronteira, não mais somente como espaço de (re)conquista e ocupação de atores econômicos e sociais, de novos usos dados aos recursos naturais, mas como uma fronteira cujo papel político é redefinido pela sua capacidade de potencializar a integração de mercado para além dos limites nacionais, substituindo a noção de mercado protegidos, valorizada no discurso nacionalista” (p. 7).

Trata-se, portanto, de uma noção *importada* que não desvenda as dinâmicas sociais e territoriais da Amazônia em sua complexidade e, notadamente, reforça “a idéia de uma centralidade dominante” contraposto a fronteira, que carrega “um significado desagradável, pejorativo, dado por quem está no ‘centro’ e que termina sendo transferido à sua população” (Ibid., p. 52-53).

Pensando a concepção de Amazônia, Trindade Jr. (2006) discute que a concepção de fronteira assenta-se em três dimensões na abordagem geográfica. Destacam-se “uma preocupação econômica dos processos que modelam o espaço regional; o impacto do modo de produção capitalista e suas formas recentes nas organizações espaciais anteriores”, e por fim, “a necessidade de explicar o desenvolvimento desigual e combinado no interior do território nacional” (Ibid., p. 360).

Para o autor, sob a ótica da divisão territorial do trabalho no Brasil, a Amazônia se constitui em uma *fronteira econômica não homogênea*, espaço em que se consolidam processos diferenciados que permite, a partir do reconhecimento de particularidades, conformar mosaicos sócio-espaciais diversos na região, pois, a “particularidade regional é dada a partir da importância dos homens na produção social do espaço geográfico”, e a categoria região “serve de mediação entre processos gerais e singulares do ponto de vista histórico e econômico, como também reconhece no espaço uma dimensão e um recorte mediador” (Ibid., p. 362).

Sob um olhar ecológico Ferreira e Salati (2005) analisam as transformações do ecossistema amazônico, destacando quatro *devassamentos*

da região. O primeiro refere-se ao que ficou conhecido na historiografia brasileira de *ciclo das drogas do sertão*, nos séculos XVII e XVIII. O segundo *devassamento*, o motor foi a demanda européia e americana pela borracha na Região, que entre as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX, fomentou um fluxo migratório de nordestinos que interiorizou as atividades na Amazônia caracterizando o período como *ciclo da borracha*.

O terceiro processo de devassamento ocorre a partir dos anos 70 do século XX. A “descoberta” de minérios e a disponibilidade de terras alimentaram um fluxo migratório exponencial, conhecido como frente de expansão, acompanhado por políticas territoriais executadas pelo Governo Federal. A organização do território se configurou na formação de eixos de circulação (estradas e rodovias), na implantação de projetos de colonização privada e pública, e no aporte de incentivos fiscais que orientou a ocupação com levas populacionais do nordeste, sul e sudeste brasileiro.

O resultado geográfico é a integração territorial e econômica da Amazônia à dinâmica brasileira, o que significa a presença de atividades econômicas tradicionais e modernas articuladas às escalas geográficas nacional e internacional. O crescimento populacional congregou, entre 1970 e 1991, um total de 8.972.403 milhões de pessoas, passando de 6.931.750 para 15.904.162 milhões habitantes, uma variação populacional de 129% para o período.

O quarto *devassamento*, na ótica de Ferreira e Salati (*loc. cit*) se configura na década de 90 do século XX, na esteira da “revolução científico-tecnológica, pela crise ambiental e pelos movimentos sociais” (p. 37).

Caracteriza-se por processos contraditórios quanto à nova função da natureza no processo de acumulação, dado a sua finitude e escassez, e no agrupamento de novas áreas produtivas aos circuitos espaciais da economia internacional.

Produz-se o conceito de capital natural (BECKER, 1995, 2007)¹³, o que representa a incorporação da natureza em um novo patamar de acumulação, e de organização de uma nova faixa de produção agrícola nucleada pela orientação capitalista, denominada de avanço do agronegócio na Amazônia, destacando-se sua porção meridional.

A questão da técnica, como fenômeno social, se insere como conteúdo novo na fronteira, mormente, na incorporação de sistemas técnicos ao processo de trabalho constituindo elemento crucial da relação social na transformação da fronteira. Se o processo de trabalho e a produção agropecuária na Amazônia eram, até então, predominantemente artesanais e que aos poucos passam a reunir novos sistemas técnicos, isso traz uma dimensão nova no conteúdo territorial da fronteira e que encerra uma relação de escala geográfica também nova.

A paisagem ganha formas na medida em que o uso de objetos e de recursos técnicos cria uma amálgama territorial, um mosaico composto de

¹³ Para Becker (1995: 59) a globalização gerou o conceito de capital natural, na medida em que a questão ecológica é também ideológica, se revestindo num parâmetro geopolítico em escala mundo. Isso se explica "(i) porque as novas tecnologias tendem a alterar a noção de valor associada a bens obtidos por meio do trabalho; a natureza passa a ter valor, seja como patrimônio cultural para o uso e lazer, seja como patrimônio ecológico, isto é, estoque e reserva de vida, seja também como reserva de valor, isto é, capital de realização futura. (ii) Esta valorização conduz a uma nova concepção de propriedade baseada na idéia de socialização dos espaços naturais como patrimônio da humanidade (iii) na prática (...) se constitui uma nova forma de obtenção de lucros com a natureza e sua diversidade genética. No contexto de valores, revela-se que o potencial mais valioso da Amazônia está na sua diversidade biológica. Sua preservação significa a possibilidade de controlar o desenvolvimento da engenharia genética, uma das bases do poder, razão pela qual é hoje alvo de batalha geopolítica que se trava nos fóruns internacionais para socializar os espaços naturais".

ciência e tecnologia incorporada tanto na dimensão produtiva, quanto na perspectiva simbólica sobre a Amazônia. As possibilidades abertas pelo conhecimento científico e pela introdução de sistemas técnicos no processo produtivo, sobretudo quando se considera a invenção e criação de novas espécies ou objetos, reduz a dependência – numa expressão de Marx - de uma primeira natureza, para uma configuração territorial – uma segunda natureza - composta de inovações químicas, tecnológicas e, mesmo, biológicas, ancoradas na expansão da circulação no território (BERNARDES, 2006, p. 17). Tal processo resulta na manifestação geográfica do meio técnico–científico-informacional (SANTOS, 1996, p. 190-192), tornando as especializações produtivas solidárias em escala global, que na Amazônia se realiza com a presença do agronegócio.

Essa é uma característica emergente, um dado novo à fronteira agrícola capitalista da Amazônia, que a torna uma fronteira globalizada, que é a busca de produtividade e competitividade, verdadeiros axiomas da globalização. Estes só podem ser alcançados, na fronteira periférica que é a Amazônia, pela ação política de atores hegemônicos e também pelo Estado, mas as bases de seu conteúdo estão na incorporação e na indissociabilidade da ciência, da técnica e da informação.

O conjunto dessas dinâmicas espaciais impõe a técnica como um fenômeno novo no cotidiano, ainda que não totalmente predominante, mas presente nos *fronts* modernizados, ensejando o que Ellul conceituou de “fenômeno técnico”. Para o autor existe na sociedade contemporânea um movimento que emoldura a ação social em dimensões diversas da

sociabilidade e que opera do “saber fazer” ao “saber pensar”, do prático/pragmático ao complexo.

Nessa visão, a técnica é o elemento que realiza essa amálgama e que implica numa “civilização técnica”, na medida em que ela permeia o cotidiano e os processos mais simples da sociabilidade, cuja expressão se manifesta nas formas-conteúdo presentes no território.

Para a gestão desse processo na fronteira amazônica se potencializou um dos trunfos do poder, que segundo Raffestin (1993) requer a capacidade de mobilizar a população como elemento atuante da transformação do território. As políticas migratórias são tanto objeto das ações do Estado como dos diversos agentes, sendo que a relação espaço-tempo se diferencia para os agentes envolvidos, sobretudo, “porque as políticas migratórias controlam e administram os fluxos no espaço” (Ibid., p. 88).

Na ótica do capital, ou das empresas multinacionais, sua relação se inscreve num tempo curto de realização das suas atividades produtivas, visto que para o capital o espaço é abstrato, sendo um recurso a ser mobilizado no processo de acumulação. Nesse aspecto, continua o autor, em relação a população ou a força de trabalho os conflitos se instauram em função de um “choque entre a territorialidade abstrata e instável das multinacionais e a territorialidade concreta e estável da população” (ibid., 94-95).

O avanço da fronteira agrícola e das atividades produtivas que assumem relevância na geografia regional com aporte de políticas públicas, se expandiu na Amazônia meridional, se territorializando em áreas dos estados de Rondônia e Mato Grosso. Nesses estados o fluxo populacional orientado pela

migração inter-regional e as políticas de colonização foram determinantes para o desenvolvimento de atividades vinculadas a economia de mercado, e a formação de uma paisagem rural marcada pelo desmatamento, impacto ambiental, conflitos rurais e pela interiorização da população em pequenas cidades.

CAPÍTULO 3 – COLONIZAÇÃO E FRONTEIRA AGRÍCOLA: A ESPECIFICIDADE GEOGRÁFICA DE RONDÔNIA

As políticas de migração e colonização na Amazônia foram estratégias que permitiram a produção do espaço (LEFEBVRE, 2008), e que acelerou a integração econômica e territorial da Amazônia na economia nacional, engendrando micro processos produtivos de uma economia de mercado.

No período pós 1960, Cardoso e Mueller (1977) assinalam que o desenvolvimento econômico da Amazônia ganha ímpeto quando passa a integrar-se a economia nacional, ainda que na pauta de exportação se destacassem os recursos minerais e naturais. Rattner e Udry observam que dadas às condições ambientais adversas para ocupação da Amazônia, o Governo Federal forjou “uma bateria expressiva de incentivos, caracterizando essa ocupação como uma promissora abertura de mercado às empresas do Centro-Sul” (1987, p. 15).

Essa aliança entre *Capital* e *Estado* expressa a ação estratégica desses agentes territoriais na construção de outras funcionalidades do território, pavimentando a ocupação de terras e a exploração mineral. Na ótica do Estado financiar os capitais privados (nacional e internacional) através de políticas econômicas (créditos e isenções fiscais) e territoriais (estradas, migração, colonização) possibilitou a realização objetiva da ocupação do espaço, que incrementou a lógica do capital e a sociabilidade capitalista no meio da floresta amazônica. Com isso, as condições embrionárias para a reprodução ampliada do capital na escala regional estavam assentadas,

configurando funções novas no sentido produtivo, que assume ímpeto na paisagem rural.

Para Moraes (2002), nos capítulos da formação territorial do Brasil as políticas de colonização foram fundamentais para a ocupação dos fundos territoriais¹⁴ e representou a aplicação mais direta do processo de valorização do espaço. Segundo o geógrafo, a colonização efetivou os processos de atuação da sociedade no espaço, produzindo todas as relações que engendram suas metamorfoses, descritas na “apropriação de meios naturais, transformação de tais meios numa segunda natureza, apropriação destes meios naturais transformados, produção de formas espaciais, e apropriação do espaço produzido” (Ibid., p. 89).

Na Amazônia os projetos de colonização constituíram formas de intervenção estatal que rapidamente produziram modificações espaciais nos lugares e que ensejou complementaridades no desencadeado objetivo de integração territorial. Melo (2006) compreende esse capítulo da história regional na esteira do conceito de *frente pioneira*, destacando que esse processo “não teve vínculo com a agricultura tradicional, mas sim com grupos industriais nacionais, estrangeiros, multinacionais, sociedades anônimas e capitais urbanos” (Ibid., p. 25), gestando a sociabilidade capitalista na lógica da acumulação e da valorização do espaço.

Assinala ainda a autora (ibid., p. 25-26), que a nova frente pioneira, em relação aos pretéritos processos de ocupação da Amazônia, se destaca com três diferenças:

- A agregação dos aspectos político – o da segurança nacional - e econômico, fundamentado nas empresas e nos tipos de investimentos.
- A transferência de população, que vai reavivar os conflitos marcados pelos problemas fundiários como origem de focos de tensões sociais e gerar a necessidade de reequilíbrio regional.
- O processo de colonização oficial, fundamentado na noção de propriedade.

Os argumentos postos sistematizam as transformações espaciais na Amazônia brasileira nas últimas décadas do século XX. A transformação da terra em mercadoria, portanto, a negação à *terra de trabalho* (MARTINS, 1980), completada pela política de colonização que, como política institucional, criou as bases para a expansão das relações capitalistas na fronteira amazônica.

Nessa ótica, Rondônia constitui-se como resultado do processo de modernização econômica da Amazônia, cuja gestão se dá sob as *mãos* do Estado. Operaram processos geográficos que transformaram seu território, engendrando novas escalas geográficas no mosaico social, o que possibilitou a experiência de temporalidades diversas e de gestão e produção do espaço sob projetos distintos, conflituosos e contraditórios.

A partir da década de 70 do século XX, a colonização dirigida pelo Estado assume feições diferentes na geografia regional. Os estímulos aos fluxos migratórios e a gestão do território, via a institucionalidade da política de colonização, promovem os novos usos e significados do território que se alicerçam em Rondônia.

¹⁴ Designado por Moraes, o conceito de *fundos territoriais* constituem em áreas não devassadas no território nacional, que servem como estoques de espaço e possibilidade de expansão capitalista gestada pelo Estado. Apesar de não serem usados já estariam demarcados para futura expansão.

Almeida e David (1981, p. 22) discutem o papel da fronteira agrícola, a partir de trabalho de campo, em que destacam as transformações espaciais que se processou em Rondônia:

O grande dinamismo demográfico demonstrado por Rondônia iniciou-se com a exploração da cassiterita e intensificou-se com o aumento de acessibilidade às terras do [então] território, com a construção da rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR-364) em fins dos anos 50, e seu posterior melhoramento em 1970. A instalação dos Projetos de Colonização do INCRA-Ouro Preto, Gy-Paraná, Sidney Girão, Burareiro, Paulo de Assis ribeiro, Padre Adolfo Rohl e Marechal Dutra – e a abertura das novas rodovias gerou um fluxo populacional dos mais intensos já observados na história do País, tendo a população se multiplicado quase cinco vezes na década de 70. Rondônia, sem dúvida, é hoje o palco da mais importante expansão da fronteira agrícola brasileira.

Para Miranda (1990, p. 66):

Embora as primeiras tentativas de ocupação de Rondônia datem do final do século XIX, só a partir da descoberta da cassiterita e da abertura da BR-364, nos anos 60, é que efetivamente se desencadeou o povoamento do Território. Esse processo de ocupação nos anos 70 e seguintes, sob a égide da ação governamental, adquire uma dinâmica peculiar, cuja marca é a rapidez e a intensidade, evidenciadas no incremento populacional e nas transformações da base econômica regional.

Desse modo, o entendimento das transformações territoriais passa, inicialmente, pela leitura da política de colonização enquanto evento concretizado, como resultado concreto, uma vez que esta comparece como processo determinante na construção do território. Deve-se destacar que a partir de 1960, a exploração de cassiterita e a abertura da rodovia BR-364 proporcionou o aumento do fluxo populacional e as conexões à economia nacional.

Mas a política de colonização agrícola, como forma de gestão do território que orienta a ocupação da fronteira, assume maior preponderância na

região com o estímulo à ocupação de terras sob novos processos de trabalho e de produção. Se até a década de 1960 a economia de Rondônia baseava-se na extração da borracha, da castanha-do-pará e extração mineral (cassiterita), sobretudo nos municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim, o acesso à terra e as políticas de infra-estruturas alicerçam o crescimento populacional, estimulam o fluxo migratório e assentam uma transformação territorial pautada na construção de um território centrado na gestão política do Estado.

A colonização agrícola em Rondônia materializa a ação geográfica do Estado, sendo um espaço de gestão, de experiência e concretização de projetos econômicos e sociais que ganham feições a partir da ação do Estado (THERY, 1997). Se inicialmente Rondônia se constituía como a fronteira agrícola do Estado, hoje, há transformações que ensejam uma fronteira do capital nacional e internacional, que se realiza de forma fragmentada e articulada ao movimento geral que passa o Brasil em suas transformações territoriais.

Para Santos e Silveira analisam as transformações do território brasileiro, destacando que a modernização da agricultura e a reorganização produtiva no Brasil evidenciam esses processos na fronteira, com a formação de novos *fronts*...

[...] que nascem tecnificados, cientificizados, informacionalizados. Eles encaram uma situação: a da difusão de inovações em meio o “vazio”. Se o movimento pioneiro de São Paulo, magistralmente descrito por Pierre Monbeig [...] e Ari França [...], teve o comando dos grandes plantadores, capazes de construir estradas de ferro, atrair imigrantes e incorporar um maquinismo moderno, hoje as frentes pioneiras são abertas sobretudo pelas grandes empresas, com a cooperação do poder público. (2005, p. 119)

Nas regiões periféricas, como a Amazônia e, em específico, Rondônia, dada a sua função na divisão territorial do trabalho, sua inserção no circuito superior da economia globalizada se faz pela produção dos bens de base primária, em que há uma mudança na base técnica do território que atinge as áreas rurais e seus sistemas de engenharia, impondo às cidades novos serviços e funções. A base técnica se expressa na formação de novos sistemas de objetos (silos, estradas, telecomunicação...), cuja funcionalidade sistêmica completa-se nas cidades.

Esse processo se fundamenta na difusão e expansão geográfica da agricultura capitalista – o agronegócio globalizado - que se realiza com a fragmentação seletiva do espaço agrícola, com exclusão social e uma urbanização interiorana, pulsada por essas atividades agrícolas modernizadas na lógica industrial de produção (ELIAS, 2003a, 2003b, 2007). Sabe-se que a transformação do espaço resulta em mudanças funcionais do mesmo, e a participação e ampliação das atividades produtivas requer que os sistemas de objetos possam responder às demandas postas.

No Brasil, no último século, a formação espacial e suas transformações funcionais percorreram um longo caminho, que deixou o conhecido processo de arquipélagos geoeconômicos para uma integração territorial ainda incompleta (PEDRÃO, 2003; MOREIRA, 2004; SANTOS; SILVEIRA, 2005). A formação de redes geográficas, principalmente de circulação de mercadorias, aportadas em novos projetos de infra-estrutura na Amazônia, sobretudo na década de 90 do século passado, é resultado dos processos que os agentes econômicos e públicos, no bojo de suas contradições, projetam e manifestam

na mobilização dos recursos do território à incorporação produtiva, requalificando os recursos da natureza e de seus estoques.

No conjunto dessas alterações o território se moderniza no processo produtivo buscando cada vez mais o aumento da produtividade, que se realiza com adições de maquinários, pesquisas e insumos tecnológicos. Resulta ao campo e a cidade novas funcionalidades no feixe de forças econômicas que configura esses novos *fronts*.

Mapa 3 – Amazônia: máquinas e implementos agrícolas nos estabelecimentos agropecuários (2006)

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário 2006/SIDRA), 2010.
Elaboração: R. G. C. Silva

Como se verifica, a distribuição de maquinários e implementos agrícolas na Amazônia (Mapa 3) se intensifica no sudeste do Pará, Tocantins, Mato Grosso e Rondônia. Nestes dois últimos Estados, o avanço do agronegócio dos grãos e da pecuária acelera a inclusão de maquinários e

adições de sistemas de objetos que produzem uma modernização agrícola em manchas no território, dado a incorporação técnica nesse processo (SANTOS; SILVEIRA, 2005).

Tal situação geográfica alude o que Machado (1995) denomina de processo de reestruturação espacial na Amazônia. Para a geógrafa, a Amazônia brasileira vive um momento histórico de redefinição de suas funcionalidades regionais caracterizada por variáveis internas e externas que lhe configuram um espaço-tempo diferenciado.

Em sua análise...

[...] a reestruturação espacial é um processo, um processo que se dá, no caso específico da Amazônia, numa situação de forte instabilidade. (...) considerar a possibilidade de que eventos não controlados ou não imediatamente controláveis (...) resulta da 'ampliação' de comportamentos desordenados presentes na atual estrutura regional, e que esses comportamentos podem ser fatores de reorganização regional, e não, obrigatoriamente, elementos perturbadores de uma ordem espacial existente. (...) a interconexão entre eventos locais/regionais e o ambiente 'externo' (...) não só dá significado às diversas 'Amazônias' como aponta para o papel crucial que uma forma específica de organização sistêmica, as 'redes', podem exercer sobre a reestruturação do espaço amazônico. As redes, como forma efetiva e potencial de organização espacial, englobam tanto redes infra-estruturais ou *logísticas*, caso das redes de comunicação a longa distância (telecomunicações), como 'redes virtuais', que referenciam projetos *transnacionais* coletivos, caso das redes urbanas e das redes políticas. (MACHADO, 1995, p. 84-85)

Nesta perspectiva, a densidade espacial das atividades produtivas combinada com uma reorganização geográfica da produção coloca a possibilidade de novos projetos econômicos e políticos no território, moldando seu uso e funcionalidade. A reestruturação espacial na Amazônia, explicada por Machado, converge com a política do Governo Federal para a Amazônia, na década de 90 do século passado, em termos de uma arquitetura espacial

aplicada na construção dos *Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento* (ENDI's), em que o cerne está no redirecionamento geográfico de atividades econômicas potencialmente competitivas, incorporando as vantagens comparativas dos territórios (ABLAS, 2003).

Todavia, de caráter fortemente tecnocrático essa proposta apenas focava e buscava produzir uma espacialidade alimentada, em sua essência, nas “idéias de logística, competitividade e redução do ‘Custo Brasil’ associada a grandes obras de infra-estrutura”, para inserção no mercado mundial, o qual ignorava as particularidades regionais (GALVÃO; BRANDÃO, 2003, p. 195).

A formação da arquitetura espacial a partir da construção de uma base física infra-estrutural combinada com os fluxos direcionados ao mercado externo constitui o núcleo desses projetos e ações. Na abordagem geográfica, a participação do mercado nacional nos circuitos econômicos externos exige maior fluidez e porosidade territoriais, daí o imperativo do aumento da circulação na base rodoviária, hidroviária, ferroviária e aeroviária, modificando e melhorando os sistemas de objetos da circulação geográfica (ARROYO, 2001, 2003; CASTILHO, 2004).

Mapa 4 – Amazônia: distribuição da produção de soja (2008)

Fonte: IBGE (PAM/SIDRA), 2009
Elaboração: R. G. C. Silva

Mapa 5 – Amazônia: distribuição da pecuária (2008)

Fonte: IBGE (PAM/SIDRA), 2009
Elaboração: R. G. C. Silva

Mapa 6 – Amazônia: extração de madeira (2008)

Fonte: IBGE (PAM/SIDRA), 2009
Elaboração: R. G. C. Silva

Aprofunda-se o estímulo à produção de monoculturas (principalmente soja, milho e algodão), pecuária de corte, exploração madeireira, entre outras, articulando a economia nacional aos mercados internacionais. Dentre os programas de investimentos em infra-estruturas e estímulos à ocupação agrícola em grande escala, tem-se a produção de soja e a pecuária de corte que avançam na Amazônia Meridional (Mapa 4, 5 e 6), especificamente em Mato Grosso e em Rondônia, seguindo em várias frentes, como as áreas de Santarém, no Pará, em Humaitá, no Amazonas e nos cerrados de Roraima (SILVA, 2005; BERNADES, 2006).

Em Rondônia a produção de soja, a produção madeireira e a expansão da pecuária de corte moderna constituem os principais produtos destinados à exportação e se afeiçoam como feixes motores das dinâmicas territoriais contemporâneas.

Uma *regionalização* se configura num processo de *especialização produtiva do território*, em que a produção de grãos (soja, arroz e milho) se condensa no sul do Estado¹⁵, ao passo que a pecuária de corte abrange todos os municípios, sobretudo, os que estão no eixo da Rodovia BR-364, e a produção madeireira cresce no norte de Rondônia, sobretudo nas proximidades das áreas protegidas, região de intensos conflitos sócio-territoriais e expansão da fronteira agrícola.

Na mesma projeção e convergente com o agronegócio, a renovação da malha de transportes (hidrovia e rodovia) parece ser crucial à realização dos fluxos destinados ao mercado global. Aqui, as escalas de produção e de consumo são diferenciadas, mas sua realização enquanto totalidade são indissociáveis.

Todas essas dinâmicas traduz no território a recomposição de sua materialidade, reunindo os projetos dos agentes (diversos e contraditórios) e cristalizam a dialética entre as políticas públicas locais/regionais e as ações projetadas dos agentes econômicos, como contemporaneamente se verifica na agenda do grande capital aliado ao agronegócio que propõe rediscutir os territórios das populações tradicionais (quilombolas, seringueiros, pescadores artesanais) e dos grupos indígenas. A isso se agrava o fato de que a atividade agropecuária tem sido considerada como principal causa de desmatamento, sobretudo quando se verifica que dos 5.577.725 hectares (Gráfico 1), cerca de 90% das terras utilizadas com atividades produtivas (pastagens e lavouras)

¹⁵ Os municípios produtores de soja localizam-se no sul do Estado. As condições edafoclimáticas, a estrutura fundiária e as estruturas das empresas compradoras de soja potencializam o crescimento e concentração da produção nessa sub-região.

destinam-se às pastagens, aumentando consideravelmente no período de 1995 a 2006 (IBGE, 2006).

Tanto o desmatamento (que representa não raras vezes a inclusão ilegal de áreas para a exploração madeireira, pecuária e produção agrícola), quanto à pecuária e a produção de grãos são atividades que têm inserido mudanças significativas na dinâmica territorial de Rondônia, seja na expansão da fronteira agrícola e concentração de terras, ou na complexidade dos conflitos sócio-territoriais que se intensificam.

A inserção da agricultura capitalizada (soja, principalmente) no sul de Rondônia potencializa o aumento dos conflitos sociais e a pressão para exploração de novas áreas nas bordas das Unidades de Conservação e Terras Indígenas, resultando em inúmeros conflitos sócio-territoriais.

Tais movimentos originam questões importantes que põem em relevo não somente a dinâmica em si, pois, a produção do espaço resulta da ação da

sociedade, mas a qualidade e intensidade dessas transformações, em função das escalas de objetivação dos projetos dos agentes territoriais.

No plano regional/nacional, a Amazônia está cada vez mais inserida na dinâmica econômica dos processos globalizados, ainda com um papel de periferia que se moderniza e que se fragmenta. Daí a renovação da sua malha de transportes, o avanço do agronegócio e das atividades produtivas de base primária destinada à exportação.

Na dialética desse processo geográfico gera-se, para o caso de Rondônia, um tensionamento territorial. A política de colonização (1970-1990) tem como resultado a forte presença da agricultura camponesa e, até então, uma estrutura fundiária relativamente equilibrada e mais distribuída. Em contraposição, o avanço da pecuária de corte, da exploração madeireira e da produção de grãos que asseguram as atividades do capital, sobretudo, em grandes propriedades, o crescimento econômico implica, dentre outras, na concentração fundiária, na especialização produtiva e na migração intra-estadual, o que gera uma desigualdade espacial fragmentadora do território.

É coerente supor que a dinâmica das atividades agrícolas modernas cujo foco é principalmente o mercado nacional e internacional, incide nas transformações espaciais local/regional, resultando no avanço de espaços da globalização, onde se cristalizam processos de diferenciação e articulação geográficas.

Nesta perspectiva, configura-se em Rondônia a manifestação empírica desses processos globais em contraposição às dinâmicas locais, resultando em conflitos sociais que se aceleram nos últimos anos (1995-2009). Dos

processos globais os expoentes são as atividades inseridas no mercado externo, que formam circuitos produtivos modernos mobilizando transformações nos sistemas de objetos e sistemas de ações do campo e da cidade. Acelera-se a urbanização e forma-se um eixo urbano ligado à circulação geográfica. Muda-se o valor dos objetos geográficos decorrente dos novos usos e funcionalidades do território.

Quais as dinâmicas locais mais agudas? A mobilidade espacial da população se dá com o aumento da migração intra-estadual. No período de 1970 a 1990, configurava-se Rondônia como um espaço de migração constante, um espaço “importador” de população. Atualmente esse processo se inverteu e tanto há uma “exportação” de população para a Região Amazônica (Acre e Roraima), como, principalmente, acelera-se uma vigorosa migração intra-regional.

Mudou a escala geográfica da migração. Agora, esboça-se seu caráter intra-estadual e os fluxos populacionais direcionam-se *i)* do campo “modernizado” para as áreas de expansão da fronteira agrícola ao Norte de Rondônia e para região do Vale do Guaporé (na fronteira com a Bolívia), *ii)* e do campo para a cidade, sobretudo, nas cidades do eixo urbano centralizado ao longo da rodovia BR-364.

PARTE II

ROUNDÔNIA E A EXPANSÃO DO TERRITÓRIO ESTATAL (1970 - 1995)

Na foto parcial, o centro comercial de Ji-Paraná em 1978

Extraída do livro "No rastro dos pioneiros"

CAPÍTULO 4 – A COLONIZAÇÃO COMO PRODUTO DA AÇÃO TERRITORIAL DO ESTADO

4.1 - A natureza da Colonização na Amazônia

Há algum tempo a Amazônia comparecia no imaginário da nação como um espaço geográfico organizado pelas atividades extrativistas, composto por uma sociedade de laços fortes com as florestas e os rios, cuja expressão cultural e simbólica a unia à natureza, ao tempo da natureza, configurando um meio geográfico *natural* ¹⁶(SANTOS, 1996).

A técnica é produto da sociabilidade humana, sendo um instrumento de transformação histórica da natureza, na medida em que potencializa o trabalho social. Todavia, o *meio natural* representa um período da história em que o homem, mesmo dominando a agricultura, a criação de gado, a domesticação de outros animais e a elaboração de outros artefatos estava submetido às dinâmicas da natureza, não alterando significativamente o meio geográfico, a sua contiguidade espacial.

No meio geográfico natural “as técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas da natureza, com a qual se relacionavam sem outra mediação. [...]

¹⁶ Milton Santos (1996, p. 187-192) divide a história do meio geográfico em três etapas: O meio natural, o meio técnico-científico e o meio técnico-científico-informacional. O *meio natural* consiste num vínculo das atividades humanas ao tempo da natureza, cujo trabalho coletivo não impõe mudanças significativas a natureza, pois, “os sistemas técnicos não tinham existência autônoma”. Essa primeira etapa preenche um extenso período da humanidade, sendo modificado com a emergência do sistema capitalista, em que a técnica e a ciência aparecem como elementos potencializadores do trabalho social. O *meio técnico* experimenta a “emergência do espaço mecanizado”, pois, nessa etapa os objetos que formam o meio já não são somente culturais, mas “culturais e técnicos ao mesmo tempo”. O capitalismo vai substituindo ou diminuindo a importância dos desígnios naturais, o tempo é quantitativo e a lógica é instrumental. Essa etapa abrange a Europa, o espaço original do capital que se expande para os outros continentes. O *meio técnico-científico-informacional* consiste na transformação da composição orgânica dos lugares, em que a ciência, a técnica e a informação são determinantes na dinâmica social. A unicidade técnica, científica e informacional vai se dar sob a égide do mercado, que se globaliza e fragmenta os territórios. “A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação”. Emerge o território normado pelos os Estado em função do Capital, a natureza cada vez mais é socializada em função da tecnológica que inventa novas propriedades e redescobre as matérias-primas. A densidade dos sistemas de objetos e os sistemas de ações aumentam a produtividade dos lugares, fragmentando as regiões, as nações.

Esses *sistemas técnicos sem objetos técnicos* não eram, pois, agressivos, pelo fato de serem indissolúveis em relação à natureza” (Ibid., p. 188). Na Amazônia, tempo e espaço eram singulares, daí sua especificidade regional, diferenciando-se das demais regiões pelo seu movimento endógeno, sem grandes intercâmbios estruturantes com os centros mais dinâmicos do Brasil. Em sua maior parte a história da Amazônia se tem o meio geográfico natural, sendo modificando, ainda que em *manchas*, no meio técnico e técnico-científico-informacional, sendo o espaço regional um acúmulo desigual de tempos.

Registra-se na história regional, no final do século XIX e início do XX, movimentos de intervenção estatal articulado, sobretudo, pela economia da borracha e por levas de migrantes, principalmente do Nordeste brasileiro, possibilitando a formação de duas metrópoles regionais (Belém e Manaus) em meio à massa florestal, que assumia e ainda assume a exuberância da paisagem regional.

Contudo, somente após a segunda metade do Século XX uma política territorial mais elaborada, sob a gestão do Estado, produziu contornos e formas geográficas socialmente diversas na Amazônia. Redefiniu-se e alicerçou-se seu destino às dinâmicas basilares do território nacional, desdobrando-se em processos de fragmentação da unidade regional, movimentado e aprofundado pela especialização da divisão territorial do trabalho. Engendra-se a formação do meio técnico e técnico-científico-informacional, sobretudo, a partir de sua borda meridional.

Figura 1:
Eixos de ontem, de hoje
e de amanhã

O geógrafo Théry analisa esses fluxos e movimentos de entrada na Amazônia, destacando que após os anos de 1960 esses deslocamentos foram mais constantes (Figura 1). Para o geógrafo, nos anos 60 a direção manteve ao longo da Rodovia Belém-Brasília, sendo espaço dos deslocamentos orientado pelo Governo Federal. Nos anos 70, o eixo avança para a Amazônia Meridional, destacando-se os programas de Colonização Pública e Particular que se territorializam em Rondônia e Mato Grosso.

Segundo Thery:

A Amazônia está, portanto, vivendo um momento de mutações, o qual transforma até as suas dimensões. Não no sistema métrico, onde ela mantém os milhões de metros cúbicos de água, de quilômetros quadrados de florestas e de milhões de espécies ainda desconhecidas, que fazem dela uma das principais zonas de biodiversidade do planeta. Mas na métrica mais sutil do peso demográfico, econômico e social, na topologia dos transportes, onde o tempo de percurso conta mais do que o espaço bruto, e as ligações efetivas mais do que as proximidades. (Ibid., p. 46)

A intervenção do Governo Federal (agente territorial público) produziu uma nova geografia da Amazônia caracterizada pelos processos econômicos, sociais e territoriais inerentes ao avanço do capital. Estes assumem proeminência no cotidiano local e regional, gestando um alargamento do contexto social quando os feixes de forças do capital e de expansão da fronteira agrícola se territorializam e modificam, sobremaneira, a sociabilidade regional.

Na análise geográfica, compreende-se por *políticas territoriais* uma ação de intervenção, principalmente do Estado, na organização e produção do território, na acepção de criar uma nova espacialidade¹⁷. Constitui-se, portanto, no “campo das ações emanadas dos poderes centrais, regionais e locais sobre os diversos territórios” (RUCKERT, 2010, p. 19).

O geógrafo W. M. da Costa define política territorial como:

[...] toda e qualquer atividade estatal que implique, simultaneamente, ‘uma dada concepção do espaço nacional’, uma estratégia de intervenção ao nível da estrutura territorial e, por fim, mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar essas políticas”. (COSTA, 1991, p. 13).

Nesse entendimento, são políticas territoriais as ações do Estado no campo da urbanização, regionalização e integração econômica, transportes e circulação, gestão ambiental e ordenamento territorial, colonização e reforma agrária, entre outras. Todavia, o que as distinguem em sua geograficidade, dado que apresentam estaturas sociais e econômicas, refere-se a sua condição de modular o espaço, de produzir o espaço, qualificando-a “como condição para as outras espacializações” (MORAES, 1994, p. 29-30).

¹⁷“A espacialidade é um momento das relações sociais geografizadas, o momento da incidência da sociedade sobre um determinado arranjo espacial” (SANTOS, [1988] 2008, p. 80)

No Governo Militar, o Plano de Integração Nacional (PIN), instituído pelo Decreto Lei nº 1.106 de 16.06.1970, desenhou-se como política territorial de escala nacional, pois, seus objetivos constituintes desdobraram-se em transformações espaciais profundas na Amazônia que décadas depois completaria a integração territorial, ainda inacabada, aos circuitos da economia modernizada, criando uma cooperação do Estado com o Mercado na produção do espaço fragmentado (SANTOS, [1985] 2008).

No PIN, em seus objetivos centrais sublinha-se a natureza espacial da ação estatal para com a Amazônia, especialmente, no desígnio de constituir imediata materialidade técnica no território:

- 1) Deslocar a fronteira econômica, e, notadamente, a fronteira agrícola, para as margens do rio Amazonas [...];
- 2) Integrar a estratégia de ocupação econômica da Amazônia e a estratégia de desenvolvimento do Nordeste [...];
- 3) Criar as condições para a incorporação à economia de mercado [...] de amplas faixas de população antes dissolvidas na economia de subsistência [...];
- 4) Estabelecer as bases para a efetiva transformação da agricultura da região semi-árida do Nordeste;
- 5) Reorientar as emigrações de mão-de-obra do Nordeste, em direção aos vales úmidos da própria região e à nova fronteira agrícola;
- 6) Assegurar o apoio do Governo Federal ao Nordeste, para garantir um processo de industrialização tendente à auto-sustentação [...].(BRASIL, 1970, p. 31).

Nesse conjunto maior pensado para a Amazônia a colonização agrícola tornou-se a política territorial de primeira grandeza, compondo uma estratégia de intervenção que alimentava as transformações espaciais que se projetava à região.

Embora a política de colonização já estivesse pensada no Estatuto da Terra, seu aproveitamento mais intenso ocorreu com o Programa de Integração Nacional, no Governo Médici (1969-73). O Governo Federal definiu a política

de colonização, conforme Decreto nº 59.428/1966, que regulamentou a parte do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30.11.1964):

Art 5º Colonização é toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agro-industriais, através da divisão em lotes ou parcelas, dimensionados de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nela previstas.

§ 1º A colonização em áreas prioritárias terá por objetivo promover o aproveitamento econômico da terra, preferencialmente pela sua divisão em propriedades familiares congregados os parceliros em cooperativas ou mediante formação de cooperativas de colonização de tipo coletivo.

§ 2º A colonização com fins de povoamento e segurança nacional terá caráter pioneiro, devendo a área das parcelas ajustar-se, sempre que possível, às características das pequena e média empresas rurais, definidas nos termos da Lei, e em especial no § 2º do art. 60 do Estatuto da Terra e sua regulamentação.

Situada no âmbito do Estatuto da Terra, a primeira lei agrária do regime militar, a colonização agrícola, segundo Tavares dos Santos, qualificou-se como “uma técnica social associada à expansão da fronteira agrícola e à difusão da propriedade familiar (1985, p. 128). Para Ianni (1979) a política de colonização serviu para manter as estruturas fundiárias concentradoras nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, na medida em que incentivava os fluxos de camponeses para a Amazônia, diluindo os conflitos sociais nas regiões antigas (SILVA, 1982).

Formara-se uma aliança de classe entre a burguesia industrial e o latifúndio, num pacto político que apontava a colonização como alternativa à reforma agrária, ao tempo que expandia as áreas de produção agrícolas, sendo esta uma reserva espacial de reprodução do capital.

No âmbito das alterações sociais e espaciais a ação desempenhada pelo o Estado, como um agente sintagmático, um agente que desenvolve um projeto/programa de transformação do espaço se impõe pelos mecanismos de dominação e estratégia de ação no território. O controle e orientação dos fluxos populacionais, a gestão do acesso a terra e aos recursos do território, e a sociabilidade mediada pelos órgãos governamentais decorrente do fluxo de crédito e ingresso ao trabalho, constituem em poderosos mecanismos de domínio do território (RAFFESTIN, 1993).

Tavares dos Santos analisa esses mecanismos de dominação e de controle social que o Estado impõe aos novos migrantes, aos colonos e, por conseguinte, de gestão política do território.

O Estado criou uma representação ideológica que, afastando a possibilidade de reforma agrária, afirma a colonização como única solução para a crise fundiária brasileira. [...] A política de colonização estabeleceu um processo de controle social das populações rurais para orientar e controlar a formação e o deslocamento dos camponeses e dos trabalhadores rurais. [...] As populações transferidas, cuja organização social foi quebrada por esse deslocamento tão brusco e para tão distante, encontram-se assim em face ao aparelho do Estado desde sua chegada nos perímetros de colonização da Amazônia: o Estado é o administrador de todas as iniciativas, desde processo de trabalho até a rede de sociabilidade, com a ajuda de um sistema suficientemente rígido para que ele possa conseguir a submissão dos novos colonos. [...] Do ponto de vista dos objetivos econômicos da política de colonização, a formação de uma reserva de força de trabalho assim como a instalação da produção alimentar para o mercado interno foram os mais importantes. Isto quer dizer que o trabalho dos colonos valoriza economicamente o espaço natural sob diferentes formas segundo as condições ecológicas de cada programa de colonização e os sistemas de trabalho agrícola que são instalados. (TAVARES DOS SANTOS, 1985, p. 32).

Oliveira considera a colonização agrícola dialeticamente como objeto de reprodução do capital e dos camponeses, delineando a funcionalidade da

fronteira agrícola quanto à obstrução da reforma agrária, cujo resultado é assegurar a manutenção da concentradora estrutura fundiária brasileira:

(...) a colonização no Brasil tem se constituído na alternativa escolhida pelas classes dominantes para evitar, simultaneamente a necessária reforma estrutural do campo e, ao mesmo tempo, suprir-se de força de trabalho para seus projetos na fronteira. Dessa forma, a abertura das novas frentes de ocupação na Amazônia sempre trouxe consigo este caráter contraditório da formação da estrutura fundiária brasileira no interior da lógica do desenvolvimento capitalista. Assim, o processo que leva os grandes capitalistas a investirem na fronteira contém o seu contrário, a necessária abertura dessa fronteira aos camponeses e demais trabalhadores do campo. (OLIVEIRA, 1997, p. 136)

A colonização serviu para a expansão do capital em áreas longínquas assegurada pelo o Estado, que utilizando dos mecanismos públicos perpetrou na Amazônia a nova fronteira agrícola e agropecuária do Brasil. Na ótica do Governo Militar conjuga-se na política de colonização a saída para os problemas sociais e fundiários nas regiões mais desenvolvidas do país, ao tempo que a questão agrária, que assumiu projeção nacional nas décadas de 50 e 60 do século XX, passou a um segundo plano na órbita das pautas sociais gestada pelo o Estado. Destaca-se que essa ação do Estado no território assume uma natureza sociopolítica de classe, que Tavares dos Santos (1995) define como um momento da "Colonização Contra a Reforma Agrária".¹⁸

Na Amazônia, a colonização agrícola tornou-se umas das políticas territoriais de maior potencial transformador do espaço regional, mobilizando o que Raffestin (1993) denomina de trunfos importantes do Estado para com o

¹⁸O sociólogo José Vicente Tavares dos Santos (1995) elaborou os ciclos de colonização no Brasil, relacionado à incorporação de novas terras na atividade produtiva. O primeiro ciclo, no período de 1930-45, caracteriza-se como *Colonização para os trabalhadores*; o segundo, de 1946-64, seu conteúdo político definiu-se na *Colonização como resposta do Estado às lutas sociais no campo*; no período de 1965-84, comparece a *Colonização contra a reforma agrária*; por fim, o quarto período, de 1985-94,

exercício do poder, quais sejam: população, território e natureza. Em sua dimensão espacial, a colonização serviu como um ajuste espacial dos conflitos socioeconômicos que se adensaram nas regiões economicamente dinâmicas no país, ao tempo que pavimentou a inserção de atividades capitalistas no campo e na cidade, modificando da *borda* ao *coração* da floresta amazônica.

4.2 – Frente de expansão e frente pioneira na transformação do território

No pensamento geográfico, basicamente, assenta-se dois campos de análises sobre as transformações na Amazônia, na qual a colonização se situa. Uma vertente desenvolve as explicações das dinâmicas territoriais a luz do conceito de *frente pioneira*, e outra, através do conceito de *fronteira*, articulado nos postulados da moderna geografia política. Todavia, juntamente com a frente pioneira e a mobilidade da fronteira, faz-se presente os estudos sociológicos e antropológicos sobre a frente de expansão na região.

Portanto, os processos de transformações sociais, econômicas, culturais e territoriais que se manifestaram na Amazônia, nas últimas décadas, foram analisados sob a ótica conceitual de frente de expansão, frente pioneira e fronteira, traduzindo-se em Rondônia a colonização agrícola como política mais incisiva nas modificações do território.

As pesquisas e debates sobre as transformações na Amazônia ocorrida com a execução do Plano Nacional de Integração suscitaram argumentações sobre a funcionalidade da fronteira e sua articulação com as demais dinâmicas econômicas e sociais do Brasil.

No campo antropológico e sociológico o conceito de *frente de expansão* vai se consolidar como expressão dos conflitos que atingem as populações camponesas, indígenas, caboclos e ribeirinhos na Hiléia. Destacam-se, entre outros, as pesquisas de Velho (1972) e Martins (1975, 1996, 1997), Ianni (1979,) sobre essa situação social na região.

Por *frente de expansão* compreende-se as áreas onde predominam a presença de populações indígenas, caboclos e camponeses, cuja centralidade se dá com a posse da terra, a terra de trabalho, onde ainda não se estabeleceu uma sociabilidade capitalista (VELHO, 1972; MARTINS, 1975 e 1997). Constitui-se, assim, uma economia de pouco excedente, em que trabalhador rural eventualmente troca as mercadorias no mercado.

As relações que se distinguem na *frente de expansão* caracterizam-se pela ocupação de terras devolutas pelo trabalho familiar, não sendo objeto de compra e venda, ou seja, a terra não se transformou ainda em mercadoria. Desse modo, os posseiros constituem os agentes principais nessa expansão, “o qual se integra na economia de mercado pela absorção do excedente demográfico e pela produção vendida no mercado” (DAVID, 1984, p. 3).

Para Martins a frente de expansão se subordina de maneira peculiar às relações de mercado, na medida em que os posseiros vão construindo as trocas dos produtos excedentes, combinado principalmente suas atividades de subsistências e, posterior trocas de produtos de que necessitam no mercado.

[...] a frente de expansão se integra na economia de mercado de dois modos: pela absorção do excedente demográfico que não pode ser contido dentro da fronteira econômica e pela produção de excedentes que se realizam como mercadoria na economia de mercado. Desse modo, a frente de expansão está integrada na formação capitalista. (MARTINS, 1975, p. 46).

Na frente de expansão os fundamentos assentam-se no trabalho familiar com pouco excedente, pois, a mercadoria é escassa enquanto produto eminentemente capitalista, e o uso privado das terras devolutas caracterizam-se pelo trabalho. O incremento demográfico não está acompanhado pela produção de mercadorias e de relações típicas da sociabilidade capitalista, processo na Amazônia que Martins (1975) denomina de estado de “insuficiência econômica”.

As representações da Amazônia, nessas visões, estão centradas na fronteira enquanto espaço social de conflitos entre capital e trabalho, na expropriação e na violência que se instaura com os mecanismos de acumulação primitiva que o capital nacional e transnacional opera na região, com eminente apoio do Estado.

A *frente pioneira* nasce das pesquisas dos geógrafos sobre a expansão espacial da economia em terras ainda pouco aproveitadas. Centra-se, portanto, na formação do território, observando os diversos processos sociais que movimentam a expansão, cujo destaque reside nas formas de trabalho, na relação homem e natureza, e nas alterações da paisagem como leitura do espaço geográfico.

Destacam-se as contribuições de Leo Waibel (1955, 1958) e Pierre Monbeig ([1950] 1998), este sobre a expansão do oeste paulista, o qual compreende o processo de alargamento da fronteira como *frente pioneira*. Esta será caracterizada pela construção de uma sociabilidade capitalista que gesta novas formas e usos na fronteira¹⁹.

¹⁹ Destacamos alguns dos estudos realizados sob a ótica das frentes pioneiras, para a explicação das dinâmicas territoriais na Amazônia: Hervé Théry (1976, 1997, 1999), Martin Coy (1986, 1987, 1995), Martin Coy e Martina Neuburger (2000), Mello (2006).

A frente pioneira representa a transformação da terra em mercadoria e o retalhamento desta para os ex-colonos expropriados, através dos mecanismos de aquisição das terras. Desse modo, tem-se a inserção das relações capitalistas vinculadas à construção social da mercadoria, e uma forma de organização do espaço geográfico.

A marcha pioneira que Monbeig analisou na expansão do oeste paulista representou um processo geográfico de incorporação de áreas, cuja modificação no território foi o nascimento da mercantilização da terra, o que resultou no aprofundamento das relações capitalistas no campo e na agricultura, ensejando uma economia de tipo capitalista.

O geógrafo elaborou dois conceitos importantes para analisar as etapas das transformações territoriais, empregando os termos *precursores* e *pioneiros*. Por *precursores* entendem-se os homens que habitavam os limites da expansão, vivendo da pesca, caça, criação de gado e da agricultura de subsistência, num processo de ocupação dispersas, em vastos espaços abertos. Os *precursores* foram os antigos camponeses, caboclos e, em alguns casos, os indígenas que mantinham algum contato com os “brancos”.

Os *pioneiros* eram os fazendeiros, os plantadores de café que faziam avançar o alargamento da frente pioneira. Os *pioneiros* formavam “uma classe de grandes fazendeiros, que ao mesmo tempo dirigia importantes sociedades bancárias e ferroviárias, bem como detinham postos na administração pública” (MONBEIG, 1984, p. 139). Ainda, constituía os *pioneiros*, em sua grande maioria, dos migrantes que trabalhavam nas fazendas de café e que também compravam as terras para a produção agrícola, ansiando ser proprietário de terras. Esse conjunto humano formava os elementos embrionários da

sociabilidade capitalista, cuja principal transformação dar-se-ia na mudança da terra de trabalho em terra mercadoria.

Nesse processo, institui-se nas relações sociais a terra de negócio, a terra com estatuto de propriedade privada e o comércio de terras resultante da expansão da agricultura capitalista, pois, o trabalho contido (desmates, organização da produção, vilas, estradas e outros investimentos) a valorizava no incipiente mercado.

Para as etapas da *marcha pioneira*, Monbeig assinalou a noção de *franjas pioneiras* que representava uma...

[...] região instável e incerta, onde manchas de florestas subsistem às vezes por muito tempo, envolvidas por culturas ou pastagens, mesmo quando já bem mais distante o solo abriga os primeiros cultivos. É uma fronteira que progride irregularmente e em direções confusas". (p. 165)

Os mecanismos econômicos adotados pelos pioneiros vão modificar, sobremaneira, a paisagem agrária com a expansão da agricultura nessas franjas, que a um só tempo introduz o investimento de capital empregado no desmate e na preparação do solo, e recria nessas relações o *trabalho* como fator relevante na mudança da paisagem e na propriedade da terra (THERY, 1991).

As franjas pioneiras conhecem os deslocamentos embrionários do capital, o tempo-espço do capital, sendo um lugar do encontro e de conflitos de mundos diferentes que experimenta a simultaneidade geográfica da sociedade. Permeia no pensamento de Monbeig a intrínseca relação do tempo, espaço e escala geográfica na configuração das frentes pioneiras. O autor tinha a perceptibilidade de que as frentes pioneiras não estavam dissociadas

do tempo do mundo, da expansão da economia em vários países. As frentes pioneiras constituíam, assim, o movimento contínuo da expansão territorial que o capitalismo operava nas escalas nacionais²⁰.

Machado (1992) explicita essas transformações em relação à propriedade da terra analisadas por Monbeig:

A propriedade da terra nas zonas pioneiras apresenta, na análise de Monbeig, múltiplas facetas. Os grandes latifúndios pastoris haviam se apropriado, no passado, de vastas extensões de terras no interior do País, muito deles com titulação legal; a terra, contudo, não tinha valor de mercado porque a atividade econômica se aproveitava dos campos e savanas, alterando muito pouco a paisagem 'natural'. Ao reverso, nas franjas pioneiras, a principal atividade econômica era a agricultura, e sua expansão se fazia à custa da destruição das florestas subtropicais, obrigando a um investimento de capital desde o momento inicial, de desmatamento e preparo do solo. Significava, portanto, que o trabalho responsável pela alteração da paisagem natural era o mesmo que atribuía valor à terra e, portanto, à propriedade. (Ibid, p. 31)

Nessas observações se enfatiza o surgimento de novos referenciais sociais para com o uso do território. A propriedade e uso capitalista da terra, ainda que embrionários, instituem significados e códigos da sociabilidade capitalista, assegurando a realização do capital em sua expansão espacial. Capital e espaço são indissociáveis na evolução das ações e objetos que possibilitam a sua capilaridade no território nacional.

²⁰ Marcel Roncayolo (2006, p. 120-121) destaca esse fenômeno na frente pioneira no Brasil: "A marcha geográfica da frente dos plantadores de café está na lógica desse fenômeno, desse movimento histórico contínuo. Mas a esses tempos determinados concomitantemente pela natureza do território e pelas formas de exploração, ritmos de certa forma "interiores", somam-se as flutuações da conjuntura exterior. A frente pioneira se constitui e evolui, assim, nas articulações de tempos locais e de tempos do comércio internacional – articulação entre as escalas deste fato. Numa linguagem mais científica, poderíamos dizer que a colonização das terras e a expansão do café constituem um sistema aberto, em transformação contínua, sustentada ao mesmo tempo por suas próprias características endógenas (conquista do solo, povoamento e deslocamento das populações, atração exercida pelos lucros obtidos da fertilidade de novas terra), e pelos mercados, de dimensão mundial, fator exógeno".

Destaca-se que o comércio de terras, até então uma relação social estranha, emerge como novo instrumento de poder. Com a limitação de crédito e mesmo de tecnologia, a concentração de terras serviu como parâmetro de capitalização e condição relevante para o avanço da agricultura. Desta forma, a vitalidade do capitalismo brasileiro combinou a expansão da fronteira com a concentração de terras, que se traduz numa forma de organização e controle do território.

As rápidas mudanças no território brasileiro também foi objeto de pesquisa de Leo Waibel (1958), que se dedicou ao estudo da fronteira, principalmente no Sul e Sudeste do Brasil. Para o geógrafo a fronteira consistia numa vasta área entre a floresta intacta e a “civilização”, que era a *zona pioneira*.

Enquanto a fronteira como limite político representa uma linha nitidamente demarcada, a fronteira no sentido econômico é uma zona, mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada. A esta zona damos o nome de zona pioneira. (Ibid., p. 264)

Os caçadores, os criadores de gado e os extrativistas eram os homens de fronteira, vivendo numa relação social não alcançada pela ótica capitalista. O pioneiro consistiu no sujeito que expandiu a agricultura e a ocupação de novas terras, alimentada pela propriedade privada da terra. O pioneiro “procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões da vida” (Ibid., p. 265).

Nessa ótica, somente o agricultor era considerado pioneiro, pois, seu trabalho consistia na transformação da “mata virgem numa paisagem cultural e [na capacidade] de alimentar um grande número de pessoas numa área

pequena” (loc. cit.). Nessas observações as atividades agrícolas deveriam estar acompanhadas por uma elevada subida do preço da terra e por fluxos populacionais que transformariam a área numa zona pioneira, com a formação de vilas, povoados e pequenas cidades.

Para Waibel (Ibid.) dois processos dinâmicos diferenciavam a fronteira. A *fronteira demográfica* era composta pelos homens de fronteiras e se realizava pelo trabalho coletivo e familiar. A fronteira de expansão incidia, principalmente, na mercantilização da terra, cujo sujeito era o *pioneiro*. Em síntese, a zona pioneira representava a territorialização das atividades capitalistas, a criação do espaço do capital, que apoiada na *psicoesfera* do movimento pioneiro (SANTOS, 1996), mobilizava as pessoas, pela ótica do capital, na construção de um novo lugar permeado pela racionalidade capitalista.

Esses processos e tensões das frentes de *expansão* e *pioneira* compõem os capítulos geográficos de expansão do capital no território nacional, dado que o “imperativo da apropriação constante do espaço e da consolidação do espaço conquistado pode ser um dos fios condutores da formação brasileira” (MORAES, 1996, p. 94-95).

Expressa, portanto, a inserção espacial das relações capitalistas na fronteira, no âmbito das relações conflituosas que se corporificam na Amazônia, o qual Ianni (1979) considera um processo de acumulação primitiva, dado os violentos conflitos de expropriação de indígenas, camponeses, seringueiros e caboclos na região.

4.3 – Fronteira agrícola e sua funcionalidade territorial

Na Amazônia a inserção da nova frente pioneira que ocorre a partir da década de 1960, não terá na agricultura tradicional o seu alicerce básico, mas

sim na articulação com o grande capital, “cujos investimentos foram respaldados pelo sistema de incentivos fiscais. O poder econômico operava dentro da lógica de ocupação de terras virgens, de valorização do espaço” (MELLO, 2006, p. 25).

Nesse aspecto, outras contribuições foram pautadas sobre a fronteira em termos de sua funcionalidade econômica na acumulação do capital. O *fechamento da fronteira*, umas das teses mais difundidas, consistia nos mecanismos de apropriação privada das terras devolutas na Amazônia, operada tanto pelo capital quanto pelo o Estado.

Osório (1978, p. 604) distingue esse movimento em dois sentidos: o *fechamento por fora* e o *fechamento por dentro*. No primeiro caso, incidia a apropriação de terras devolutas por grandes proprietários e fazendeiros, antes da chegada dos camponeses ou pequenos produtores. O fechamento por dentro indica a expropriação dos meios de produção do produtor direto, ou seja, a expropriação dos camponeses nas áreas ocupadas ou em descansos, configurando ambos os processos na apropriação para o uso produtivo e na terra para reserva de valor.

Aborda o autor que a reprodução do capital leva a modificação dos setores produtivos, intensificando as relações capitalistas de produção. Tais movimentos ensejam as migrações intra-regionais e inter-regionais, na qual os migrantes direcionam-se para as áreas urbanas e metropolitanas, ou para áreas de expansão da fronteira agrícola, a exemplo da Amazônia.

Na expansão da fronteira se configura distintas formas: a frente camponesa e a frente capitalista²¹, esta última amparada pelo o Estado,

²¹ O avanço da fronteira distingue em duas frentes: “Frente Camponesa – Caracteriza-se pelo valor de uso da terra e não pelo de troca, pela produção de subsistência e de um excedente comercializável, que,

através dos mecanismos de concessão de terras, créditos e incentivos fiscais. O fechamento da fronteira atingiria de modo estratificado as propriedades médias e pequenas, sendo mais conflituoso contra os posseiros e os camponeses sem terra, em função de sua fragilidade social e econômica frente à especulação e pressão da expansão capitalista.

Em *A modernização dolorosa*, Silva (1982) avalia as transformações na agricultura resultado do movimento de modernização capitalista no processo produtivo e nas relações de produção no espaço rural. Decorre disso o aumento da concentração fundiária e a expansão do mercado interno sediado nas cidades e nas metrópoles. Silva (ibid., p. 115) entende a fronteira na ótica do capital, que corresponde a uma relação social de produção. Para isso, o sentido de *fechamento* corresponde à redução de “terras livres”, “terras sem donos”, que possam ser objeto de apropriação pelos camponeses.

Equivale a mudança da terra enquanto valor de uso para valor de troca, na medida em que a terra passa a desempenhar uma reserva de valor. Nesse aspecto, o *fechamento se dá de fora para dentro*, dado que a terra ao reduzir a função produtiva eleva-se na condição de reserva de valor. A pecuária foi e continua sendo a atividade produtiva que preenche esse processo, cuja finalidade na Amazônia foi a de garantir a propriedade da terra e a especulação fundiária.

ao ser realizado no mercado como mercadoria, possibilita a aquisição de certos produtos não produzidos nesse tipo de frente. Frente Capitalista - Distingue-se pela propriedade privada da terra, pelo valor de troca da terra, sendo a produção de suas mercadorias integrada plenamente no mercado. A frente capitalista pode ter duas formas: *competitiva*: caracteriza-se pela predominância da pequena propriedade e pela presença de projetos de colonização privados e oficiais; *monopolista*: distingue-se pela grande propriedade, em geral para a pecuária, visto que esta é uma atividade cuja acumulação é independente, até certo ponto, de realização do produto, pela baixa absorção de mão-de-obra, pelo caráter especulativo da propriedade e pelas facilidades de obtenção de subsídios e / ou incentivos fiscais e creditícios oferecidos pelo governo” (OSORIO, 1978, p. 604).

A fronteira não está dissociada da modernização econômica que assume maior protagonismo no Sul e Sudeste brasileiro, cumprindo dimensões importantes no conjunto social.

No plano social, [...] a fronteira representa uma orientação dos fluxos migratórios, especialmente das populações rurais. [...] Quando a fronteira se “fecha”, passa a haver uma multiplicação de pequenos fluxos migratórios, muitos sem direção definida [...] No plano econômico, a fronteira era uma espécie de ‘armazém regulador’ dos preços de gêneros alimentícios de primeira necessidade consumidos pela população urbana [...] havia um suprimento do mercado nacional através do escoamento dos ‘excedentes’ da pequena produção, funcionando como estabilizador dos preços. Quando, entretanto, a fronteira se ‘fecha’, esse efeito de amortecimento tem de ser buscado na importação desses gêneros alimentícios e no tabelamento dos seus preços. No plano político, a fronteira tem sido a ‘válvula de escape’ das tensões sociais no campo. (SILVA, 1982, 118)

Nessa perspectiva, o fechamento da fronteira representa a instauração das relações capitalista na floresta Amazônia, num processo de cercamento da terra no qual se sucedeu inúmeros conflitos fundiários, sendo este mesmo um indicador desse movimento de *fechamento*. Deste modo, a fronteira não se dissocia do processo geral que se desenha a realização do capital na sociedade brasileira e na América Latina, no qual significou a intensificação da industrialização presidida pelo capital monopolista sob a orientação e auxílio do Estado.

Transformou-se a base natural da economia, tanto na verticalização da produção agrícola, densificando a produtividade no campo, quanto na incorporação da natureza como reserva de valor. Dessa forma, o capital transforma o território em sua composição técnica com a inserção de modernos

sistemas de engenharia e na alteração da natureza em matéria-prima, representada na noção de *recursos naturais* ou *recursos da natureza*²².

Além da tese do fechamento da fronteira, produziram-se outras leituras referentes à funcionalidade da Amazônia enquanto fronteira. Destaca-se a formulação de um processo de *esvaziamento* amparado na intensificação da industrialização da agricultura, na medida em que as inversões de capital dirigir-se-iam para as regiões Sul e Sudeste. Por efeito, cessariam os fluxos migratórios para a Amazônia, dado que o capital, apesar de se fixar na fronteira, não conseguiu ajustar adequadamente o processo de apropriação com as formas capitalistas de produção.

Outra função da fronteira seria a de *produtora agrícola*, pois, nas novas áreas se estabelece, além da pecuária, o cultivo de produtos agrícolas destinados a alimentação básica da população, em geral, produzidos pelos camponeses. Nesse aspecto, considera-se que nas regiões desenvolvidas a monocultura exportadora intensifica-se no espaço deslocando para a fronteira a produção agrícola básica. Por fim, a tese da *fronteira demográfica* que funcionaria como *válvula de escape* das tensões sociais nas regiões de modernização agrícola, comportando a fronteira amazônica como absorvedora dos contingentes expropriado do campo (DAVID, 1984).

Os estudos desenvolvidos pela vertente da moderna geografia política abordam as mudanças espaciais na Amazônia com enfoque no papel do Estado, este atuando como agente planejador da ocupação e organização do espaço amazônico.

²² A natureza apropriada socialmente transforma-se em recurso social, seja para toda a sociedade, seja para o capital. Para este ela é matéria-prima. Desse modo, a expressão recursos naturais atende mais a um papel didático, pois, não é mais natural, sendo um recurso social, que em algum momento será utilizado. Os conflitos e as pressões econômicas e sociais nas Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Brasil ilustram bem essas metamorfoses. As forças do capital desejam a utilização produtiva

Essas pesquisas centram-se na ótica dos movimentos da fronteira articulada aos níveis escalares dos processos sociais, econômicos e territoriais que se instauram na Hiléia, elevando-se o protagonismo do Estado no conjunto de modificações geográficas que assume, na região, as escalas local, regional, nacional e internacional.

Destacam-se nas temáticas centrais dessa corrente de pensamento a função estratégica, no período pós-60, que a Amazônia passa a desempenhar na economia nacional e internacional; o fenômeno urbano na ótica da reprodução do capital; a *colonização dirigida* como estratégia espacial de transformação e gestão do território pelo o Estado; os fluxos migratórios e mobilidade do trabalho; a urbanização como aspecto moderno na ocupação da última fronteira brasileira; a geopolítica ambiental com a transformação da natureza em capital natural (BECKER, 1982, 1991, 2007; BECKER; MIRANDA; MACHADO, 1990; MACHADO, 1992).

O conceito de fronteira é elementar na ótica que adquire a Amazônia, no período pós-60. Para Becker (1982), a fronteira assume uma dimensão de recursos e sua existência geográfica decorre da:

[...] descoberta de recursos naturais importantes e o comprometimento do Governo e de firmas privadas no sentido de explorar as oportunidades comerciais que elas apresentam. A presença de recursos naturais em grande escala e economicamente atraentes é condição básica e força motivadora central para a iniciativa privada. A preocupação governamental é mais complexa do que a simples maximização dos lucros, visando a ocupação permanente da região, a criação de bases para o desenvolvimento de áreas atrasadas e a aproximação da fronteira em relação à órbita da economia. (Ibid., p. 65)

dessas áreas, as populações tradicionais a querem com território cultural, conteúdo que amplia a idéia somente produtiva, mas abarca o simbolismo, a memória, o pertencimento, i.e, sua territorialidade.

Sob a égide do Estado planejador, a ocupação territorial é movida pela esperança de novas oportunidades econômica com a inserção de atividades produtivas. Convergem, assim, as demandas do capital na acumulação nessas zonas de povoamento novo. A fronteira constitui-se em “um espaço ainda não plenamente estruturado, gerador de realidades novas e dotado de elevado potencial político. O dado crucial da fronteira é [sua] virtualidade histórica” (Id., 1990, p. 15-16; 2007, p. 19-20).

A fronteira não se encontra *fechada* e delimitada na visão de Becker, mas conforma-se como um campo de forças, em que os projetos políticos dos agentes territoriais podem ou não se territorializar. Desse modo, consiste a fronteira num campo de forças aberto, ao mesmo tempo, virtual e histórico, sendo por isso mesmo, movimentado pelos projetos dos diversos agentes territoriais que imprime na luta política e no território suas visões e ações para com essa Região.

A cooperação entre Estado e Capital (mercado) é uma estratégia acentuada na ocupação da fronteira. A ausência de infra-estrutura para alimentar a mobilidade do capital e da força de trabalho em zonas de ocupação recente impõe ao Estado a função de provedor da construção de modernos sistemas de engenharias, que alicerçam as articulações espaciais com a região dinâmica da economia nacional.

Santos explica a natureza da cooperação numa zona de expansão territorial:

Em uma zona pioneira, dotada de infra-estrutura incipiente, a ação do Estado pode ser fundamental. Ao Estado cabe criar *fixos*, precisamente a serviço da produção ou do homem. Mas os fixos atraem e criam fluxos. Desse modo, o subsetor governamental orienta os fluxos econômicos e humanos e determina a sua viabilidade e direção. Os fluxos também criam fixos na órbita do subsistema de mercado, sobretudo quando

os fixos de origem pública são insuficientes para atender à demanda. ([1985] 2008, p. 102. grifo do autor)

A fronteira avoca a ação do Estado e do Capital (mercado) que na Amazônia se diferencia pela presença das ações estatais em erigir as bases para a modernização das atividades produtivas e ocupação econômica do Capital, resultando na transformação da composição técnica do território.

Portanto, não se trata de ações pontuais e transitórias como registra os diversos ciclos econômicos na história regional amazônica, mas do processo de modernização econômica na floresta e dos significados que o território passa a compor na trama regional.

Figura 2: Áreas de Colonização pública e programas especiais na Amazônia (1960-1980)

A geografia da ação do Estado (Figura 2) se materializou com a implantação de vários programas de planificação que ensejou novos

significados na região. A colonização proporcionou a inserção da agricultura e da mercantilização da terra que se manifestou, sobretudo, na Amazônia Meridional.

A colonização foi sustentada pela execução do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste), cuja incidência espacial priorizou a área de influência da rodovia BR-364, que por sua vez possibilitou o maior fluxo populacional e econômico com a Região Concentrada do Brasil.

Para Machado, todo esse processo corresponde aos novos significados expressos na fronteira agrícola Amazônica:

Um *lugar* onde é possível a criação do 'novo'. O 'novo' pode ser entendido como a introdução das formas e conceitos de vida de uma civilização técnico-mercantil. A variedade no grau de utilização de técnicas e ritmos de trabalho intensivos, de acessibilidade à propriedade da terra e da organização espacial, [...] permite afirmar que [...] é também um processo, que cria a expectativa ou a possibilidade de melhor padrão e qualidade de vida para a população rural, em sua maior parte marginalizada e/ou sem possibilidade de mobilidade social ascendente no lugar de origem. (1992, p. 33)

Perfila no pensamento da geógrafa que a inovação da fronteira agrícola na Amazônia é, pois, a assunção de um espaço que passa a ser integrado pelo Capital, sob medidas estatais variadas, ao tempo que abre um ambiente de reprodução social para milhares de brasileiros que se encontravam sob formas diversas de desigualdade sociais, cujo acesso a terra e ao trabalho é vital para a transformação do quadro social.

É certo que há elementos de ideologias geográficas na funcionalidade da fronteira operada principalmente pelo Estado (MORAES, 1996). Por sua vez, a fronteira não deixou de ser uma esperança para camponeses expropriados

dados o acesso a terra, como de fato ocorreu em Rondônia, operado nas políticas de colonização. Esta intervenção possibilitou ao Estado manejar os conflitos sociais, articular a integração econômica da fronteira a economia nacional, ao tempo que reorganizou o território.

Desse modo, a colonização foi uma política territorial que cumpriu essa função e introduziu uma nova lógica mercantil na fronteira agrícola que não foi pontual e transitória. Contemporaneamente, com o avanço em manchas do agronegócio na Amazônia afirma-se a função estratégica da fronteira como reserva de expansão espacial da agricultura, pois, verifica-se que na região as “franjas meridionais são progressivamente incorporadas ao espaço nacional, acompanhando as diferentes etapas do avanço da fronteira agrícola capitalizada, com caracteres bem distintos” (THERY, 2005, p. 40).

CAPÍTULO 5 – DAS MARGENS DO MADEIRA AO INTERIOR DE RONDÔNIA

5.1 – A interiorização urbana e a organização espacial das cidades

As proposições geográficas elaboradas pelas óticas das *frentes pioneiras* e da *fronteira enquanto espaço não plenamente estruturado* consistiu na assunção urbana que transforma a Amazônia e, particularmente, Rondônia.

Diferentes das outras formas de expansão territorial no Brasil, nos últimos quarenta anos a dimensão urbana impetra proeminência na formação espacial amazônica. Desse modo, as contribuições dos geógrafos revelaram na centralidade urbana da fronteira e/ou das frentes pioneiras o aspecto visível e estratégico na produção do território sob orientação estatal.

Becker destaca que os povoados surgidos ao longo das rodovias federais, embora apresentassem feições rurais, sua funcionalidade estaria “vinculada ao seu papel no padrão global de circulação do produto excedente socialmente designado”, configurando o núcleo urbano como “elo na cadeia de mobilização, extração e concentração do produto excedente” (1985, p. 357-369).

O crescimento urbano das cidades pioneiras expôs as mudanças nas frentes pioneiras na Amazônia. Referindo-se a essa região, sobretudo para os estados de Mato Grosso e Rondônia, Coy assinala que inicialmente as cidades “apresentavam principalmente características rurais/agrícolas, se convertendo cada vez mais em frentes pioneiras *urbanizadas*” (1995, p. 53).

Igualmente, ao observar as modificações espaciais em Rondônia decorrente da Colonização agrícola nos anos 70, Santos (1982, p. 62-63) distingue que a urbanização se fez, com exceção das antigas cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim, em aglomerações territoriais onde as relações campo e cidade assumiram feições econômicas e sociais que ele denominou de *agro-cidades*.

Essas pequenas cidades desempenharam a função de entreposto comercial e de trabalho das atividades dos colonos antes destes terem acesso à terra. E mesmo com o acesso à terra, em função da escassez de recursos públicos que pudesse melhorar a infra-estrutura local, principalmente as estradas, os agricultores viviam nas cidades, seja como empregados rurais ou ocupantes temporários de lotes de terra. Assim, o viés urbano da fronteira agrícola constitui um elemento diferenciador da geografia regional, sendo uma novidade propriamente geográfica na formação territorial contemporânea da Amazônia.

Fonte: IBGE, 2010. (Censo Demográfico e Contagem da População. Acessado no Banco de Dados SIDRA)

O crescimento populacional da Amazônia (Gráfico 2), no período de 1970 a 2007, acentua-se com o fluxo migratório oxigenado pelas políticas

territoriais gestada pelo Governo Federal. Nos anos 70, a população rural correspondia a 4.343.943 pessoas (63%), na década de 80 eram 5.840.163 habitantes (54%). No mesmo período, a população urbana passou de 2.587.816 (37%) para 4.945.290 (46%), sendo predominante a partir da década de 1990, onde se registra um declínio da população rural.

A variação populacional foi por demais marcantes nas cidades, sobretudo na década de 80, onde os novos municípios surgem como resultado do processo de colonização e do povoamento interior que avançara na região, obtendo no espaço urbano aporte para o desenvolvimento de outras atividades acessórias à produção agropecuária (Tabela 1). Enquanto que a variação populacional nas décadas de 70-80 e 80-91 foi, respectivamente, de 55,6% e 47,5%, na população urbana esse efeito correspondeu, para o mesmo período, de 91,1% e 80,0%, e na rural, foi de 34,4% e 19,9%.

Tabela 1 – Amazônia: crescimento e variação populacional (1970-2007)

Anos	Total	Urbana	Rural	Urbana (%)	Rural (%)	Var. (%)	Var. Urbana (%)	Var. Rural (%)
1970	6.931.759	2.587.816	4.343.943	37	63	-	-	-
1980	10.785.453	4.945.290	5.840.163	46	54	55,6	91,1	34,4
1991	15.904.162	8.899.434	7.004.728	56	44	47,5	80,0	19,9
2000	19.878.779	13.716.153	6.162.626	69	31	25,0	54,1	-12,0
2007	19.808.772	13.648.908	6.159.864	69	31	-0,4	-0,49	-0,04

Fonte: IBGE, 2010. (Censo Demográfico e Contagem da População. Acessado no Banco de Dados SIDRA)

No início do século XXI, aponta-se a tendência de crescimento das pequenas cidades que estão sob influência das redes de circulação rodoviária, ao passo que as áreas rurais experimentam um processo de declínio populacional, sobretudo, pela franca redução das políticas de assentamentos

que induziam os fluxos migratórios para a Região, razão das taxas negativas de variação populacional rural registrada na primeira década do século XXI.

Os dados indicam que a fronteira não é somente agrícola ou agropecuária, mas ao apresentar uma vertente urbana localizada principalmente nos eixos de circulação rodoviária, termina por revelar os espaços do Capital e do Estado na produção, gestão e apropriação do território em uma fase de integração nacional, sendo a criação de cidades e a expansão da rede urbana a forma espacial visível dessa nova fase da Amazônia na dinâmica do país. Tal perspectiva é aventada por Machado (1990a, 1990b, 1992) ao indicar que a expansão da fronteira agrícola se fez num contexto urbano. Isso se realizou por dois processos interdependentes que se configura na região.

Primeiro, a urbanização deve ser compreendida como processo ativo da ação do Estado para com o desenvolvimento das forças produtivas e das forças sociais, destacando a socialização dos símbolos de poder do Estado na fronteira. Dessa forma, a interiorização do povoamento não seria algo demasiadamente distanciado dos processos da ordem social, tendo o urbano como catalisador e irradiador dessa função, considerando a sociabilidade que ele provoca.

Segundo, para a realização do Capital a circulação é condição nodal. A força de trabalho deve estar disponível e fixa nos núcleos urbanos para a realização das atividades produtivas, ao passo que as cidades tornam-se locais de moradia e de trabalho alternativo quando parte da força de trabalho não encontra resposta no campo. Essa população excedente migra tanto para as cidades quanto para outras áreas rurais em busca de terra e de trabalho, daí que os núcleos urbano desempenham estrategicamente as funções de “ponto

de localização e redistribuição da força de trabalho, condição de funcionamento do esquema produtivo do tipo capitalista que, por contradições que lhe são inerentes, exige a mobilidade da população” (MACHADO, 1990b, p. 119).

Nesse processo explicita-se o nexos territorial do urbano na Amazônia, pois, nesse espaço formam-se bacias de mão-de-obra para o campo e para a cidade, assim como, desempenham o papel dos serviços centrado nas cidades, com evidência na presença de órgãos governamentais diversos. As cidades na fronteira amazônica são fundamentais para a circulação da mercadoria, para a concentração de mão-de-obra e incorporação de migrantes às formas diversas de trabalho.

Como anteriormente afirmamos a importância das cidades na circulação do capital e na fixação e mobilidade da população é que torna distinta a fronteira amazônica, se dissociando dos demais processos de expansão territorial do Brasil. As cidades servem como espaço estratégico de ação e controle do Estado sobre os recursos do território e agem como espaço organizador do povoamento e da sociabilidade do migrante.

Ano	Total	Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	Tocantins	Mato Grosso
1950	127	2	7	25	1	59	4	14	15
1960	182	2	7	44	2	60	5	33	29
1970	229	2	7	44	2	83	5	52	34
1980	258	7	12	44	2	83	5	50	55
1991	393	23	12	62	8	105	9	79	95
2000	575	52	22	62	15	143	16	139	126

Quadro 6: Número de cidades na Região Norte e Estado do Mato Grosso (1950-2000)

Fonte: IBGE, 2010. (Censos Demográficos, acessado no Banco de Dados SIDRA).

A evolução das cidades na Região Norte e no Estado do Mato Grosso (Quadro 6) indica as transformações no interior da Amazônia, a partir da década de 50. Primeiramente, os Estados de Mato Grosso e Tocantins são recebedores das frentes pioneiras que avançam para a Região. No conjunto essas duas unidades da federação dobram o número de cidades, no período de 1950 a 1960. Posteriormente, o Pará é atingido por esse processo de criação de unidades espaciais administrativas, sendo Rondônia envolvida a partir da década de 1970.

Desse modo, os Estados que experimentaram o crescimento populacional e das cidades (crescimento de unidades espaciais administrativas), a partir de 1960, são as unidades da federação que tiveram seus territórios pautados pelas ações do governo federal, via a colonização pública e privada, e pelo forte fluxo migratório, como ocorreu em Rondônia, Mato Grosso e Pará.

A diferenciação geográfica dessas transformações consiste na ocupação interiorana da Amazônia, não sendo mais as metrópoles regionais, Belém e Manaus, os eixos de penetração. De acordo com o quadro acima, Acre, Amazonas, Roraima e Amapá não apresentaram resultados semelhantes, pois, a circulação rodoviária é limitada nesses espaços.

Essa nova fase, a partir de 1960, terá como vértebra logística o sistema rodoviário que inaugura o avanço da circulação no espaço regional, a partir da Amazônia Meridional e Sudeste do Pará. Huertas (2009) analisa como a circulação promove o deslocamento da fronteira amazônica, que expande com a formação de novos eixos rodoviários, partindo de Brasília para Belém, e Brasília para Porto Velho e Rio Branco.

A respeito de tais processos, destaca o autor:

São dinâmicas que alavancam e estruturam ‘espasmos econômicos’ que cada vez mais aproximam o Centro-Sul da Amazônia, em movimentos contínuos de apropriação e ocupação de fronteira agrícola. Dessa forma, asseguram a integração de fluxos, *auxiliando no processo de consolidação da rede urbana*; garantem a expansão dos meios de circulação e as condições de produção e induzem a conexão de subespaços locais e regionais ao mercado nacional, mesmo que esse processo não seja extensivo a todos os agentes sociais dos lugares. (2009, p. 207) grifo nosso

O crescimento do número de cidades e/ou municípios se realiza concomitante a expansão da rede de circulação rodoviária, que adentra os diversos lugares da Amazônia, sendo áreas de expansão das frentes pioneiras, como ocorreu em Rondônia (THERY, 1976, 1997; COY, 1987, 1998).

A dimensão geográfica da nova fase de expansão na Amazônia, a partir de 1970, combina fluxos migratórios e construção e adensamento das redes de circulação rodoviária. Inauguram-se no território novas relações espaço-tempo, um novo cotidiano nas cidades pioneiras que se formam no espaço regional.

Destaquemos as situações dos estados de Rondônia e Acre. Conforme Quadro 6, a evolução quantitativa dos municípios no período de 20 anos (1950-1970) permanece inalterada, onde a rede de cidades para Rondônia é composta por 2 municípios, enquanto que no Acre são 7 unidades, o que corresponde para esse último os processos de ocupação do Sudoeste amazônico em função da economia da borracha nos séculos XIX e XX, no qual também gravitava Rondônia.

Mas a partir da década de 70, há uma forte transformação geográfica derivada das políticas territoriais centradas na colonização, na indução de fluxos migratórios e nas redes de circulação. Rondônia foi um “laboratório territorial” objeto dessas políticas, cujo resultado espacial se exprime no

crescimento do número de cidades, na formação da rede urbana, no crescimento populacional com fluxo migratório, na urbanização interiorana (Tabela 2) e no redirecionamento das dinâmicas territoriais para o eixo da nova rodovia BR-364.

Tabela 2 – Rondônia: crescimento populacional, urbano e rural (1970-2007)							
Ano	Total	Urbana	Rural	Urbana (%)	Rural (%)	Var. Urb. (%)	Var.Rur. (%)
1970	111.064	59.607	51.457	54	46	-	-
1980	491.025	228.168	262.857	46	54	283	411
1991	1.132.692	659.327	473.365	58	42	189	80
1996	1.229.306	762.755	466.551	62	38	16	-1
2000	1.379.787	884.523	495.264	64	36	16	6
2007	1.453.756	1.001.082	452.674	69	31	13	-9

Fonte: IBGE, 2010. (Censo Demográfico e Contagem da População. Acessado no Banco de Dados SIDRA)
Organização: R. G. C. Silva

No período de 1970/80, Rondônia cresce de 111.064 para 491.025 habitantes, e passa a 1.132.693 habitantes no período subsequente. Registra-se a maior taxa geométrica de crescimento (16,03%) na Região Norte, e um processo de interiorização sob a orientação do Estado, ao distribuir terras mediante a execução dos projetos de colonização. Em 30 anos, Rondônia teve um crescimento populacional expressivo, cuja variação foi de 1.142%, para o período de 1970 a 2000.

A rodovia constituiu, e ainda constitui, a artéria que alicerçou a ocupação interiorana de Rondônia. Em função desse fator geográfico, o novo eixo de circulação redefiniu o espaço das atividades econômicas e, principalmente, a escala geográfica dessas atividades, possibilitando novas coexistências espaços-temporais. Sobre esse processo as cidades nascem e as atividades agropecuárias se adensam no território, cujo resultado se manifesta em um

novo uso do território voltado, principalmente, às demandas agropecuárias do Brasil.

As novas cidades de Rondônia localizam-se ao longo da rodovia BR-364, que em função de seus emergentes dinamismos os geógrafos Thery (1976) e Coy (1988, 1995) as denominam de *cidades pioneiras*. Estas representam a mudança na estrutura regional e na configuração geográfica do território, onde as cidades de Guajará-Mirim e Porto Velho, situadas no norte de Rondônia, assumiam toda a dinâmica territorial.

As cidades de Ji-Paraná, Ariquemes, Pimenta Bueno e Vilhena surgem nas proximidades dos antigos postos telegráficos construídos pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Em termos de hierarquia regional, depois de Porto Velho, a capital do Estado, a cidade de Ji-Paraná assume a centralidade no processo de interiorização do povoamento, sendo um centro regional que articula o funcionamento das outras cidades (THERY, 1976).

Essas cidades são *proto-urbana* servindo como espaço de gestão do fluxo migratório e de trabalho temporário, que se direcionam para as terras agriculturáveis distribuídas pelo INCRA. Esses núcleos não apresentam os elementos dinâmicos da urbanização, sobretudo, centrados na modernização dos serviços e do comércio, mas se comportam como embrionários espaços de gestão do território, como “sala de entrada” para as áreas rurais.

Classificamos a rede de cidades de Rondônia, conforme sua origem e dinâmica territorial fundadora, em três grupos expressos no Quadro 7 e no Mapa 7.

Década	Tipologia Genética das cidades	Número	Nome
1960	Primeiras Cidades	02	1. Porto Velho (Capital) 2. Guajará-Mirim
1970	Cidades Pioneiras da Colonização	05	3. Ariquemes 4. Cacoal 5. Ji-Paraná (Cidade Pioneira Central) 6. Pimenta Bueno 7. Vilhena
1980	Cidades de Expansão da Colonização	16	8. Alta Floresta D'Oeste 9. Alvorada D'Oeste 10. Cabixi 11. Cerejeiras 12. Colorado do Oeste 13. Costa Marques 14. Espigão D'Oeste 15. Jaru 16. Machadinho D'Oeste 17. Nova Brasilândia D'Oeste 18. Nova Mamoré 19. Ouro Preto do Oeste 20. Presidente Médici 21. Rolim de Moura 22. Santa Luzia D'Oeste 23. São Miguel do Guaporé
1990	Adensamento Interiorano	29	24. Alto Alegre dos Parecis 25. Alto Paraíso 26. Buritis 27. Cacaulândia 28. Campo Novo de Rondônia 29. Candeias do Jamari 30. Castanheiras 31. Chupinguaia 32. Corumbiara 33. Cujubim 34. Governador Jorge Teixeira 35. Itapuã do Oeste 36. Ministro Andreazza 37. Mirante da Serra 38. Monte Negro 39. Nova União 40. Novo Horizonte do Oeste 41. Parecis 42. Pimenteiras do Oeste 43. Primavera de Rondônia 44. Rio Crespo 45. São Felipe D'Oeste 46. São Francisco do Guaporé 47. Seringueiras 48. Teixeiraópolis 49. Theobroma 50. Urupá 51. Vale do Anari 52. Vale do Paraíso

Quadro 7: Tipologia genética da rede de cidades de Rondônia

Elaboração: R. G. C. Silva

Mapa 7 – Rondônia: tipologia da formação das cidades (2010)

Fonte: IBGE (SIDRA), 2009
Elaboração e Organização: R. G. C. Silva

Primeiras Cidades

No primeiro grupo, trata-se das *Primeiras Cidades* originadas das atividades inerentes a extração do látex (borracha), cuja rede de circulação se organiza em função da ferrovia Madeira Mamoré, conectando Porto Velho a Guajará-Mirim, e do rio Madeira, que liga Porto Velho a Manaus, já no início do século XX.

São antigas cidades que dinamizaram o sistema Madeira-Guaporé-Mamoré (Mapa 8), cujo quadro territorial se conserva inalterado até a década de 1970, quando se inicia o fluxo migratório para Rondônia. A função principal dessas cidades é a de gestão do Estado a partir das instituições públicas instaladas, ou seja, as estruturas de governança do território. Sua característica decorre da formação territorial ligada à construção da Madeira Mamoré, que potencializou a ocupação humana com base da economia da borracha.

Mapa 8: Sistema fluvial Madeira-Mamoré-Guaporé

Fonte: Elaboração R. G. C. Silva

Tabela 3 – Primeiras Cidades de Rondônia (1970)

Municípios	População	%	Urbana	%	Rural	%
Porto Velho	84.048	76	47.888	57	36.160	43
Guajará-Mirim	27.016	24	11.719	43	15.297	57
Total	111.064	100	59.607	54	51.457	56

Fonte: IBGE, 2010. (Censo Demográfico e Contagem da População. Acessado no Banco de Dados SIDRA)
Organização: R. G. C. Silva

Porto Velho, a capital do então Território Federal de Rondônia, representava 76% da população, concentrada no núcleo urbano, enquanto que Guajará-Mirim, sua população se espalhava nas áreas rurais (57%), conforme Tabela 3. No percurso entre as duas cidades, um conjunto de vilas e povoados se formou, inicialmente funcionando como ponto de apoio da Madeira Mamoré, a exemplo de Vila Murtinho, em Guajará-Mirim, e Abunã, Mutum-Paraná, Jacy-Paraná, em Porto Velho.

As vilas de Porto Velho receberam os nomes dos rios que cruzavam a antiga ferrovia e local de vários povoamentos. Segundo Filho (1995), Jacy-Paraná foi local de acampamento de empresas construtoras da ferrovia, onde se instalou uma das estações ferroviárias. Em 1945, o povoado foi elevado à categoria de Distrito, e atualmente é sede de uma das maiores construções brasileira: a hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira.

Nesse período, a economia regional era movida pelo extrativismo vegetal e pela extração da cassiterita, mas, sobretudo, circunscrita a região de Porto Velho, e os fluxos restrito aos dois municípios.

Cidades Pioneiras

No segundo grupo denominamos de Cidades Pioneiras da Colonização. Sua razão deve-se a efetiva distribuição de terras operada pelo INCRA, que organizou o acesso ao lotes de terras e sua gestão administrativa e logística nos núcleos urbanos.

Coy (1995, p. 58) elenca as funções mais importantes das cidades das frentes pioneiras, o qual faz referência a Rondônia e ao Norte Matogrossense:

- *Função abastecedora*: as cidades abastecem seu *hinterland* com serviços e com produtos (industrializados) oriundos de outras regiões. A sua “centralidade” deriva dessa função.
- *Função distribuidora*: ao mesmo tempo, as cidades são os locais de distribuição de produtos, oriundos de seu *hinterland*, para outras regiões do país (regiões centrais) e para o exterior. Nas cidades pioneiras esta função distribuidora é geralmente mais importante do que a função produtiva, tendo em vista que p. ex., a atividade industrial é, via de regra, pouco desenvolvida.
- *Função receptora*: são, sobretudo, as cidades que receberam os maiores contingentes de migrantes nos últimos anos. Entre estes grupos, que hoje vivem na cidade pioneira, encontram-se migrantes de outras regiões (sobretudo de procedência das regiões Sul e Sudeste), que muitas vezes não conseguiram realizar seus objetivos originais de migração (aquisição de terras), mas também, em número crescente, migrantes do seu próprio *hinterland* rural.

O modelo de formação das cidades baseia-se na estratégia do INCRA relacionada à organização da hierarquia territorial. Conhecida como *urbanização dirigida pelo Estado*, como efeito da política de colonização, semeia-se a ocupação rural a partir dos núcleos urbanos, cuja característica aproxima-se das cidades descritas com funcionalidade *receptora*.

As *cidades pioneiras* absorvem parte considerável da população que migram para Rondônia. Enquanto que o sistema urbano rondoniense, composto por dois municípios e concentrado em Porto Velho estava sob influência de Manaus, a partir da década de 70 há uma modificação desse padrão de crescimento centrado na capital, passando as cidades pioneiras a representarem um novo padrão espacial, qual seja, a interiorização do povoamento baseado na economia da agropecuária (Tabela 4).

Tabela 4 - Rondônia: crescimento da população urbana e rural (1980)

Município	População	Urbana	Rural	% Urb.	% Rur.
Porto Velho	133.882	102.593	31.289	77	23
Guajará-Mirim	34.751	21.957	12.794	63	37
Ariquemes	53.365	19.670	33.695	37	63
Cacoal	67.030	13.601	53.429	20	80
Ji-Paraná	121.714	39.557	82.157	32	68
Pimenta Bueno	29.993	10.964	19.029	37	63
Vilhena	50.290	19.826	30.464	39	61
<i>Primeiras Cidades</i>	<i>168.633</i>	<i>124.550</i>	<i>44.083</i>	<i>55</i>	<i>17</i>
<i>Cidades Pioneiras</i>	<i>322.392</i>	<i>103.618</i>	<i>218.774</i>	<i>45</i>	<i>83</i>
Rondônia	491.025	228.168	262.857	46	54

Fonte: IBGE, 2010. (Censo Demográfico e Contagem da População. Acessado no Banco de Dados SIDRA)
Organização: R. G. C. Silva

Concomitante ao processo de interiorização registra-se a desconcentração do crescimento populacional e o deslocamento da população urbana, fruto da criação de novos municípios, para o eixo da rodovia BR-364. Ao fim da década de 70, as *cidades pioneiras* já representavam 66% da população absoluta, 45% da população urbana e 83% da população rural. Nesse período, Porto Velho representava somente 27,26% da população absoluta, enquanto que em 1970, esse quadro era de 76%, o que demonstra o deslocamento da dinâmica territorial da agropecuária para a área de influência da nova rodovia.

As *cidades pioneiras* apresentaram tanto o crescimento de seus núcleos urbanos (45%), que serviram de entreposto para sua grande população rural, que representava 83% da população rural absoluta. Desse modo, constata-se a formação de um adensamento urbano com expansão da população rural. Com ressalva à cidade de Cacoal, cuja taxa de urbanização (20%) se afastava das demais cidades pioneiras, constata-se o equilíbrio na distribuição da população urbana e rural nos demais municípios.

Nesse período, as cidades de Ji-Paraná e Vilhena se destacam pela densidade do fluxo populacional e sua localização geográfica estratégica na

rodovia BR-364. A primeira foi sede dos principais projetos de colonização e o núcleo urbano que recebeu o maior contingente populacional, sobretudo, os migrantes que não tinham acesso a terra. No extremo Sul de Rondônia, a cidade de Vilhena serve de portal de acesso as demais cidades que estão no eixo do Vale do Guaporé, e de entreposto para os migrantes que vieram das demais regiões do país, que aguardavam a distribuição de terras em Vilhena.

A principal característica das cidades pioneiras é a composição da população migrante e a localização estratégica dos núcleos urbanos ao longo da rodovia BR-364, que exercia uma atração para os diversos fluxos populacionais e de mercadorias com o restante do Brasil. As cidades acumulavam população e recursos a partir do comércio e serviços urbanos, do comércio de terras e, principalmente, da criação de gado e da extração da madeira, que inaugurava o ciclo da agropecuária em Rondônia.

Cabe destacar a importância da cidade de Ji-Paraná. Sua relevância se expressa no tamanho de sua população e no conjunto de projetos de assentamento no raio de abrangência do núcleo urbano (Figura 3). Conforme Tabela 3, em menos de 10 anos, comparativamente Ji-Paraná representa 90% da população de Porto Velho, e contém a maior população rural de Rondônia (82.157 habitantes).

Figura 3: Localização dos Projetos de Colonização em Rondônia (1984)

Fonte: Henriques (1984)

**Tabela 5 - Volume de migração Interestadual por Microrregiões
Estado de Rondônia - 1970/1980 e 1981/1991**

Microrregiões	1970/1980			1981/1991		
	Migração Interestadual			Migração Interestadual		
	Imigração	Emigração	Saldo Migratório	Imigração	Emigração	Saldo Migratório
Mun. não decl. e mal def.		2.602			11.457	
Porto Velho	32.217	9.775	22.442	101.569	39.641	61.928
Guajará-Mirim	3.353	1.303	2.050	4.034	2.175	1.859
Ariquemes	33.815	655	33.160	41.677	12.451	29.227
Ji-Paraná	92.718	2.681	90.037	96.891	33.664	63.227
Alvorada D'Oeste	-	-	-	16.333	3.161	13.172
Cacoal	57.031	1.180	55.851	90.397	28.344	62.053
Vilhena	66.360	2.792	66.568	35.029	18.546	16.483
Colorado do Oeste	-	-	-	25.866	8.514	17.352
Total	285.494	20.988	264.506	411.795	157.795	253.844

Fonte: NEPO/ UNICAMP 1999, com base nos Censos Demográficos de 1980, 1991 e Contagem da População de 1996 do IBGE.

Na organização territorial a ação do INCRA se materializou na política de acesso a terra, no recorte do território em unidades produtivas. Na área de abrangência de Ji-Paraná foram implantados os Projetos de Colonização Ouro Preto, Padre Adolfo Rohl e parte significativa do Projeto Gy-Paraná, que incluía o município de Cacoal.

O fluxo migratório foi avassalador e a cidade de Ji-Paraná, por apresentar pequenos comércios e serviços, serviu como espaço de passagem dos migrantes que chegavam das Regiões Sul e Sudeste. O contingente migratório ampliou a “fila de espera” do INCRA e potencializou a região de influência de Ji-Paraná, pois, o núcleo urbano “acolhia” os novos sem terras, com a oferta de trabalho temporário.

No período de 1970/1980, de acordo com a Tabela 5, o saldo migratório para a microrregião de Ji-Paraná foi de 90.037 pessoas, representando quase 35% do total de Rondônia, que foi de 264.506 migrantes, ao passo que no mesmo interstício, Porto Velho recebia somente 8,48% desse fluxo (22.442 pessoas).

No período subsequente (1981/1991), embora o volume de imigrantes aumentasse para 411.795 pessoas, o saldo migratório permanece muito próximo ao da década anterior, correspondendo a 253.844 pessoas. Nesse quadro, a microrregião de Ji-Paraná continua a receber o maior fluxo, mas já não apresenta vigor de outrora, sendo acompanhada de perto pela microrregião de Cacoal. Ambas receberam, respectivamente, 63.227 e 62.053 migrantes durante a década de 80.

A dinâmica territorial em Rondônia, na década de 70, se movimenta com as ações do Estado, e as políticas territoriais visavam a formação e

(re)organização do espaço regional, sobretudo, abrindo frentes de penetração nos recônditos do território, a partir das estradas. A colonização atende duplamente o Estado, na medida em que se destina a ocupação e expansão do território e, do mesmo modo, serve para propagandear a presença do Estado na região periférica, daí o impulso publicitário ensejado pelo INCRA, que diretamente incentiva a migração na região.

Contudo, na década de 80, os fluxos alargaram-se em dois sentidos, ou seja, cresceu a imigração e, como novidade, a emigração. Os motivos são variados, mas certamente deve-se considerar que a demanda por terra aumentou assombrosamente com a chegada de 411.795 migrantes, e o INCRA já não atendia à demanda crescente, o que incidiu diretamente na pressão social nas cidades.

Tabela 6 - Número de estabelecimentos agropecuários em Rondônia (Unidades)						
	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Proprietário	1.796	16.531	17.812	45.563	62.017	77.699
Arrendatário, parceiro	1.988	1.297	4.233	10.878	4.977	2.335
Administrador	261	353	2.110	1.824	4.115	3.492
Ocupante	3.037	7.302	24.116	22.350	5.847	2.637
Total	7.082	25.483	48.371	80.615	76.956	87.077

Fonte: IBGE, 2010. (Censo Agropecuário. Acessado no Banco de Dados SIDRA)
Organização: R. G. C. Silva

Analisando os dados da Tabela 6, verifica-se que na década de 70 aumentou os produtores na condição de *proprietário* de terras, passando de 1.796 (1970) para 17.812 (1980), e atingindo o número de 45.563 proprietários, em 1985. No mesmo período, cresceu os estratos de *ocupantes* e de *parceiros/arrendatários*, o que indica formas de acesso diferenciado a terra.

A categoria de *ocupante*, que já era maioria no início do período, saltou para 24.116 em 1980, diminuindo para 22.350, em 1985. No mesmo período, os arrendatários/parceiros também cresceram, passando de 4.223, em 1980, para 10.878 em 1985. Decorre que apesar do acesso à terra e da propaganda governamental, os produtores que não eram proprietário, ou seja, os ocupantes e os arrendatários/parceiros representavam 58,61% dos produtores rurais, em 1980, decaindo para 41,22 em 1985.

Consiste afirmar que o fluxo migratório foi absolutamente maior do que a capacidade e a disponibilidade do Governo Federal, através do INCRA, em assentar os produtores rurais, em sua maioria, camponeses. Esse movimento é registrado com o alto fluxo emigratório, correspondendo a 157.951 migrantes, situação que não se registrou com tanto vigor na década anterior (1970).

Caracteriza-se nessa questão a limitação na distribuição da terra organizada pelo Estado. Combina-se o crescimento das cidades e a expansão de suas funções no eixo da rodovia BR-364, adensando a população urbana e sendo “ponte” para as frentes de penetração que se dirigem para a periferia da Região Central, para o Vale do Guaporé, com a rodovia BR-421, e para o Cone-Sul, em direção também do Vale do Guaporé.

A dinâmica territorial produzida pelas *cidades pioneiras* vai produzir uma rede de cidades no eixo da rodovia BR-364, sendo uma topologia urbana com proximidade geográfica, o que facilita as trocas na escala intra-estadual. A partir dessas cidades as frentes se direcionam para a interiorização do território, com a expansão da agropecuária e da população camponesa. Nas múltiplas direções da expansão territorial se formam vilas e núcleos rurais, que no período de 1980 a 1991, alguns destes se constituirão nas cidades da terceira geração, cujo grupo constitui as *Cidades de Expansão da Colonização*.

Cidades de Expansão da Colonização

No período de 1980/1991, o crescimento geométrico populacional de Rondônia foi de 7,89% a.a, cujo acréscimo correspondeu a 641.667 pessoas. Assim, em pouco mais de 20 anos (1970-1991), a população saltou dos meros 111.064 para 1.132.692 habitantes, conforme registro do Censo Demográfico de 1991.

Ao detalharmos o crescimento populacional pode-se identificar que este foi acompanhado com a criação de novos municípios (Quadro 7 e Mapa 7), cujo conjunto denominamos de *Cidades de Expansão da Colonização*. Justifica-se tal denominação em função da origem dos municípios, criados a partir da expansão rural e urbana das *Cidades Pioneiras*, que alimentada pelo crescente fluxo migratório nos anos 80, pressionou o Estado a reorganizar o território.

Em 1970, somente 2 municípios formavam a rede urbana rondoniense, em 1980, esse número salta para 7, e alcança 23 cidades em 1991. Na década de 80, a adição de 16 municípios representa o dobro do que foi organizado na formação territorial de Rondônia, que por sua vez demonstra a dimensão espacial que a migração teve na região.

Tabela 7 - Rondônia: crescimento da população urbana e rural (1991)

Grupo de Cidades	Total	Urbana	Rural	Tot. (%)	Urb.(%)	Rur.(%)
Primeiras Cidades	320.117	257.194	62.923	28	39	13
Cidades Pioneiras	348.439	224.806	123.633	31	34	26
Cidades de Expansão da Colonização	464.136	177.327	286.809	41	27	61
Rondônia	1.132.692	659.327	473.365	100	100	100

Fonte: IBGE, 2010. (Censo Demográfico e Contagem da População. Acessado no Banco de Dados SIDRA)
Organização: R. G. C. Silva

Os aspectos geográficos relevantes que se afirmam são o crescente fluxo migratório na década de 80, a participação da população no conjunto das *Cidades de Expansão da Colonização*, com ênfase no crescimento da população rural (Tabela 7), e no fenômeno da migração intra-estadual, variável quase ausente na década anterior.

Na análise comparativa com os demais conjuntos percebe-se que as *Cidades de Expansão da Colonização* representam 41% da população absoluta e 61% da população rural, sendo mais que o dobro da população rural das *Cidades Pioneiras*, na década de 80. O acréscimo dos 16 municípios se localizou, principalmente, ao longo da rodovia BR-364 e das estradas que a ela se conectava, formando as frentes de expansão no território.

Nesse período, registra-se o maior acesso dos produtores rurais aos lotes de terras (conforme Tabela 5). Entre 1970 e 1985, os estratos que se destacam são os proprietários e os ocupantes. Todavia, ao mesmo tempo em que o INCRA concedia titulação, paralelamente aumentava a demanda por terras, dado o enorme fluxo migratório na Região Central.

Em 1980, tinham 24.116 ocupantes (posseiros) e 17.817 proprietários, declinando os posseiros nos levantamentos subsequentes dos Censos Agropecuários de 1995 e 2006. Para o mesmo período, o comportamento dos arrendatários e parceiros encontra-se seu auge em 1985, quando 10.878 produtores/agricultores dividiam suas terras.

Ainda que o INCRA acelerasse a titulação da propriedade da terra ou outras formas de acesso, duas variáveis são importantes a considerar na expansão territorial. Como já registramos, a quantidade de imigrantes foi de 411.795 indivíduos, dos quais 64,10% se concentraram nas microrregiões de Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena. Mas o fluxo emigratório também foi

enorme, num total de 157.795 indivíduos, cujo refluxo maior se registrou para o conjunto dos municípios citados (Pioneiros), representando 59% do total.

Contudo, o fenômeno novo foi a mobilidade geográfica da população na escala intra-estadual (Tabela 8), ou seja, a população se deslocou entre os municípios, expandindo a ocupação de terras e as atividades produtivas no território, o que aumentou de 25.483, em 1975, para 80.615, em 1985, o número de propriedades em Rondônia, conforme Tabela 5.

**Tabela 8 - Volume de Migração Intra-estadual por Microrregiões
Estado de Rondônia - 1970/1980 e 1981/1991**

Microrregiões	1970/1980			1981/1991		
	Migração Intra-estadual			Migração Intra-estadual		
	Imigração	Emigração	Saldo Migratório*	Imigração	Emigração	Saldo Migratório*
Mun. não decl. e mal def.	-	6.934	-	-	25.853	-
Porto Velho	4.220	3.155	1.065	23.709	7.852	15.857
Guajará-Mirim	1.441	1.761	-320	6.077	5.380	697
Ariquemes	10.823	1.045	9.778	19.427	6.267	13.160
Ji-Paraná	3.674	9.898	-6.224	18.421	33.655	-15.234
Alvorada D'Oeste	-	-	-	30.570	4.930	25.640
Cacoal	3.884	4.313	-429	21.466	37.240	-15.774
Vilhena	5.504	2.440	3.064	17.680	11.522	6.158
Colorado do Oeste	-	-	-	4.932	9.583	-4.651
Total	29.546	29.546	-	142.282	142.282	-

Fonte: NEPO/ UNICAMP 1999, com base nos Censos Demográficos de 1980, 1991 e Contagem da População de 1996 do IBGE.

A migração intra-estadual foi impactante nas cidades pioneiras. Estas receberam 54,11% dos imigrantes, mas perderam 62% da população, registrando saldo migratório negativo, com exceção de Ariquemes. O maior fluxo migratório obrigou o Estado a reorganizar a ocupação do território, delineando novas frentes de expansão.

Thery (1976 e 1997) já assinalava a organização espacial na região Central de Rondônia, ao longo da rodovia, distinguindo Ji-Paraná como Cidade Pioneira. Nessa região se estabeleceu os principais projetos de colonização do

INCRA (Figura 3), que organizava a frente de interiorização a partir dos núcleos urbanos de apoio rural (NUAR), servindo como pequenas localidades urbanas no espaço rural os quais “mediavam” as relações setoriais do campo e cidade (COY, 1988).

Nesse processo de migração na escala intra-estadual, as novas microrregiões de Colorado D'Oeste, Alvorada D'oeste e o crescimento de Ariquemes potencializam a pressão social, considerando as limitações do INCRA em atender a demanda crescente, o que resulta nos novos eixos de expansão territorial com os municípios emancipados (Quadro 8):

Eixos de Expansão	Sub-Regiões	Cidade Pólo	Municípios
Rodovia BR-364	Central	Ji-Paraná	Machadinho D'Oeste, Jarú, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici e Espigão D'Oeste
Rodovia RO-479/010	Zona da Mata	Cacoal	Rolim de Moura, Santa Luzia, Alta Floresta D'Oeste e Nova Brasilândia D'Oeste
Rodovia BR-429	Vale do Guaporé	Ji-Paraná	Alvorada D'Oeste, São Miguel do Guaporé e Costa Marques
Rodovia BR-425	Madeira Mamoré	Porto Velho	Nova Mamoré
Rodovia RO-399	Cone-Sul	Vilhena	Cabixi, Cerejeiras e Colorado D'Oeste

Quadro 8 – Frente de expansão territorial em Rondônia (Período 1980/90)

Elaboração: R. G. C. Silva

Destaca-se nessas novas unidades espaciais sua vinculação com os municípios pioneiros e os projetos de colonização que dão vazão a esse novo fluxo populacional. Tais núcleos adensam o modelo agropecuário e serve como núcleos urbanos que mobilizam as frentes de trabalho, alguns adquirindo possibilidades de crescimento urbano, formando sua embrionária *hinterland*, como é o caso de Rolim de Moura.

Adensamento Interiorano

Na última década do século XX o fluxo migratório diminuiu significativamente para Rondônia e o crescimento populacional não manteve a força das décadas anteriores.

Entre 1970 a 1991, a população rondoniense cresceu exponencialmente, deixando os poucos mais de 100.000 habitantes para 1.132.692, e alcançando 1.453.756 habitantes em 2007 (Tabela 2). Nesse período a variação da população urbana foi maior que a rural, e esta última entra em declínio a partir de 1996. Atualmente tende a diminuir consideravelmente, sobretudo, quando se observa que a população rural é menor do que a registrada no Censo de 1991.

Nas décadas de 70 e 80 a migração e a colonização foram variáveis que transformaram o território, superando o modelo extrativista para adensar o agropecuário, resultado dos trabalhos dos colonos das regiões Sul e Sudeste, que implantaram um novo modelo agrícola em Rondônia. A paisagem rural expõe as formas-conteúdos da migração, do trabalho e da relação com a natureza no qual se destacam o desmatamento, a produção agrícola do café e a pecuária bovina.

A população se espacializou no território, avançando com as frentes de expansão formadas pelos eixos rodoviários na década anterior (Quadro 8). Embora a população tenha crescido pouco, porém, ela se desconcentrou dos grupos de *cidades formadoras*, elaborando um novo mapa político dos municípios.

A evolução das três gerações de cidades (Primeiras Cidades, Cidades Pioneiras e Cidades de Expansão da Colonização) resultou em 23 municípios. Depois de 1990 essa geografia se modifica com o acréscimo de mais 29

unidades territoriais, espacializada em todas as sub-regiões de Rondônia, processo que qualificamos como *Adensamento Interiorano*.

Tabela 9 - Rondônia: crescimento da população urbana e rural (2007)						
Grupo de Cidades	Total	Urbana	Rural	Tot. (%)	Urb.(%)	Rur.(%)
Primeiras Cidades	408.796	337.601	71.195	28	34	16
Cidades Pioneiras	365.861	308.075	57.786	25	31	13
Cidades de Expansão da Colonização	383.659	238.369	145.290	26	24	32
Cidades de Adensamento Interiorano	295.440	117.037	178.403	20	12	39
Rondônia	1.453.756	1.001.082	452.674	100	69	31

Fonte: IBGE, 2010. (Censo Demográfico e Contagem da População. Acessado no Banco de Dados SIDRA)
Organização: R. G. C. Silva

Conforme os dados da Tabela 9, o conjunto das cidades do Adensamento Interiorano representa 20% da população absoluta, 12% da urbana e 39% da rural. A população no campo é o estrato mais forte do grupo, indicando que as frentes de expansão diminuíram em termos de fluxo populacional, mas se mantêm atuante em sua dimensão política, ou seja, a pressão política para formação de novas unidades territoriais (municípios).

São municípios pequenos, sendo que o a maior desse conjunto tem 33.072 habitantes, enquanto que 12 unidades estão na faixa de 10.000 a 20.000, e o restante na faixa inferior a 10.000 habitantes. A população do campo é majoritária, composta por famílias de camponeses que se dedicam a policultura, a pecuária de corte e, principalmente, a pecuária leiteira. Do ponto de vista econômico o PIB municipal desse conjunto é baseado no setor agropecuário, que aquece a pequena economia urbana.

Desse modo, os municípios do *Adensamento Interiorano* constituem o grupo da “frente rural” de Rondônia. Partindo da Região Central avança para o

Vale do Guaporé e para o Norte rondoniense, áreas que estão localizadas as principais Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Nessa “marcha” evolui a pecuária, o desmatamento e os conflitos rurais.

Neste grupo a população é instável, pois, a variação da populacional, no período de 2000 a 2007, foi extremamente negativa. A emigração na escala intra-estadual tem nestes municípios seu ponto de partida que se dirige para as cidades do eixo da BR-364 e para as áreas rurais do Vale do Guaporé e Norte rondoniense.

5.2 – A Rodovia BR-364 e as conexões geográficas de Rondônia

A circulação espacial constitui elemento diferenciador do território. Potencializa processos econômicos e sociais “adormecidos”, os quais não se efetivam em função das limitações na fluidez do espaço e de suas rugosidades.

Segundo Arroyo (2001, p. 52) “a circulação é uma das bases de diferenciação geográfica”, dado que a malha criada no território, sobretudo a de transportes, produz conexões geográficas importantes, seja na circulação de mercadorias, na circulação de pessoas e elementos imateriais, que introduzem temporalidades “externas” ao território, “internalizando-as” nos lugares. Os sistemas de objetos ligados aos transportes não cumprem somente o papel da circulação em si, do deslocamento material e imaterial em si, mas freqüentemente modificam as temporalidades, fragmentando as dinâmicas econômicas do território.

Para tal processo o geógrafo Dolfuss (1973, p. 66) emprega o termo *rede*, indicando que as diversas formas de fluxos organizados pela sociedade

constituem sempre uma “circulação ordenada e canalizada”. Dessa forma, evidenciam-se conjuntos intencionais postos enquanto materialidade técnica no território. Segundo o autor, a constituição de redes, e destacamos sobretudo as redes de transportes, denotam o modo que uma “sociedade exerce o controle territorial do espaço por ela agrupado” (loc. cit.).

Essas questões ocuparam o pensamento de Gottman (1952), advertindo que a circulação não consistia somente num fator da engrenagem econômica, mas igualmente assumia dimensão política estratégica para os Estados, na medida em que se poderia internalizar e orientar processos e fluxos para regiões em desenvolvimento ou mesmo em expansão territorial.

Essa visão também se assentou nas reflexões de Vallaux (1914), para quem a circulação não se restringia aos produtos materiais, mas incorporava os fluxos de idéias, mensagens e valores, assumindo novamente um caráter político.

Raffestin (1993), um geógrafo político, do mesmo modo percebeu a importância da circulação como engenho necessário à apropriação e organização do território. Argumentou que o controle do território pelo Estado exigia a construção de um sistema territorial em que a informação, a comunicação e a circulação, elementos importantes ao exercício do poder, comparecessem como mecanismos eficientes desse domínio. Afirmou ainda que as “redes de circulação e comunicação contribuem para modelar o quadro espaço-temporal que é todo o território” (op. cit., p. 204), sendo as redes um “instrumento” por excelência de poder.

As redes geográficas constituíram objeto de análise em Corrêa (2005,

2006), que igualmente as considerou instrumentos de expansão do capital, sobretudo, com o atual estágio de mundialização da economia. As concebeu como produto e condições sociais e destacou que “a escala, a forma espacial e a conexão são as características que constituem a dimensão espacial da análise das redes geográficas” (2005, p. 110).

As interpretações geográficas são coalescentes com os processos contemporâneos de ocupação territorial da Amazônia, em específico nos limites territoriais de Rondônia. A intervenção do agente territorial público (Estado) para garantir o fluxo populacional e dinamizar a ocupação interiorana de Rondônia procedeu pela inauguração da rodovia BR-364, que ligando Cuiabá, no Mato Grosso, ao Sudoeste Amazônico permitiu um fluxo constante e crescente nas trocas inter-regionais com a Região Concentrada do Brasil.

Entretanto, cabe ressaltar que até 1970 os ciclos de povoamento em Rondônia se restringiram as cidades de Guajará-Mirim e Porto Velho, esta sendo a capital do então Território Federal de Rondônia. Já no final do século XIX, o vale do Madeira-Mamoré-Guaporé fora ocupado pela penetração dos nordestinos que vieram trabalhar na extração do látex (borracha), sendo este o principal produto nesse período (Mapa 7).

A distância entre as duas cidades corresponde a 360 km, e neste percurso vários povoados e vilas foram organizados decorrente do funcionamento da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (E.F.M.M)²³, o primeiro sistema de engenharia instalado na selva, que para época fora espetacular,

²³ O livro *A ferrovia do diabo* de Manoel Rodrigues Ferreira, relata essa grande obra nas margens do rio Madeira. Discorre sobre as adversidades da construção da ferrovia em meio ao nada, desde a migração da força de trabalho de outros países e a epopéia dos transportes de maquinários e matéria-prima para

cujo objetivo foi proporcionar o fluxo da borracha produzida na Bolívia ao mercado externo.

Ainda que as condições econômicas e sociais das cidades rondonienses fossem limitadas, já se averiguava a realização das *verticalidades*²⁴ na floresta, a realização da economia mundial nos vales amazônicos, o tempo-mundo e espaço-mundo nos lugares²⁵ (SANTOS, 1994).

A economia gomífera (borracha) potencializou dois períodos de crescimento populacional e de ocupação de Rondônia. No início do século XX, com o *auge da borracha*, os vales amazônicos foram penetrados por levas de nordestinos, concentrando-se nas cidades às margens dos rios, de onde seguiam adentrando a floresta. O rio madeira foi rede principal de circulação que possibilitou a penetração nos vales do Madeira, Mamoré e Guaporé e sua conexão com Manaus e Belém.

Durante a Segunda Guerra se registrou um novo fluxo populacional decorrente da demanda de borracha no mercado internacional. Mais uma vez os nordestinos foram “chamados” a trabalhar nessa atividade, cujo episódio ficou conhecido como os *soldados da borracha*.

abastecer a logística desse investimento. A cidade de Porto Velho é um resultado geográfico desse processo.

²⁴ Santos (1996 e 2000, p. 105-108) elabora a noção de *verticalidade* correspondente ao processo de adensamento de atividades mundializadas no território, compartimentando e fragmentando-o. Busca compreender como se dá a união vertical dos lugares, como o mundo se realiza nos lugares. “As verticalidades são, pois, portadoras de uma ordem implacável, cuja convocação incessante a segui-la representa um convite ao estranhamento. Assim, quanto mais ‘modernizados’ e penetrados por essa lógica, mais os espaços respectivos se tornam alienados”. O núcleo central desse processo expõe a multidimensionalidade do território, quando um “conjunto de pontos formando um espaço de fluxo” assegura a fluidez de um produto, de uma mercadoria, de uma ordem ou imagem, conectando o mercado externo ao lugar. Tal fluidez não se realiza sem a constituição de uma materialidade técnica configurada em redes de circulação.

²⁵ Para Santos (1994, p. 16) “o espaço se globaliza, mas não é um espaço mundial como um todo senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares”. Os lugares se globalizam quando apresentam processos considerados globais, objetos do mercado global. Isso se realiza na Amazônia na forma de

Com a descoberta da cassiterita, em 1952, a população foi orientada para a nova atividade econômica, pois, já se vivenciava o declínio da extração da borracha e das atividades extrativistas. Desse modo, a economia da cassiterita foi um fator que impediu o refluxo populacional que era corrente quando do declínio das atividades econômicas na Amazônia.

Segundo Mesquita e Egler (1979):

Apesar da estagnação ou mesmo decadência do extrativismo da borracha, a região de Rondônia não se despovoou, como aconteceu após o primeiro surto da borracha. (...) A entrada de migrantes está ligada a transformações ocorridas na economia regional, notadamente o surto da mineração da cassiterita a partir aproximadamente da segunda metade da década de 1950. É justamente nesse período que se observa o maior número de imigrantes dirigidos ao município de Porto Velho, que somaram 10.567 para o total de 15.695. (Ibid., p. 64)

Todavia, o surto da cassiterita assegurou um fluxo migratório somente para a região de Porto Velho, não causando um processo de interiorização, de expansão territorial em Rondônia. Ainda que a economia da cassiterita²⁶ elevasse consideravelmente a importância de Rondônia no cenário nacional, ela não proporcionou a expansão territorial em função da ausência de redes geográficas que pudessem estimular esse processo.

Tal processo ocorreu em função da configuração geográfica que se apresentava, pois, o sistema rodoviário era ínfimo e as cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim gravitavam na área de influência de Manaus, no estado do Amazonas, dado que o rio Madeira consistia no principal eixo de circulação

compartimentação do território e de sua fragmentação, pois, a produção se realiza de modo pontual, não abrangendo para toda a região.

²⁶ Segundo Irene Garrido Filha (1979, p. 181): "O descobrimento de cassiterita no Território Federal de Rondônia, em 1952, e o início da correspondente atividade mineradora, a partir dos fins daquela década, propiciaram a mais significativa fonte de renda para o Território e, para o Brasil, a economia das divisas até então gastas com a compra do concentrado do estanho, no exterior. Rondônia transformou-se no maior produtor brasileiro com 4.350 t, em 1975, volume que representava 63% do total nacional. As

dessa região (Figura 4). As cidades de Manaus, no estado do Amazonas, e Belém, no Pará, drenavam todos os fluxos, pois o sistema fluvial era bidirecional, fortalecendo essas cidades na hierarquia regional.

Figura 4: Região Norte: linhas regulares de navegação fluvial (1970)

Fonte: MESQUITA, 1977.

Desse modo, a expansão territorial para a Amazônia há muito preencheu as preocupações dos agentes públicos, sendo tal temática objeto de reflexão de vários autores (REIS, 1982; LEAL, 1984). No que concerne a ótica do Estado, o General Meira Mattos, um dos principais estrategistas do Regime Militar, sistematizou as políticas territoriais para superar a inóxia populacional

reservas foram avaliadas, para Rondônia, em 55.000 t, e, para o Brasil, em 100.000 t, o que o classifica entre os 10 maiores possuidores de estanho do mundo.

na Região, sobretudo, considerando a dimensão estratégica que assumia a Amazônia no cenário nacional e internacional.

Na visão geopolítica de Mattos (1975, 1980, 1984) dois conceitos foram elaborados para construção estratégica da região. Primeiro, a leitura geográfica como uma dimensão *Pan-Amazônica* e, segundo, sua *continentalidade*. A noção de *Pan-Amazônica* evidenciava a abrangência da região, pois essa extensa área do território brasileiro deveria ser considerada, no âmbito das políticas públicas, em função de sua relevância continental, dos processos econômicos, sociais e geopolíticos presentes nas diversas fronteiras e limites com os países da hiléia.

O núcleo dessa leitura se centra na dimensão escalar que conforma a Amazônia e já antecipava sua integração continental, a partir do incremento de novos sistemas de objetos, que 20 anos depois, seriam iniciados com a execução do Projeto de Integração de infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)²⁷.

Observava, portanto, que a integração física necessitava de uma ação centralizadora do Estado brasileiro. Ao mesmo tempo, percebia a alteração da escala geográfica na abordagem das problemáticas inerentes à integração econômica e à segurança nacional, que já não se empregava somente em escala nacional, mas à escala continental.

²⁷ O projeto de integração de infra-estrutura regional Sul-Americana (IIRSA) constitui numa iniciativa de 12 países da região que assinaram um protocolo de ações, em 2000, na cidade de Brasília, cujo objetivo versa sobre a construção de infra-estrutura de transportes, energia e comunicação para promover a integração e o desenvolvimento econômico da região. O projeto tem uma dimensão geográfica relevante, pois, a partir da construção de infra-estruturas em rede, possibilita atividades econômicas em regiões isoladas, potencializando o aumento do comércio regional. O IIRSA é coordenador pela Corporación Andina de Fomento (CAF), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Plata (Fonplata). (<http://www.iirsa.org/index.asp?CodIdioma=ESP>).

Figura 5: Geopolítica Pan-Amazônica

Fonte: Mattos (1980)

O título da obra *Uma geopolítica Pan-Amazônica* (Figura 5) é por demais sintomático e revelador do pensamento estratégico que recobria a Amazônia, não somente em referência a sua nova função na dinâmica econômica e social do Brasil, mas, sobretudo, sua projeção continental para os demais países amazônicos.

A noção de *continentalidade* empregada por Mattos diz respeito a massa continental amazônica, que incluía os outros países da bacia, cuja ocupação e desenvolvimento econômico deveriam ser voltados a sua interiorização, para a ocupação do território em seus diversos aspectos, destacando-se a inserção de um processo produtivo de tipo capitalista.

Segundo o autor:

Essa continentalidade há que buscar os seus próprios estímulos. Os estímulos continentais do espaço brasileiro encontram-se essencialmente, na existência de imensa massa interior, distante do mar, e não favorecida por saídas oceânicas fáceis. Seu desenvolvimento, portanto, sugere a implantação de áreas interiores de interesse econômico, capazes de se modernizarem e sobreviverem vinculadas a um estímulo regional. (...) Essa estratégia deverá corresponder aos meios

técnicos e científicos que atualmente estão à disposição dos projetos políticos e econômicos. (Ibid., p. 147)

No cerne dessas estratégias a circulação ganhou assunção quando se formulou os conjuntos rodoviários que talharam o Brasil para o Norte e Oeste, no sentido longitudinal e latitudinal, tendo como centro de dispersão o planalto central, a nova capital: Brasília.

Mattos defendia com bastante entusiasmo, e de certa maneira com ufanismo, com base na tecnologia de transportes e de comunicação, um processo de *continentalização da hinterlândia sul-americana*²⁸.

Uma vez mais ilustra o autor o denodo geográfico desse processo:

Essa continentalização significará o estímulo à formação de *áreas interiores de intercâmbio internacional*, áreas que adquiram personalidade própria, que se alimentem de interesses mútuos, que sejam capazes de criar economia própria, cujas populações se realizem dentro de uma mentalidade interiorana, deixando, portanto, de ser paragens longínquas dependentes quase que exclusivamente de suas conexões marítimas. A continentalização da América do Sul criará uma nova valorização de seu território pela enorme expansão de suas atuais fronteiras econômicas, e não temos receio de dizer que a aceitação dessa idéia por todos os países interessados acrescentará ao presente patrimônio continental uma nova extensão equivalente à que hoje existe.²⁹ (Ibid., p. 151) grifo do autor

²⁸ A discussão referente “*a saída para o Pacífico*” se tornou acalorada no setor empresarial em Rondônia, no final do século XX. O cerne do debate era a possibilidade de inserção dos produtos brasileiros na economia do Pacífico, sobretudo, o acesso ao mercado do sudeste asiático em franco crescimento, o que corrobora com a tese de *continentalização da hinterlândia sul-americana*, cujo eixo principal seria a extensão da rodovia BR- 364 até o Peru, que está em fase de conclusão. Segundo Miguel de Souza, empresário e, então presidente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (FIERO): “uma questão fundamental, no campo de geopolítica internacional, que o Brasil deverá enfrentar de forma corajosa, é a de viabilizar a sua saída para o Oceano Pacífico. Para se ter uma idéia da importância da saída para o Pacífico, um levantamento junto a exportadores brasileiros indica que a economia de fretes com as rotas, partindo do Pacífico, pode chegar a 100 dólares por tonelada” (SOUZA, s/d, p. 13-14). O problema geopolítico era a franca contradição com as estratégias do Governo Americano que assume a América Latina como área de influência e “quintal” para sua economia. Outra reflexão sobre o assunto pode ser encontrada em Tourinho (1994).

O governo brasileiro pôs em prática a construção de uma nova materialidade técnica do território nacional, centrada nos eixos rodoviários em várias direções, de modo que aproximaria as regiões econômicas nacionais, integrando suas economias e aumentando os fluxos de mercadorias, de população e outros importantes produtos.

Tipologia das Rodovias	Direção	Principais eixos
Radiais	Parte do Anel Rodoviário de Brasília em direção aos extremos do país.	BR – 010 (Brasília- Belém) BR – 040 (Brasília – Rio de Janeiro)
Longitudinais	Direção Norte-Sul	BR – 174 (Cáceres – Boa Vista) BR – 101 (Sul - Nordeste)
Transversais	Rodovias disposta na direção leste-oeste	BR – 230 (Transamazônica)
Diagonais	Rodovias disposta na direção noroeste-sudeste e nordeste – sudoeste	BR – 364 (São Paulo-Rondônia-Acre) BR – 319 (Porto Velho - Manaus)
De ligação	Apresentam-se em qualquer direção. Em geral ligam rodovias federais, ou pelo menos uma rodovia federal a cidades ou pontos importantes ou ainda as nossas fronteiras internacionais.	BR – 421 (Ariquemes, Nova Mamoré, Guajará-Mirim em Rondônia) BR – 429 (Ji-Paraná – Costa Marques em Rondônia) BR – 425 (Guajará-Mirim até BR-364 em Rondônia)

Quadro 09: Organização e Tipologia da Rede Rodoviária Federal

Fonte: Ministério dos Transportes, 2008.

Elaboração: R. G. C. Silva

No sistema rodoviário planejado na Amazônia se destaca as rodovias radiais, transversais e diagonais (Quadro 09), que formam o quadro de fluxos terrestre e os eixos de penetração das frentes de expansão e pioneira.

Théry e Mello (2005) denominam as principais rodovias de *eixos pioneiros*, que cruzam a região amazônica conectando-a com a Região Concentrada do Brasil, respondendo a demanda por deslocamento e expansão da circulação no território nacional.

²⁹ Registra-se a clara influência dos postulados sobre papel ativo da fronteira no desenvolvimento dos Estados Unidos elaborado por Turner em 1920 (1940), cuja influência se adensou no pensamento geopolítico brasileiro e também em alguns intelectuais para explicar tais processos no Brasil.

Figura 6: Rodovia BR- 364 ligando São Paulo, Rondônia e Acre

Fonte: Ministério dos Transportes, 2008.

A rodovia BR-364 (Figura 6), uma artéria rodoviária diagonal conectando São Paulo, Mato Grosso, Rondônia e Acre, potencializou fluxos populacionais e de mercadorias para a região, transformando sua estrutura regional e sua área de influência. Ribeiro e Almeida (1989) assinalam que a partir de 1970, o sistema rodoviário suplanta a hegemonia do sistema fluvial presente na região, configurado desde o período colonial (conforme Figura 3).

Em específico, a pavimentação da rodovia BR-364 impulsiona à abertura de novos eixos secundários, formando um sistema rodoviário que alicerça a interiorização do território, o desenvolvimento de novas atividades agropecuárias e a expansão da presença humana nos recônditos do espaço regional.

5.3 – Eixos de circulação e a nova simetria produtiva do território

A construção da artéria rodoviária produziu efeitos geográficos estruturais na configuração territorial de Rondônia. Aumentou o número das unidades territoriais (municípios), serviu como frentes de penetração agropecuária em todas as Sub-regiões rondonienses e, simultaneamente, expandiu os caminhos do desmatamento.

O primeiro efeito na escala intra-estadual é a quebra de simetria da antiga região de povoamento de Rondônia. Até 1960, a configuração territorial esboçava articulações entre as cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim, testemunho da ocupação promovida pela construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré e pela atividade extrativista, sobretudo, a borracha (conforme Mapa 7).

Na órbita das duas cidades formou-se uma rede de povoados e vilas remanescente do auge da economia gomífera, que serviram como postos de coleta da borracha e de apoio ao sistema de transporte. Esse sistema territorial ficou conhecido como *Vale Guaporé-Mamoré-Madeira*, centrado na artéria fluvial como canal de toda circulação no território. Sua comunicação era com o Estado do Acre e Amazonas, cuja centralidade espacial decorrida da hegemonia da cidade de Manaus. Através desta cidade, os fluxos se comunicavam com o restante do Brasil, denotando a herança de um sistema de fluxos nos tempos do Brasil Colônia.

O sistema Guaporé-Mamoré-Madeira perdurou por muito tempo. Nos vales do Guaporé e Mamoré a via fluvial prevalecia, sendo povoadas por diversas comunidades ribeirinhas, cujo destaque eram as vilas de Costa

Marques, Forte Príncipe da Beira, Pedras Negras e a cidade de Guajará-Mirim³⁰. A navegação atendia as pequenas comunidades, cujos produtos se resumiam a farinha, castanha-do-pará, pescado e outros gêneros alimentícios locais. A borracha era o principal produto e, em função dela, as atividades econômicas se desenvolviam na região.

A ferrovia completava o sistema Guaporé-Mamoré-Madeira ligando Guajará-Mirim até Porto Velho, cujo circuito organizou vilas e povoados articulados ao extrativismo vegetal e a produção de pequenos gêneros alimentícios. A restrição do sistema fluvial decorre das flutuações dos rios, que no período chuvoso permite a circulação de pequenas e médias embarcações, mas no período de vazante limita, sobremaneira, o intercâmbio e as trocas nos vales do Guaporé e Mamoré. Somente no sistema ferroviário esse fluxo era permanente, o que explica a maior presença das populações, povoados e das atividades extrativistas e agropecuárias no trecho entre Guajará-Mirim e Porto Velho.

Para a ocupação efetiva do território, se fazia necessário uma estrada. Já não era suficiente a conexão fluvial com Manaus e Belém para se comunicar com restante do Brasil. As elites locais tinham clareza dessas dificuldades e pautavam a melhoria do sistema de circulação do território, sobretudo, que pudesse estabelecer fluxos rodoviários às demais Regiões do Brasil.

³⁰ No Vale do Guaporé, na fronteira com a Bolívia, o sistema de transporte fluvial ainda não se desenvolveu completamente e as comunidades ribeirinhas dependem das embarcações públicas que nem sempre estão disponíveis. Os ribeirinhos da Vila de Surpresa, a 17 horas de barco da cidade de Guajará-Mirim, perderam sua produção de melancia, a qual seria comercializada em Guajará-Mirim, pois, a embarcação estava quebrada e não havia outra para fazer o transporte. Segundo a reportagem do Jornal Diário da Amazônia (2010, p. D-2), “esse problema é um dos mais sérios entre os *isolados moradores deste lugar pouco conhecido dos rondonienses*, embora, geograficamente, seja sempre mencionado em escolas e órgãos públicos, desde o extinto território federal”. Trata-se da situação geográfica que essa região de Rondônia está submetida e que se acentua desde a construção da rodovia BR-364, onde o eixo de desenvolvimento econômico se consolidou ao longo da rodovia e as comunidades ribeirinhas ficaram isoladas desse processo. Grifo nosso

Figura 7: Imaginário geográfico da BR-364

Fonte: Leal (1984)

Numa visão institucional/oficial do processo de construção da rodovia BR-364, Leal (1984) expõe, em *O outro braço da cruz* (Figura 7), a epopéia da construção do eixo rodoviário e as expectativas das classes dominantes locais sobre tais transformações. Paulo Nunes Leal, engenheiro civil e militar, foi o oitavo e décimo Governador do então Território Federal de Rondônia, e participou ativamente das ações políticas cujo produto foi a construção da rodovia.

Segundo o autor:

Em outubro de 1959, quando de visita a São Paulo, como Governador de Rondônia, fiz um convite a diversos órgãos de imprensa para que mandassem a Porto Velho jornalistas que pudessem escrever sobre o Território e divulgar as imensas possibilidades dessa *nova fronteira de expansão econômica do Brasil*, com esperanças de despertar no *espírito pioneiro dos paulistas* o interesse em empreendimentos nessa região. (LEAL, 1984, p. 42) grifo nosso

Em outra passagem, reflete o autor sobre essa epopéia:

Hoje, ao se percorrer essa rodovia, povoada de vilas e cidades fluorescentes [...], é difícil transpor-se aos idos de 1960 para render um preito de admiração e profundo reconhecimento aos heróis anônimos, do candango ao engenheiro, que implantaram a BR-29, em ininterrupto trabalho de dias corridos, sem domingos ou feriados, noites adentro, enquanto o tempo e as forças humanas o permitissem, mãos calosas empunhando machados e enxadas, homens exaustos, dormindo em barracões improvisados e caminhando pela floresta centenas de quilômetros de uma a outra frente de trabalho, com seus caminhões, tratores, instrumentos de topografia, aeronaves, embarcações, no campo e escritório, mas sobretudo com raça e coração. (Ibid., p. 66)

Percebe-se nessas passagens a visão otimista das classes dominantes sobre as possibilidades de transformação do território, tendo como objetivo melhorar os sistemas de circulação e equipar o território para o funcionamento das redes de circulação.

Incute nesse pensamento a leitura geográfica que relaciona as transformações locais e regionais com as demais dinâmicas econômicas do país. Assenta-se como ideologia geográfica a integração territorial como parte do desenvolvimento da nação, e o elo distante e fragmentado do território parece soldar-se num avassalador processo social que envolve o imaginário da população local nesse empreendimento.

Revela-se imbricado os aspectos ideológicos com a tecnosfera e a psicosfera (SANTOS, 1996) aludida à conexão geográfica do espaço regional (Figura 8). Juntam-se a propaganda e a visão territorial que os agentes públicos, governos Federal e do Território Federal de Rondônia, assoalham na sociedade local.

Figura 8: Psicosfera da integração territorial da BR-364

BR-364. Essa estrada vai tocar o coração da gente.

Fonte: LEAL, 1984

Significa, portanto, alavancagem econômica e social baseada na transformação técnica do território, em que a inserção de redes de circulação possibilita a ampliação das atividades geográficas e a abrangência das conexões em seus recantos mais distantes, assentada na visão de uma *nova fronteira de expansão econômica do Brasil*.

A função do Estado foi nodal à elaboração de uma simetria produtiva, que alimentou a expansão interiorana em suas diversas frentes em terras rondonienses. A rodovia inverte o sentido dos fluxos que caracterizava a geografia de Rondônia, num grau de isolamento sustentado por longos anos, no sistema fluvial. Portanto, esse novo eixo serve para a colonização e seu adensamento interiorano e, de igual maneira, estimula a ocupação produtiva no novo modelo agropecuário que se instala.

Mapa 9 – Rondônia: rede rodoviária Federal e Estadual (2007)

Mapa 10 – Rondônia: rede rodoviária Municipal (2007)

Fonte: Base cartográfica IBGE
Elaboração: R. G. C. Silva

Tabela 10 - Sistema Rodoviário em Rondônia (Km)

Rodovias	Total (2007)	Total (2000)	2000		2007	
			Pavimentadas	Não-pavimentadas	Pavimentadas	Não-pavimentadas
Federal	1.871	1.803	1.254	549	1.363	507
Estadual	4.740	4.289	158	4.131	1.011	3.729
Municipal	16.344	16.342	5	16.337	8	16.336
Total (Km)	22.955	22.434	1.417	21.017	2.382	20.573

Fonte: BRASIL, 2008.
Organização: R. G. C. Silva

A organização espacial do sistema rodoviário (Tabela 10, Mapas 9 e 10) indica papéis diferenciados dos entes federativos (União, Estado e Município) na hierarquia da circulação e nas frentes de expansão, o que de certo modo, modifica as formas de uso do território.

O sistema rodoviário rondoniense ainda é extremamente desigual, conserva o modelo implantado nos anos 70, e sua importância não corresponde à densidade das estradas sob a responsabilidade de cada ente federativo. Do total de 22.955 km, as estradas federais correspondem a 1.871 km, as estaduais 4.740 km, e as municipais 16.344 km.

Do conjunto da rede rodoviária somente 10% estão pavimentadas e as rodovias federais, que representam apenas 8% das estradas de Rondônia, têm 57% das que estão em boas condições de trafegabilidade, enquanto que as estaduais correspondem a 42% ³¹. Todavia, a rede municipal que é mais densa, praticamente não pavimentada em função das limitações

³¹ A temática das estradas e rodovias foi objeto de intensos debates nas eleições estaduais em Rondônia, em 2010. Os candidatos da oposição (PT e PMDB) argumentavam que o atual Governo do Estado (PPS e PR) não investia suficientemente na rede rodoviária, pois, a maior extensão desta estava sob a responsabilidade dos municípios, os quais não tinham como executar tais manutenções. Diretamente

orçamentárias, pois, o custo do asfalto é extremamente elevado para os orçamentos municipais e estes, quando os fazem, destinam ao espaço urbano.

Na hierarquia dos fluxos intra-estadual e inter-regional o governo federal controla as principais rodovias. Na artéria central, na rodovia BR-364, estão localizadas as principais cidades de Rondônia que asseguram a congruência do eixo urbano interiorano, cujo centro sub-regional é Ji-Paraná.

Perpendicular a rodovia BR-364 estão as BR-421 e 429 que formam os eixos de interiorização, e que conectam a Região Central à fronteira com a Bolívia, tornando-se espaço de migração intra-estadual (ver Quadro 8). Estes são os eixos centrais de circulação e de expansão territorial, onde se localizam as principais cidades que respondem pela maior fração do PIB estadual.

Sob a gestão estadual a rede rodoviária se organiza nas adjacências das rodovias federais, tornando-se um espaço de influência direta. Nesse espaço se formou o conjunto dos municípios da quarta geração (*Adensamento Interiorano*), concentrando-se, sobretudo, na área de expansão da Região Central.

Desse modo, a rede rodoviária estadual se expande a partir das rodovias federais, configurando uma densidade populacional e econômica na Região Central, o que revela um adensamento econômico, social e territorial no eixo da BR-364, deslocando a importância econômica da capital Porto Velho.

Para os municípios, as estradas ligam o núcleo urbano às áreas rurais, que são compostas por pequenas estradas vicinais e pelas as famosas

essa situação incidia na qualidade de vida, na produção e nos serviços básicos à população, uma vez que a maioria dos municípios é de pequeno porte, onde a população rural é majoritária.

“picadas” ou “carreadores”³², que “marcham” em direção das Unidades de Conservação e Terras Indígenas. As estradas municipais representam 71% do sistema rodoviário rondoniense e acompanham a geografia das demais rodovias. Portanto, são as frentes que adentram cada vez mais o território e onde ocorrem os principais conflitos sócio-territoriais em Rondônia.

Toda área do sistema rodoviário rondoniense reforça o processo de desconcentração urbana e da rede de cidades, que até 1970 convergia para Porto Velho, sendo geograficamente modificada com a implantação dos projetos de colonização. A ocupação interiorana e a formação de novos municípios foram alicerçadas nas artérias federais que se constituíram numa armadura da qual toda expansão territorial e sua densidade econômica as tem como centro de difusão.

A geografia das redes de cidades é tributária do processo de colonização iniciado na década de 70, sob a égide do Estado. Dos 52 municípios que compõem a rede urbana estadual, somente três foram criados na região de influência de Porto Velho, e os demais correspondem à estratégia do Estado na elaboração dos nexos geográficos de adensamento do território.

Em 30 anos, pequenos povoados que viviam da parca produção extrativista são hoje cidades acima de 40 mil habitantes, com dinamismo econômico e social e sob sua influência gravitam inúmeros municípios, formando sub-redes de influência.

³² “Picadas” e “carreadores” são os nomes designados pelos agricultores, madeireiros, pecuaristas e toreiros (trabalhadores que transportam toras de madeira) para as estradas “invisíveis” do sistema rodoviário. Estas geralmente localizam-se nos limites ou adentram as áreas de proteção. Por estas vias circulam as madeiras extraídas ilegalmente das Unidades de Proteção e Terras Indígenas em Rondônia.

As *cidades pioneiras* manifestam a metamorfose do território ao longo desse período. É o caso de Ji-Paraná, que segundo o estudo do IBGE (2008) sobre as *Regiões de influência das cidades*, é classificada como *Centro Sub-Regional A*, e sob sua influência gravitam 11 cidades. Incorporam-se na análise, numa escala menor, as cidades de Ariquemes, Cacoal e Vilhena (*Centro Sub-Regional A*), que juntas influenciam 36 cidades, organizando uma rede mais articulada e distante da capital de Rondônia. Todas essas cidades foram beneficiadas diretamente por três grandes processos geográficos estruturantes do território: a construção da rede rodoviária, a intensidade do fluxo migratório e a inserção dos projetos de colonização voltados para agropecuária.

Todo esse período caracteriza-se pela construção e integração do território sob a expressa gestão do Estado e suas agências. Destaca-se o INCRA cuja história em Rondônia, de certa forma, se confunde com a história territorial de vários núcleos rurais que hoje estão emancipados. A ação do Estado foi a de transformar o território, apoiando outra forma de uso e significado: deixou-se o modelo extrativista para consolidar a economia centrada na agropecuária, e voltando as dinâmicas territoriais para as dinâmicas do território nacional nesse período de globalização.

PARTE III

Rondônia como Território de Expansão do Capital (1995-2010)

Vista aérea da Hidrovia do Madeira – Porto Velho

CAPITULO 6. – O TERRITÓRIO NO PERÍODO CONTEMPORÂNEO

6.1 - As novas funcionalidades do território

No conjunto dos processos contemporâneos que alimentam as dinâmicas territoriais buscamos alcançar as transformações que se manifestam em Rondônia.

Com a expansão do meio técnico–científico-informacional em Rondônia, a hipótese deste estudo assinala a construção de *funcionalidades diferenciadas do território*, uma sob a gestão direta do Estado, e outra, pela expansão da economia voltada ao mercado nacional e externo. Essas funcionalidades reorganizam o território no sentido de torná-lo operacional às cruciais dinâmicas que lhe dão vida, cuja expressão geográfica se desdobra em dinâmicas territoriais particulares, contraditórias e complementares na totalidade social.

As especializações produtivas correspondem à formação de territórios capitalizados por grandes empresas a partir da inserção de bases logísticas, que funcionam como sistemas de objetos e ampliam as complementaridades geográficas do campo e da cidade através dos sistemas de ações. Constitui-se em particularidade geográfica e resulta na mudança produtiva, técnica e política do território.

Consideramos que o meio técnico-científico-informacional é uma realidade que se constrói e expande permanentemente pela égide do mercado,

o qual amplia as ações de tecnicização e cientificização da paisagem, subordinando as lógicas locais às do capital globalizado (BERNARDES, 2006).

No território, das variáveis que o configuram e dinamizam suas tramas e suas conexões em Rondônia, a *especialização produtiva* busca alargar a escala geográfica local e regional da produção, criando fragmentações e complementaridades geográficas, assegurando dessa forma sua universalidade.

Como resultado alguns lugares (campo e cidade) se especializam em processos e/ou produtos e possibilitam o entendimento do mundo por essas tramas. Portanto, constituem resultados das fragmentações e articulações do/no meio geográfico, dado as dimensões derivadas da economia global que se condensam com maior amplitude em algumas áreas do território.

Compreendendo as especificidades geográficas da Amazônia em função de participação na divisão territorial do trabalho, a questão que erigi delineia-se na mudança da base técnica do território, o que aprofunda e potencializa a incorporação dos recursos da natureza nas atividades produtivas, tornando alguns lugares mais especializados que outros.

A proposição que estamos construindo aproxima-se das transformações substantivas no território que Santos propugna como solidariedades em escala mundial:

As possibilidades, técnicas e organizacionais, de transferir à distância produtos e ordens, faz com que essas especializações produtivas sejam solidárias no nível mundial. Alguns lugares tendem a tornar-se especializados, no campo como na cidade, e essa especializações se deve mais às condições técnicas e sociais que aos recursos naturais. (1996, p. 192)

Essas são umas das características do período técnico-científico-informacional, pois, o território ganha centralidade na mobilidade do capital internacional que ao tecer novas sociabilidades e arranjos espaciais, estas manifestam com cargas conflituosas e contraditórias no curso da história.

O postulado possibilita a construção de uma interpretação do presente histórico, cujas manifestações empíricas são datáveis e “monitoradas”, forjando um *território monitorado* pelo capital. A pertinência do adjetivo *monitorado* expressa as reais possibilidades que os agentes territoriais, principalmente os agentes territoriais econômicos (privado), têm em conhecer e divulgar os processos que conduzem as transformações e potencialidades do território, lastreando-o pela incorporação da ciência, técnica e informação no magma social.

A informação é central para alimentar as ações dos agentes territoriais, e duas manifestações demonstram esses processos no uso do território em Rondônia. A Indústria madeireira Manoa, pertencente ao Grupo Triângulo, um dos maiores do ramo no Brasil, processa a extração da madeira com o uso de sistema de informação geográfica (mapeamento digital). Para cada volume de madeira extraída, a informação é encaminhada da área de manejo florestal para a sede da empresa, no município de Cujubim (RO). O monitoramento também é controlado pela matriz, localizada em Curitiba (PR), a qual comercializa o recurso florestal no mercado nacional e internacional.

Outra situação diz respeito à disponibilização, no sistema *Google Earth* das informações da Terra Indígena Sete de Setembro, localizada no município de Cacoal (RO). O projeto, em andamento, visa disponibilizar informações do

território indígena, sobretudo, referente à pressão econômica, denunciando as frentes de desmatamento executadas por fazendeiros, madeireiras e garimpeiros. Nas situações postas à informação é componente importante para controlar o território e suas potencialidades, para o desenvolvimento dos projetos dos agentes e suas territorialidades.

No espaço agrário coexistem formas produtivas que apresentam maiores composições tecnológicas de capital, ao passo que se tem atividades produtivas artesanais e extrativistas com pouco incremento tecnológico, mas que participam das mudanças do território, efetivando-se com conflitos e complementaridades econômicas e sociais, no campo e cidade.

O fenômeno da pecuarização em Rondônia é um dado desse processo, pois, há uma tênue relação da agricultura camponesa com os fazendeiros médios e com grandes pecuaristas, que se realiza na comercialização do gado de corte. Os agricultores camponeses vendem o gado para os pecuaristas e fazendeiros, e estes os comercializam junto aos frigoríficos, formando uma cadeia territorial da pecuária, envolvendo diferentes segmentos sociais do campo e da cidade, antes da sua agroindustrialização (frigoríficos).

Destacamos que o avanço dos *espaços da globalização* em Rondônia e seus conflitos manifestam-se no espaço agrário, sobretudo, com as transformações técnicas e políticas na agricultura, principalmente dos agentes do agronegócio.

Promovem-se instabilidades no território, cujo sentido político ainda está em franco debate e lutas pelos agentes protagonistas, os agentes

territoriais. Os movimentos que conduzem à formação de especializações produtivas do território são resultados dos projetos dos agentes sociais, econômicos e agentes públicos que projetam a transformação do território como condição de sua reprodução social.

Sendo histórico, o território exprime os desenhos conflituosos e contraditórios nas representações sociais dos agentes territoriais. A formação do mosaico social, cada vez mais multifacetário e multiescalar, exige uma estrutura conceitual orientadora que possa expressar a abrangência social em seus processos e totalidade.

A categoria *território usado*, proposta por Milton Santos ([1994] 2002, 2000, p. 104), representa “tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas”, e indica a “interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é o trabalho e a política” (SANTOS e SILVEIRA, [2001] 2005, p. 247). Por sua vez, permite-nos apreender esses processos que elevam a multidimensionalidade do território, visto haver convergências e contradições dos agentes, projetos, sentidos e destinos, traduzindo uma dimensão teleológica desse momento no território.

Assim, no plano político e econômico (*os sistemas de ações*) o território é cada vez mais apropriado de forma corporativa, redimensionado suas formas constituintes, sua materialidade (*os sistemas objetos*). Nesse movimento alargam-se os contextos dos lugares concebidos pelas forças do capital nacional e internacional, pois, são esses agentes que aperfeiçoam as especializações produtivas do território, com apoio do Estado.

Essa proposição desdobra-se das análises epistemológicas sobre o espaço geográfico como uma das funcionalizações do processo de globalização, em que o território e os lugares passam a apresentar uma composição orgânica derivada das relações econômicas globais (DOLLFUS, 1999; SANTOS, 2000b; SENE, 2003; LIMA, 2006).

Os efeitos da incorporação territorial na economia globalizada resultam, pois, das proficuidades que o capital pode extrair dos lugares:

Não se trata de um 'exército de reserva' de lugares, se não da produção raciocinada de um espaço, no qual cada fração do território é chamada a revestir características específicas em função dos atores hegemônicos, cuja eficácia depende doravante de uma produtividade espacial, fruto de um ordenamento intencional e específico. (SANTOS, 2005a, p. 147)

Enfatizamos a noção de produtividade espacial proposta. Para as grandes empresas capitalistas, que podem deslocar-se em regiões do globo, a informação espacial é uma condição para aportar novas atividades econômicas. A depender dos recursos potenciais para os quais o capital pode mobilizar fatores de produção, uma nova realidade geográfica pode ser impelida em função de um produto ou atividades produtivas, cuja necessidade de novas bases técnicas torna-se crucial as quais se incorporam como trabalho no espaço.

Desta forma, a produtividade espacial decorre do avanço de atividades econômicas que se condensam nos lugares, podendo ser efêmera ou não, mas, sobretudo, derivam de modificações nos sistemas de objetos presentes do território. Estes garantem as possibilidades de fluidez territorial, uma vez que a competitividade se estabelece como condição essencial.

O “mercado de los lugares” é assinalado por Dollfus (1999) ao avaliar a importância dos processos locais no mundo globalizado. Em função da informação que alimenta a ação do capital e direciona suas políticas de localização produtiva, os lugares passam a ser (re)valorizados pelos atributos ou fatores de produção desejados pelo capital.

Con el desarrollo de los sistemas de información, los políticos y los empresarios, tienen posibilidades, desconocidas hasta el presente, de tratamiento de ‘la información geográfica’, que permite destacar y valorar las características de un lugar, con sus ventajas e inconvenientes, en función de los objetivos que se fije. (...) Un conjunto de informaciones que permiten hacer la elección de localización de inversiones, de desarrollo de mercados, pero también de alianzas políticas con mejor conocimiento de causa. (Ibid., p. 57)

O conhecimento do território e dos lugares manifesta-se com a presença de grandes empresas na periferia do sistema capitalista, como a Cargill, no Vale do Guaporé, em Rondônia, na fronteira com a Bolívia. O que faz uma das maiores empresas do mundo no ramo do agronegócio na “periferia” da Amazônia Brasileira? Será isso um indicador dessa produtividade espacial em potência, uma produção racionada de um espaço?

As especializações produtivas do território exprimem o avanço da economia globalizada, portanto, do capital globalizado que expande para amplas periferias. Sua análise requer compreender as funcionalizações concretas, reveladoras das práticas espaciais do capital e demais agentes territoriais que singularizam o território a partir de um conjunto de produtos, cuja solidariedade organizacional fomenta fissuras no tecido social do território, estas pautadas pela inserção de uma nova técnica na produção, até então estranha ao lugar.

Território, Campo e Cidade

Atualmente aprofunda-se na geografia brasileira pesquisas, debates e eventos acadêmicos referente às temáticas campo e cidade, espaço urbano e rural.

Discutem-se suas funcionalidades, especificidades, complementaridades geográficas, econômicas, culturais e sociais, caminhando para uma percepção indissociável dessas construções geográficas da sociedade, que se acelera nas diversas regiões do Brasil (SPOSITO, WHITACKER, 2006; SPOSITO, SPOSITO, SOBARZO, 2006; ELIAS, 2003; ELIAS, PEQUENO, 2006).

Em *A urbanização brasileira*, Santos ([1993] 2005b) problematiza as relações campo e cidade, argumentando a necessidade de um esforço teórico-metodológico que pudesse edificar um quadro conceitual compatível com as novas relações geoeconômicas, que tornavam essa separação (campo-cidade) limitada à compreensão da totalidade do território.

Nas regiões agrícolas a modernização da economia avança nos circuitos produtivos e fomenta as especializações territoriais, gerando processos econômicos, sociais e territoriais nas cidades, concomitante a uma tipologia de funções que amplia cada vez mais as diferenciações geográficas no espaço urbano e rural (ELIAS, 2003; BERNARDES e FILHO, 2005).

O quadro territorial modifica-se pelo fato do campo acolher os processos produtivos tecnológicos, seja na verticalização da produção, em que emergem as agroindústrias, como na horizontalização das cadeias produtivas produto da expansão do espaço agrícola articulado em circuitos espaciais da produção, com impactos na composição de gênero no mercado de trabalho, caracterizado

pela masculinização da força de trabalho nas atividades agrícolas e no campo, como tem apontado os estudos de Rossini (2002 e 2006).

Essas complexidades territoriais aprofundam-se no Brasil, cujo processo foi sistematizado na noção geográfica *Brasil Agrícola*:

No Brasil agrícola, há tendência a que a área de exportação, isto é, de produção que procura um mercado distante, seria, sobretudo, a área rural, e isso tanto mais quanto a agricultura regional seja moderna. [...] A *região agrícola* tem sua unidade devida à inter-relação entre o mundo rural e mundo urbano, representado este por cidades que abrigam atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas circundantes e que dependem, segundo graus diversos, dessas atividades. [...] nas *regiões agrícolas*, é o campo que, sobretudo, comanda a vida econômica e social do sistema urbano (sobretudo nos níveis inferiores da escala), enquanto nas *regiões urbanas* são as atividades secundárias e terciárias que têm esse papel. (SANTOS, [1993] 2005b, p. 76)

Essas reflexões assentam-se nas transformações territoriais promovidas pelo avanço do capital nas regiões periféricas do mundo, sobretudo na América Latina, cuja reflexão a respeito do Brasil sinalizava o tropel de mutações no quadro geográfico nacional. A acuidade dessas análises, já antecipadas em *Economia Espacial* (SANTOS, [1979] 2003), demonstrava que o campo impelia à cidade suas demandas tecnológicas e de serviços, o que requeria destas um novo tecido territorial que respondesse essas ações.

Tais movimentos geográficos obrigavam reflexões da ciência geográfica que pudesse analisar o papel do sistema urbano das cidades locais e cidades médias onde gravitavam as transformações territoriais derivadas das incorporações tecnológicas dos processos produtivos agrícolas.

O campo que se moderniza demanda da cidade todos os insumos e implementos agrícolas necessários à expansão da produção, mas igualmente,

requer créditos e uma rede de serviços tecnológicos que impõe um novo conteúdo técnico do território e do sistema urbano. Portanto, não se trata somente de trocas setoriais econômicas, mas da produção de um espaço urbano derivado das pautas emanadas dos espaços rurais, ou seja, a produção de novos sistemas de objetos do território, dado a emergência de novos usos e funcionalidades territoriais.

As atividades agrícolas e a produção agrícola resultado do avanço do capital no campo cria diversas demandas nas pequenas cidades, como podemos verificar em Rondônia que, à luz dos eventos geográficos, possibilita pensar as alterações realizadas do campo modernizado para as cidades, em várias escalas geográficas da vida social.

A análise se desenha na compreensão do espaço rural como fator preponderante da transformação territorial em Rondônia em que as escalas geográficas da produção se arquitetam na ampliação dos contextos dos lugares cada vez mais porosos aos movimentos da circulação da economia globalizada.

A cidade torna-se o *locus* da regulação do que se faz no campo. É ela que assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola, porque obrigada a afeiçoar-se às exigências do campo, respondendo às suas demandas cada vez mais prementes a dando-lhe respostas cada vez mais imediatas. Como o campo se torna extremamente diferenciado pela multiplicidade de objetos geográficos que o formam, pelo fato de que esses objetos geográficos têm um conteúdo informacional cada vez mais distinto (o que se impõem, porque o trabalho no campo é cada vez mais carregado de ciência), tudo isso faz com que a cidade local deixe de ser a cidade no campo e transforme-se na *cidade do campo*. [...] O consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário, adapta-as. Estas são chamadas a dar respostas particulares às necessidades das produções particulares, e daí a maior diferenciação entre as cidades. Elas se diferenciam cada vez mais pelo fato de o nexo do consumo produtivo ser ligado à necessidade de encontrar, no lugar e na hora, respostas

indispensáveis à marcha da produção. Este fenômeno, antes restrito às cidades, que eram 'depósitos' para os fatores da produção industrial, agora também se dá no campo, com a diferença de que, a partir desse momento, a regulação do mundo rural não se faz mais no campo. (SANTOS, [1993] 2005b, p.56-61)

As ações, os objetos, o tempo e a técnica formam os nexos que possibilitam compreender a lógica da transformação do território à luz da história, em que o espaço assegura a continuidade e sua realização particular. Assim, a mudança territorial é sempre uma mudança política, potencializada pelo lastro da técnica formada na história social (BRAUDRILLARD, 2007; SIMONDON, 2007). Daí os sistemas de objetos e os sistemas de ações serem, ao mesmo tempo, um recurso conceitual e uma manifestação empírica do conteúdo histórico do território, ou seja, um mosaico espaço-tempo-técnica da sociedade (SANTOS 1996).

Os estudos que tratam da modificação do campo e das atividades agrícolas à luz dessas bases teóricas são recentes. Abordam as transformações do território no âmbito da (re)estruturação produtiva da agropecuária, quando se erige um novo modelo de produção e novas relações de trabalho, caracterizado pela formação de redes territoriais, redes de produção agroindustrial e agropecuária, onde o espaço agrícola é dotado de uma voraz fluidez territorial, mobilizando profundas sinergias e complexidades na organização do espaço agrário e urbano³³.

³³ Citamos as pesquisas desenvolvidas por Denise Elias (1996, 1997, 2002, 2003a, 2003b, 2006, 2007), Mônica Arroyo (2001, 2003a, 2003b, 2006a), Julia Adão Bernardes (1993, 1996, 1998, 2001, 2004, 2005, 2006), Julia Adão Bernardes e Osni Filho (2006), Julia Adão Bernardes e José Brandão Filho (2009), Vera Lúcia Pessoa (2007), Ricardo Castilho (2003, 2004, 2005), Rosa Ester Rossini (2002, 2006) e Carlos Alberto Franco da Silva (2006).

CAPÍTULO 7 – O ACONTECER SOLIDÁRIO NO TERRITÓRIO

7.1 - Dinâmicas territoriais em Rondônia: o campo e o acontecer solidário

O período técnico-científico-informacional produz um território no qual as forças do mercado global, para sua realização, inferem ações em escala mundial. Sua materialidade firma-se nos lugares onde o conjunto de objetos de uma dada localidade pode assimilar esses comandos, tornando certas localidades extensão de grandes corporações e dessa forma configura-se a lógica territorial das empresas, um território corporativo (SANTOS e SILVEIRA, 2005).

A análise do campo modernizado supõe o exame de um novo uso do território. Este se apresenta com uma seletividade e diferenciação espacial, onde a técnica emerge como um dado crucial na modernização e especialização produtiva dos lugares (SILVEIRA, 2005, FREDERICO, 2008). Em Rondônia a produção de grãos, a agropecuária e a extração madeireira formam um conjunto seletivo dessa especialização, em que se funde o conteúdo técnico e político do espaço, ou seja, nas relações entre o uso dos objetos (meios de produção) e nas ações (relações sociais de produção) que moldam as dinâmicas territoriais.

As transformações espaciais não se dão num mesmo feixe de forças, como também não se realizam com a mesma intensidade e se apresentam no território de forma desigual, ou seja, produzem-se diferenciações espaciais,

algumas mesmas estranhas e antagônicas às características históricas dos lugares.

O território nacional metamorfoseando-se pelos elementos portadores desse fluxo de mudanças adotada, em sua constituição, dinâmicas produtivas que permitem a emergência qualitativa de especializações produtivas e uma nova divisão territorial do trabalho.

Na noção de *forma geográfica* está composta a materialidade e a ação humana como condição de sua realização dentro de um processo unitário e dinâmico. A emergência dessas metamorfoses territoriais pode ser considerada como “uma fração do espaço total do planeta, cada vez mais aberto às influências exógenas e aos novos signos contemporâneos” (ELIAS, 2002, p. 11). Desse modo, a presença de atividades produtivas altamente especializadas, como a expansão da soja na Amazônia, não se realiza sem uma mudança técnica do território, para que, não somente a produção se efetive, como a garantia de sua fluidez é crucial para sua consolidação (ARROYO, 2001; CASTILHO, 2004)³⁴.

Aqui encerra uma dimensão renovada do território, cuja natureza é a sua interdependência de *uso* e de *sentido* em função de um contexto que se alarga. De *uso*, pois, as formas de produção novas são resultados das demandas intercambiáveis, externas à história do lugar. Esta passa a expressar em seu conteúdo a dinâmica da totalidade do mundo, daí as noções geográficas de *alargamento de contexto* e de *universalidade empírica* (SANTOS, [1985] 2008 e 1996), pois o lugar já não se explica e não se realiza historicamente somente

³⁴ A geografia da soja é um exemplo do funcionamento da fluidez do território. O sistema rodoviário-hidrovia garante a fluidez da mercadoria da Amazônia meridional aos portos da Europa (ver Apêndice 1).

pelos seus meios e atributos, pela sua história e sua geografia local. As variáveis ou os feixes de forças modernizantes são dados desse novo momento e conteúdo do espaço geográfico.

Dizemos de *sentido*, na medida em que seu contexto é debitado às dinâmicas estranhas e longínquas, mas que não somente permeia como (re)significa o consumo, os fluxos, os fixos e a própria existência do território. Temos uma interdependência econômico-social que alarga o contexto do território em função da permanente acumulação do capital. Todavia, esse processo espacial não se realiza sem as diacronias sociais internas, pois, os conflitos são inerentes e toda reorganização ou transformação substancial do território usado implica nas modificações do valor relativo do lugar na totalidade-mundo (SANTOS, 2005a).

Ao teorizar o *espaço* como uma das estruturas da sociedade, Milton Santos argumenta que “a organização do espaço é também uma forma, um resultado objetivo de uma multiplicidade de variáveis atuando através da história, [em que] sua inércia passa a ser dinâmica. Por *inércia dinâmica* entendemos que a *forma* é tanto resultado como condição do *processo*” (SANTOS, 2005, p. 45). A forma espacial é tanto reflexo como elemento de explicação social. “As formas, pois, têm um papel na realização social. (...) [e] o conteúdo corporificado, o ser já transformado em existência, é a sociedade já embutida nas formas geográficas, a sociedade transformada em espaço” (SANTOS, [1988] 2008b, p. 28).

Nessa perspectiva, não é factível imaginar que os vetores do processo da modernização globalizada apresentem total independência do território. É

mister perscrutar que a realização de uma variável externa só se torna eficaz, só se realiza historicamente, na medida em que o território contenha ou apresente certas condições “como indispensáveis à internalização de fatos [ou vetores] externos” (SANTOS, 1988, p. 97).

O processo geográfico encorpa *acomodação* e *conflitos* de vetores externos que reorganizam os lugares e o território, resultando na dinâmica espacial de (re)funcionalização da divisão territorial do trabalho. Na atualidade, a transformação de Rondônia numa fronteira globalizada decorre da expansão do meio técnico-científico-informacional na periferia e as formas-conteúdos modernas evidenciam, em sistema, esse processo.

A realização do mundo nos lugares, do tempo-mundo e do espaço-mundo resulta em cristalizações do momento da totalidade em processo de totalização (SANTOS, 2008), e implica, no processo geográfico, na produção de uma solidariedade em escala mundial, um *acontecer solidário*. Este corresponde à transformação do território e dos lugares pela “realização de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum” (SANTOS, 2008, p. 166), e solidifica-se em Rondônia, sobretudo, em função das dinâmicas territoriais que tornam indissociável a unidade campo e cidade, onde as contradições sociais ganham relevo na dimensão espacial do agronegócio e das atividades da agricultura camponesa.

O espaço torna-se uma questão central para atores de toda ordem. Tanto o Estado como as empresas nacionais e internacionais revitalizam, por meio de suas estratégias, o papel do espaço à acumulação capitalista. A produção do espaço é a nova agenda de discussão na Amazônia, na medida

em que tais mudanças só podem ser operacionalizadas se houver uma gestão da malha territorial, ou seja, controle, estratégia e projetos (BECKER, 1995, 2003; MACHADO, 1992).

O *acontecer solidário* (SANTOS [1994]2002) converge em três processos geográficos que dão unidade na dinâmica do território. O *acontecer homólogo* é característico das atividades primárias nas regiões agrícolas, em que o campo se configura pela produção hegemônica de um produto. Mas este pode ocorrer na cidade quando do uso de uma informação ou a produção de um produto. Em suas relações com a cidade, demandas geradas da produção agrícola implicam em trocas setoriais, que gestam um *acontecer complementar*. Neste caso, as relações são tanto no sentido campo-cidade como interurbanas, gerando complementaridades dinâmicas e indissociáveis.

Mas a gestão da informação e dos fluxos são políticas das grandes empresas que se realizam nas cidades, assim como, as normas de produção são definidas pelas grandes empresas e pelo Estado. Nas cidades se localizam esses controles de normas e informações e assegura a cooperação nas relações global e local, classificando como *acontecer hierárquico*. Os *aconteceres* homólogo e complementar prezam pelas contiguidades funcionais e relações compartilhadas, ao passo que, no *acontecer hierárquico* a informação e as normas são elementos poderosos de gestão do território, do exercício do poder das grandes empresas sobre o território.

Em Rondônia, a modernização da agricultura assinala o fortalecimento do agronegócio e da agropecuária como produtos destinados à exportação. O crescimento das *commodities* ocorre em função da valorização da mercadoria

no mercado mundial, na oferta de terras, no desenvolvimento de tecnologias apropriadas as condições edafo-climáticas e nas infra-estruturas em redes, como as estradas, portos e hidrovias, que impulsionam o avanço da fronteira agrícola capitalizada (SILVA, 2005 e 2009).

Amplios processos se desenvolvem gestando novas funcionalidades territoriais no campo e na cidade. O primeiro deles é uma diferenciação espacial a partir da mudança da base técnica da agricultura pautada na produção de *commodities*. A especialização produtiva é engendrada pela concentração de capitais que alimentam as trocas setoriais da geoeconomia agrícola, que funde no campo a formação de uma regionalização agrícola (BERNARDES, 1993, 1996, 1998, 2001, 2006; ELIAS, 2003).

A concentração geográfica da produção agrícola de grãos (soja, arroz e milho) se consolida no Cone-Sul de Rondônia, destinada ao comércio exterior, ao passo que a pecuária se desloca para as áreas de fronteiras, mas se territorializa no eixo da BR-364. As cidades respondem a modernização destinando recursos públicos para a manutenção de infra-estruturas e à formação de profissionais para adequar-se a esse novo feixe de modernizações no campo.

Esse *acontecer solidário complementar* (SANTOS, 2005) que articula campo e cidade representa a expansão do meio técnico-científico-informacional em Rondônia, ainda que se dê de forma pontual. Ao controle da produção pelos agentes econômicos é necessário centralizar as ações, sendo as cidades centros deste processo de gestão e de criação de emergentes formas.

O campo responde com o avanço espacial das áreas de produção, sendo a cidade o *locus* de gestão do poder que se concretiza com os nexos da rede territorial, o que inclui tanto o sistema de transportes como as estruturas privadas das empresas. Os arranjos estruturais nas cidades aumentam o poder de controle, na medida em que se centraliza a informação e o fluxo da produção.

Esse conjunto de situações características de uma produção para o mercado externo promove uma significativa mudança na dinâmica agrícola das áreas produtoras, requerendo das cidades conexões com os centros globalizados, com as áreas mais modernas. Configura-se uma rede de conexões que abrange a articulação territorial de municípios, formando centros cuja funcionalidade deriva das lógicas dos agentes econômicos. São esses pontos os nexos de intersecção de uma dinâmica local/regional como as dinâmicas globais.

O *acontecer homólogo* se conforma com o *acontecer hierárquico*, na medida em que neste a política das empresas torna o território objeto de intervenções e campo de poder das grandes empresas capitalistas que gravitam no âmbito da economia agrícola e industrial. A aceleração das mutações sociais e territoriais é uma constante, e o campo se torna um espaço composto de novas formas estranhas ao contexto local. Nisso inclui novos sistemas técnicos produtivos, ao passo que a solidariedade orgânica passa a ser mediada por uma solidariedade de mercado, centrada na produtividade e na atualização tecnológica. É neste processo que se produz um conjunto de mudanças geradoras de instabilidades do território.

À luz desse raciocínio, definimos três dinâmicas que permite compreender as transformações territoriais contemporâneas em Rondônia (Figura 9).

Figura 9 – Território e transformações geográficas

Fonte: Elaboração R.G. C. Silva

Iniciaremos pela **regionalização produtiva**, aprofundada a partir da produtividade espacial. Decorre do aumento da composição técnica do processo produtivo no campo, dada à tendência uniformizada da mercadoria destinada ao mercado globalizado, com elos nas redes territoriais que ampliam a fluidez territorial e conformam em pólos geográficos de produção.

Em Rondônia a estrutura fundiária combina médias e grandes propriedades na formação das cadeias dos circuitos produtivos com as cidades, seja da pecuária modernizada ou grãos (soja), potencializando a agroindústria e uma estrutura de serviços urbanos voltados à demanda gerada pelo campo.

Registra-se que a regionalização produtiva implica na concentração de determinados tipos de atividades agropecuárias, ao passo que se constitui um

empobrecimento na diversidade de produtos agrícolas relacionados à produção camponesa. Nessa combinação, tem-se uma cartografia da especialização produtiva dos lugares, com a dispersão de produtos tradicionalmente da agricultura camponesa, o que provoca um ajustamento espacial da migração campo-campo e campo-cidade.

A configuração de **eixo urbano** ao avanço da economia globalizada aparece como segundo processo. Sabemos que a rede urbana é composta pela funcionalidade das cidades relacionadas ao processo de acumulação, que se realiza na produção de mercadorias, gestão dos fluxos e informações (CORREA, 2005 e 2006; BESSA, 2007). A diferença da rede urbana relaciona-se às funcionalidades desempenhadas no bojo da acumulação global, que sofrem mutações territoriais conforme o desenvolvimento e a manifestação das dinâmicas territoriais, dando-lhe uma natureza incerta, mutável, que se conformam no tempo e no espaço.

Aqui, a análise perscruta as novas diferenciações internas na rede urbana, ou seja, no papel entre as cidades, tornando inteligível sua lógica funcional e estrutural na dinâmica territorial. Por isso propomos a análise do que chamamos de configuração de um *eixo urbano funcional*, situado ao longo da rodovia BR-364, pois, algumas dessas cidades modificaram e ajustaram suas estruturas, sendo lugar de novas plantas agroindustriais e serviços inerentes ao avanço das atividades capitalistas no campo. Nestas as verticalidades são mais presentes e prementes, qualificando o território em escalas geográficas amplas ou *aconteceres solidários* múltiplos (hierárquico, complementar e homólogo).

A frente de ***expansão da fronteira*** designa-se como o terceiro processo geográfico de transformação territorial em Rondônia. Ela não se dá somente com a expansão espacial da produção com pouca tecnologia, mas caracteriza-se pela manifestação de atividades produtivas modernizadas, concomitante às formas de exploração artesanal e extrativista. A reorganização produtiva do território centrada na modernização da base técnica da agricultura gera especializações territoriais. Tais sinergias aumentam a pressão social e econômica em direção as novas áreas, que traduzem nos conflitos sócio-territoriais, expandindo dessa forma a fronteira agrícola.

Neste caso, no estado de Rondônia amplia-se a expansão territorial do capital, cuja tensão social se dá na conversão de áreas preservadas, onde a floresta é um elemento presente na paisagem, em áreas de expansão da pecuária extensiva e de exploração madeireira. Nesses espaços evidencia-se a (re)organização territorial centrada na formação de minifúndios e latifúndios, ambos pressionados por atividades capitalizadas inerentes à pecuária, soja e indústria madeireira.

Contudo, as alterações mais evidentes do território se realizam no campo, no espaço agrário, transformando-se a partir do avanço do agronegócio da soja e pecuária, e também na mobilidade espacial do circuito madeireiro. Essas três atividades produtivas organizadas pelos agentes do capital compõem como feixe de forças territoriais, relacionadas com as transformações técnico-científicas dos sistemas produtivos agrícolas, engendram uma nova geografia do campo e da cidade.

Sob essas lentes devemos partir da análise do *campo, do espaço agrário* em suas transformações em totalidade. O que estamos argumentando é que em Rondônia, os principais vetores da modernização conservadora se instalam no campo, gestando processos econômicos e sociais que atingem as cidades, cuja funcionalidade é levada a modificações.

Nessa combinação, a regionalização produtiva, a migração intra-estadual (campo-campo e campo-cidade) e a incorporação de áreas às atividades produtivas convergem como bons indicadores desse quadro geográfico em Rondônia. Permite-nos verificar nos lugares o que chamamos de instabilidades do território, dados as rápidas transformações que tende a fomentar emergentes processos de desigualdades espaciais.

Regionalização produtiva do território

O avanço da produção de grãos e da pecuária consolida-se como atividade produtiva funcional ao comércio globalizado e se constitui como um importante processo e variável da dinâmica territorial, que se traduz numa regionalização produtiva do território.

A natureza qualitativa dessa transformação reside, entre outras variáveis, na constatação de que várias atividades produtivas, antes pouco integradas, passam a compor uma tessitura em que a interdependência é crucial na sua conformação e, como resultado, na própria mudança substancial do território.

Definida por Santos ([1994] 2008, 1996, p. 225-229), *verticalidades* são processos geográficos compreendidos como pontos do espaço que apesar de separados asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia, cristaliza as emergentes solidariedades organizacionais operadas pelos macro-agentes territoriais (empresas nacionais e multinacionais), e impulsiona a configuração de novos arranjos produtivos, de serviços e de fluxos nas cidades, como é o caso de Vilhena, município no Sul do estado e maior produtor de grãos (Mapa 11).

Mapa 11 - Produção de grãos em Rondônia - 2007 (ton.)

Fonte: IBGE – SIDRA, 2009
Elaboração R. G. C. Silva

Um quadro importante dessa geografia é a especialização produtiva da modernização agrícola, visível na formação de um espaço mecanizado, no adensamento de próteses no território, dado a reunião de um conjunto de

objetos que permite ao homem a experiência de temporalidades múltiplas e lógicas difusas. A sub-região do Cone-Sul responsável pela concentração de grãos responde por 53% da produção de soja, milho e arroz, com apenas seis municípios.

O espaço mecanizado se manifesta com a concentração de sistemas de objetos geográficos que formam um arranjo territorial da produção de grãos (soja, arroz e milho), representado pela quantidade de maquinários e de armazéns/silos que se condensam no sul de Rondônia (Mapa 12 e 13).

Mapa 12: Rondônia - relação estabelecimentos rurais e tratores (2006)

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006.
Elaboração R. G. C. Silva

Mapa 13: Rondônia – distribuição de armazéns e silos (2009)

Fonte: CONAB, 2009.
Elaboração R. G. C. Silva

A relação do número de maquinários (tratores) com os estabelecimentos agrícolas onde avança a produção indica esse processo de transformação substantiva do território relacionado à sua funcionalidade econômica, sobretudo, ligado aos circuitos de produção de grãos comandados pelos grandes agentes territoriais econômicos, como os grupos Amaggi e Cargill. No Sul de Rondônia se forma os novos circuitos produtivos das atividades modernizadas, no campo e na cidade, inerente à regionalização produtiva de grãos.

Nesse processo, a clivagem política lança dúvidas sobre a objetividade dos projetos em disputas no território, desdobrando na dialética global-local. Uma renovada materialidade de objetos fixos (rodovias, portos, hidrovias, plantas industriais e comerciais, por exemplo) e de fluxos (circulação de

mercadorias, capitais, pessoas, signos e mensagens dos agentes econômicos, etc.) resulta no aprofundamento da diferenciação espacial no agro regional, e os produtos dessas ações estão mais relacionados às dinâmicas dos espaços da globalização.

Nessa ótica, os processos produtivos convergem para uma nova configuração territorial que expressa uma regionalização produtiva de grãos no Sul de Rondônia, seguida de uma expansão espacial da pecuária. Neste caso, o espaço de ocupação da pecuária desloca-se do Sul para os demais municípios, principalmente para a fronteira com a Bolívia e ao norte de Rondônia.

Nos circuitos produtivos modernizados, os quais o mercado externo opera como motor nas principais transformações nos lugares, outras funções são gestadas, produzindo as diferenciações no território. A gestão dessas diferenciações traduz o dinamismo geoeconômico dos lugares que esboçam as variadas escalas geográficas dos processos sociais. Operacionalizam-se tanto as lógicas mais locais, a exemplo das feiras de produtores familiares, cujo campo de atuação se restringe em função de uma elevada migração intra-regional, como também se fortalece os processos de integração produtiva que agrupam mais tecnologia ligada à produção normatizada por grandes *tradings*.

Forma-se um território cujo *uso* se dá pelo aprofundamento de uma agricultura científica globalizada (ELIAS, 2006), iniciada no Sul e Sudeste do Brasil e que se expande para a Amazônia. De *espaço reserva* a Amazônia passa a incorporar em seus diversos lugares os vetores dinâmicos da globalização, constituindo-se em processos de diferenciações territoriais.

A regionalização dos grãos produziu uma migração populacional com forte esvaziamento dos espaços rurais no Sul de Rondônia, como no deslocamento espacial da pecuária, que de certa forma acompanha a dinâmica geográfica da população no que se refere à expansão da fronteira intra-regional.

Expansão da fronteira agropecuária

Ao segundo processo denominamos expansão espacial da fronteira agropecuária. A reorganização do território centrada na modernização da base técnica da agricultura gera especializações produtivas territoriais. Tal sinergia aumenta a pressão econômica em novas áreas, e neste caso, expande a fronteira agropecuária intra-estadual, que se traduz nos conflitos sócio-territoriais emergentes.

As principais atividades produtivas que acentuam esse processo de expansão da fronteira são: a pecuária e a extração madeireira. Em Rondônia o rebanho bovino cresceu em quase todos os 52 municípios, principalmente o rebanho de corte, cujo destino principal da produção de carnes é o mercado nacional e internacional. Em 1991, a quantidade do rebanho bovino era 1.718.697 cabeças, ao passo que em 2007, esse volume representava 11.007.618, cujo crescimento variou 540,46% para o período (Gráfico 2).

O crescimento da pecuária implica na adição de terras ao processo a atividade produtiva. Os resultados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006) indicam a inclusão de terras inerente à atividade pecuária, cujo salto foi de 2.922.069 ha, em 1995, para 5.064.261 ha, em 2006, comportando uma variação de 73,31%. Para as áreas de lavouras a variação foi de 18,77%, sendo resultados expressivos do aprofundamento da densidade espacial da agropecuária. Configura-se uma geografia da agropecuária em que a mobilidade do rebanho direciona-se do Sul para o Norte de Rondônia, movendo a expansão territorial do capital agropecuário para as bordas das principais Unidades de Conservação.

A tensão sócio-territorial realiza-se na incorporação de áreas preservadas. Por conseguinte, nesse caminho os municípios até então com pouco desmatamento agora se destacam como os que mais congregaram a expansão da pecuária extensiva (criação aberta no pasto), sobretudo, quando consideramos a variação espacial desta atividade no período de 1995 a 2005 (Mapa 14).

A cartografia do território usado demonstra que a regionalização da produção de grãos, no Sul de Rondônia, forçou a expansão da pecuária para as áreas onde essa atividade era incipiente (Norte e Oeste), e que hoje proporcionam maior potencial de expansão ou reserva de lugares.

Isto significa uma tensão na transformação do território, posto que pela ação dos agentes territoriais, as áreas de preservação ambiental cada vez mais se encontram pressionadas a se transformarem em território da agropecuária, fruto da expansão espacial do capital.

Mapa 14: Rondônia - variação da pecuária bovina 1995-2007 (%)

Fonte: IBGE, 2009
Elaboração: R. G. C. Silva

Os dados desagregados ajudam-nos a visualizar a dimensão espacial dessa diferenciação no âmbito da pecuária. Atualmente, do total do rebanho (11.119.946 cabeças) 69,39% são de corte, 30,55% leiteiro, e 0,07% bubalino (RONDONIA, 2009). Do rebanho de corte (produção de carnes), 57% destinam-se ao mercado nacional e 23% ao comércio exterior (RONDÔNIA,

2009). No outro pólo, o rebanho leiteiro, atividade tradicional da agricultura camponesa, seu consumo é regional, o que demonstra uma composição de escalas geográficas variadas no uso do território.

Enquanto que a pecuária de corte expandiu em todos os municípios (Mapa 15), a leiteira sofreu uma concentração na Região Central, onde se destacam os municípios de Jarú, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná, Vale do Paraíso, Governador Jorge Teixeira e Theobroma, região em que há uma territorialização da agricultura camponesa e sua expansão para as fronteiras agrícolas internas adjacentes.

Essa região de Rondônia fora objeto de projetos de colonização agrícola nas décadas de 70 e 80 do século XX, em que os camponeses migrantes do Sul e Sudeste país tiveram acesso à terra distribuída pelo Estado (AMARAL, 1994 e 1999), e onde atualmente se aglomera a população no campo. A expoente cartografia da produção leiteira na Região Central de Rondônia, a qual é inerente à forte presença da população camponesa, expressa as rugosidades derivadas do processo de colonização.

As formas-conteúdo geográficas resultado da colonização marcam o espaço rural. Além da produção agrícola em si, que comporta as formas de trabalho e seus produtos no território, podemos argumentar que a estrutura fundiária onde predomina o minifúndio e a própria presença do campesinato, forma uma população rural que resiste a uma forte migração intra-regional, e marcam os elementos de uma configuração territorial camponesa.

O acesso a terra via as políticas públicas territoriais, nos moldes das políticas de colonização, proporcionou o fortalecimento do trabalho familiar no

campo, com base na diversificação da produção a qual está também associada à presença de minifúndios. Essa é uma herança espaço-temporal do uso do território, um território da colonização oficial, cujo conteúdo social esboça o tempo materializado em formas geográficas que a modernização do capital no campo ainda não conseguiu transformar.

Mapa 15: Rondônia – distribuição da pecuária de corte e leiteira (2009)

Fonte: RONDONIA, 2009
Elaboração: R.G.C. Silva

Nessa ótica, há dialética do território, pois, seu conteúdo é histórico e revela os conflitos de resistência de uma parte considerável da população rural, dado o trabalho familiar, frente à homogeneização da atividade agropecuária construídas pelas forças do capital nacional e internacional, formado principalmente pelos circuitos da agroindústria, frigoríficos e laticínios.

Essa questão revela-se com maior limpidez a pobreza no campo e nas pequenas cidades, *vitimadas* pela *avalanche* da migração intra-estadual, pela crescente pressão no incremento de novas áreas *naturais* ao processo de expansão produtiva da agropecuária, que se fortalece com a *marcha* da exploração madeireira, dado o esgotamento desse produto em várias regiões rondoniense.

A geografia da produção madeireira em Rondônia também indica a mobilidade espacial das empresas madeireiras na transformação do território, avançando a frente de expansão da fronteira. A economia da exploração vegetal teve sua maior presença na primeira metade da década de 1990, cujo volume de extração e processamento se localizava nos municípios das regiões Central e Sul de Rondônia.

A mobilidade populacional somada a formação de novos municípios tinha na exploração madeireira a primeira atividade de formação de capital, pois, dado o valor de troca desse produto, havia uma circulação de capital que oxigenava os investimentos dos colonos e fazendeiros na exploração da terra, nas “famosas” benfeitorias recomendadas pelo INCRA (AMARAL, 1994).

Entende-se por famosas benfeitorias, o trabalho adicionado nos estabelecimentos rurais (nos lotes) pelos colonos migrantes beneficiários dos projetos de assentamentos rurais. Para garantir a posse e o reconhecimento público do lote, os colonos deviam demonstrar trabalho no mesmo, resultando no aumento do desmatamento, até então, considerado como trabalho adicionado. Duas décadas depois, isso foi considerado como crime ambiental e

esse passivo ambiental é pautado na lutas sociais organizadas pelo movimento sindical como passivo também do governo.

Gráfico 4: Rondônia – extração de madeira (1990-2007)

Fonte: IBGE – SIDRA, 2009

Em 2007, o volume de madeira extraída foi de 1.035.271 m³, resultado muito inferior ao registrado em 1992, quando se produziu 4.744.907 m³, segundo os dados oficiais (Gráfico 4). A queda da produção decorre das políticas de gestão territorial baseada na criação de Unidades de Conservação, Terras Indígenas e no Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico (ZSEE), em conjunto com ações de fiscalização e combate ao crime ambiental, que na Amazônia o mais expoente deles é a extração ilegal de madeira (desmatamento).

A mobilidade espacial da exploração madeireira perfaz o caminho da expansão da fronteira agropecuária intra-estadual, que avança para o Norte de Rondônia. Nessa região estão os municípios de Porto Velho, Machadinho do Oeste, Ariquemes e Cujubim que juntos produziram 833.590m³ de madeira, ou seja, 80,51% da produção estadual (Mapa 16).

Por conseguinte, é a região onde a paisagem rural comporta grandes manchas de preservação ambiental, e que experimenta nos últimos anos o avanço do desmatamento produzido pelo capital agropecuário e madeireiro, grileiros de terras e camponeses expropriados das demais regiões de Rondônia.

Mapa 16: Rondônia – produção de madeira 2007 (m³)

Fonte: IBGE – SIDRA, 2009
Elaboração: R. G. C. Silva

O quadro geográfico configura-se em função da concentração espacial da modernização capitalista da agricultura no Sul de Rondônia, que desloca as novas frentes em busca de terras. Essa dinâmica territorial conduz a *frente pioneira* a pressionar a *frente de expansão*, comprimindo áreas protegidas pela política estadual de ordenamento territorial (Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico), que gera rebatimentos espaciais em áreas já consolidadas (Unidades de Conservação, por exemplo).

As dinâmicas territoriais mais densas são: a regionalização da produção de grãos, o avanço da agropecuária e a frente de expansão da exploração madeireira que demonstra as novas funções do território. A migração da população na escala intra-estadual agrega-se como outra variável geográfica que aprofunda esse quadro territorial.

Os dados do IBGE indicam uma forte mobilidade espacial da população no campo, cujo esvaziamento se acentua no Sul, em função da regionalização da produção de grãos, e se fortalece no Norte rondoniense, como frente de expansão da fronteira agrícola, configurando-se como fenômeno do êxodo rural. Nessas áreas a terra é objeto de novas disputas e de novos projetos, visto que seu “encarecimento” no Sul do estado *forçou* a migração intra-estadual, desestabilizando formas de gestão pública do território.

É a produção do *território do capital* decorrente da expansão dos espaços da globalização, que reordena suas funcionalidades sempre alheia ao contexto local e erosivo à solidariedade orgânica dos lugares, para se constituir em um território corporativo do capital.

A ação do Estado (poder público), coerente com as forças políticas ligadas à expansão da economia de base primária, mostra-se com maior vigor na negação de qualquer política que possa obstaculizar a plena *marcha* do desenvolvimento, daí a omissão na gestão das áreas protegidas, eclodindo diversos conflitos territoriais e invasão em unidades de conservação, como é a situação do Reserva Extrativista Jacy-Paraná, no município de Porto Velho.

Urbanização e formação do Eixo Urbano

O crescimento das cidades e o recente processo de urbanização são efeitos da intensa mobilidade populacional, cujos fluxos são do campo-cidade e campo-campo, que se apresentam como a dinâmica territorial mais aguda em Rondônia. Para analisarmos a formação de um eixo urbano funcional e sua urbanização é imperativo compreendermos a formação histórica do território.

A questão da migração populacional remete ao processo espaço-tempo da construção do território. Devemos (re)lembrar que Rondônia teve seu *boom* populacional nas décadas de 70 e 80 do século XX, com as transformações que passava a Amazônia.

Na teoria geográfica a produção do espaço no âmbito do Estado implica a execução de políticas territoriais e estas devem esboçar uma clara estratégia de transformação substancial do território (COSTA, 1991; HARVEY, 2006). Na Amazônia tal estratégia, como lembrou Berta Becker (1982 e 1991), funcionou na aplicação de uma arquitetura espacial organizada para o funcionamento dos processos geoeconômicos e geopolíticos, em que se destaca a formação de redes geográficas que alicerçaram os fluxos econômicos, populacionais e de incorporação de áreas ao processo produtivo, como na formação das redes de comunicação, rodoviária, hidrelétricas, urbanas e outras.

Na questão da migração na Amazônia meridional, Rondônia teve um forte crescimento populacional e os migrantes foram agentes de processos importantes na transformação do território, tanto na ocupação da terra ou na formação das pequenas vilas, hoje cidades, comportando-se como “desbravadores” do território.

O conhecimento da realidade regional e suas características ambientais foram fatores que dificultaram uma “adaptação” dos migrantes, principalmente camponeses, ao meio geográfico amazônico. Mas as aprendizagens foram muitas, fruto dessa relação de homens e de mulheres conhecendo e transformando o lugar, em que o trabalho adicionado ao território proporcionou a passagem de uma paisagem *natural* a uma paisagem do *trabalho*, uma paisagem com novas formas e objetos geográficos, uma paisagem da produção agrícola e, principalmente, da pecuária.

Em 1970 a população de Rondônia era de 111.064 habitantes, crescendo para 1.453.756 em 2007. Na década de 80 a população do campo era majoritária, resultado da migração e das políticas de colonização, focada principalmente nos projetos de assentamento rural no eixo da rodovia BR-364, formando um arranjo espacial das políticas de colonização do Estado, cuja disposição geográfica permitiu a interiorização em pequenos núcleos rurais.

Na atualidade esse processo caminha para o crescimento das pequenas cidades, enquanto que a geografia do campo se delineia com uma mobilidade intra-estadual, onde em algumas regiões a população rural diminuiu consideravelmente, combinado um êxodo rural com o crescimento urbano e expansão da fronteira agrícola.

Nesse aspecto, Rondônia figura como um território que recebeu populações camponesas oriundas em sua maioria do sul do Brasil e que tiveram acesso a terra via as políticas de colonização (VALVERDE, 1979). Formou-se nesse conjunto uma forte economia da produção familiar, asseguradas pelas políticas públicas e, sobretudo, pela ação do INCRA na distribuição de terras.

Contemporaneamente o avanço do agronegócio ligado à expansão da pecuária e produção de grãos produziu a especialização produtiva dos lugares, provocando a concentração de terras (via aquisição), dado o aumento do preço da mesma. Isso aprofunda a mudança espacial da agricultura camponesa, gestando um novo dinamismo no espaço rural e crescimento das cidades.

Enquanto a frente de expansão se manifesta no Norte rondoniense, caracterizada por uma rápida anexação de terras ao circuito produtivo agropecuário e madeireiro, somado ao crescimento da população rural nessas áreas, outra geografia se produz nas regiões Central e Sul, composta por um intenso esvaziamento populacional no campo. Dos 52 municípios de Rondônia, em 34 a população rural não cresceu no período de 2000 a 2007 (IBGE, 2009). Na região Central, um “esvaziamento” no campo é contundente, pois, em alguns municípios o resultado chega a -35,03 % para o mesmo período, como podemos verificar no Mapa 17.

Destaca-se no mapa a região Central de Rondônia, objeto dos principais projetos de assentamentos rurais e forte área de atuação dos movimentos sociais no campo, principalmente dos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, passa por um declínio populacional, indicando uma mudança substancial no território nos últimos 40 anos.

Mapa 17: Rondônia: variação da população rural – 2000/2007 (%)

Fonte: IBGE – SIDRA, 2009
Elaboração: R. G. C. Silva

De um território da colonização agrícola, em que o acesso a terra garantiu a presença do campesinato e estimulou uma produção agrícola centrada no trabalho familiar, transforma-se numa especialização produtiva, caracterizada pelas monoculturas e, sobretudo, pelo aumento da pecuária, em detrimento da produção agrícola. Ocorre que as atividades econômicas no campo são poupadoras de mão-de-obra o que se agrava com a tendência à concentração de terras, produzindo uma migração para o norte rondoniense, na região de Porto Velho.

Essa dinâmica territorial da migração é a forma de reprodução camponesa que se nega a deixar sua condição social e sua fonte de trabalho familiar – a terra. Como a migração campo-campo se dá no processo de expansão da fronteira agrícola, há uma geografia do campo se configurando em que a luta pela terra tende a agravar-se.

Delineia-se assim um fenômeno urbano recente em Rondônia, marcado pela formação de um eixo urbano funcional aos novos usos do território e ao processo de acumulação que se desloca da produção para a circulação do capital, constituindo um tecido topológico das cidades.

Tabela 11 – Rondônia e Eixo Urbano: dados populacionais – 2007				
Município	População	Urbana	Rural	Urbanização (%)
RONDÔNIA	1.453.756	1.001.082	452.674	68,86
Eixo Urbano	879.151	717.591	161.560	71,68
Porto Velho	369.345	304.228	65.117	82,37
Ji-Paraná	107.679	94.704	12.975	87,95
Ariquemes	82.388	63.613	18.775	77,21
Cacoal	76.155	58.393	17.762	76,68
Vilhena	66.746	63.346	3.400	94,91
Jaru	52.453	34.890	17.563	66,52
Rolim de Moura	48.894	39.086	9.808	79,94
Guajará-Mirim	39.451	33.373	6.078	84,59
Ouro Preto do Oeste	36.040	25.958	10.082	72,03

Fonte: IBGE – SIDRA, 2009
Elaboração: R. G. C. Silva

Importante ressaltar que dos 52 municípios rondonienses, em 26 a população rural é majoritária (50%), embora a taxa de urbanização rondoniense seja de 68,66%. Quando analisamos os nove municípios mais populosos, estes representam 60% da população residente, e 71,68% da população urbana, sendo que quase todos apresentam percentuais de urbanização muito superior à média estadual (Tabela 11).

A cartografia da distribuição populacional configura um arranjo geográfico onde a espacialização da população rural é mais distribuída, sobretudo, nas frentes de expansão das fronteiras internas. Já a realidade

urbana é totalmente diferente, na medida em que esta tende a se concentrar ao longo da rodovia BR-364.

A essa nova densidade urbana denominamos de *eixo urbano funcional*, no qual comportam as nove cidades mais populosas de Rondônia, onde se localizam as principais atividades produtivas e os setores de serviços e tecnológicos (Mapa 18).

Mapa 18: Rondônia: população urbana e taxa de urbanização – 2007 (%)

Fonte: IBGE – SIDRA, 2009
Elaboração: R. G. C. Silva

O avanço do capital produz as complementaridades geográficas no espaço urbano e rural, gestando os processos que os tornam indissociáveis à funcionalidade do território. A agricultura que se especializa, seja em função da densidade espacial da mecanização e da cientificização dos processos produtivos, combinado com a verticalização da produção em que se somam a presença de capitais agroindustriais, expandindo a mão-de-obra urbana e

agroindustrial, desloca-se para a cidade uma nova cooperação com os capitais que transitam em escalas geográficas regional, nacional e internacional.

A combinação geográfica desse conjunto constitui no fenômeno que Santos ([1993] 2005b) designou de *idades do campo* e que Elias (2006) pesquisando o Nordeste brasileiro, aprofundou no conceito de *idades do agronegócio*, que se configura na formação de novos sistemas técnicos que verticalizam a cooperação campo-cidade, gestando novas complementaridades setoriais e territoriais.

A transformação de uma agricultura de subsistência ou com pouco excedente para uma agricultura científica, produz em Rondônia uma redescoberta do território, baseada na composição técnico-científica do espaço. Nas cidades esse processo acelera a especialização urbana, centrada nos serviços especializados para atender o campo modernizado.

A produção de informação, capitalizada na expansão de cursos técnicos e superior também constitui a amalgama de mudança do tecido urbano na composição dos serviços. Adiciona-se o aumento do crédito para a economia do agronegócio, que requer uma composição maior do setor industrial e de serviços gestados nas cidades³⁵.

Nessa ótica, o processo de urbanização e a formação de um eixo urbano funcional ao longo, principalmente, da rodovia BR-364 decorrem dessas transformações no território, seja em função do agronegócio, que aprofunda a cooperação e complementaridades campo-cidade, seja em função das novas frentes de expansão da fronteira agrícola, em que as cidades são *locus* de gestão e circulação dos novos processos geográficos.

A formação do eixo urbano funcional se fortalece conforme sua expressiva participação no conjunto da economia regional (Tabela 12). Este grupo concentra 65,13% do PIB estadual, mas quando desagregado, sua participação compõe os seguintes indicadores: 29,77% agropecuária, 72,02% indústria, 70,16% serviços e 84,04% referente em impostos.

Tabela 12 – Rondônia e Eixo Urbano: dados PIB – 2006

PIB	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Impostos
RONDÔNIA	13.110.091,79	2.246.392	1.643.782	7.660.093	1.559.825
Eixo Urbano	8.538.083,60	668.730,23	1.183.777,89	5.374.633,57	1.310.941,90
Porto Velho	3.762.898,68	115.998,12	354.435,76	2.613.076,61	679.388,20
Ji-Paraná	986.190,07	72.574,17	164.289,38	605.959,06	143.367,45
Ariquemes	768.366,08	83.549,59	51.409,68	416.485,72	116.921,09
Cacoal	733.972,73	75.926,88	121.096,66	440.156,47	96.792,72
Vilhena	723.815,26	87.085,20	149.400,94	397.475,28	89.853,84
Jaru	510.583,19	94.261,83	111.638,81	248.079,64	56.602,91
Rolim de Moura	406.238,08	45.542,01	82.103,28	230.766,87	47.825,92
Guajará-Mirim	340.126,80	19.271,83	18.928,19	247.848,69	54.078,09
Ouro Preto do Oeste	305.892,72	74.520,60	30.475,20	174.785,23	26.111,69

Fonte: IBGE – SIDRA, 2009
Elaboração: R. G. C. Silva

Se a participação no valor adicionado da agropecuária distancia-se dos demais, significa que o processo de acumulação se dá na verticalização da produção caracterizado pela industrialização do campo, sobretudo, via concentração de laticínios e frigoríficos que processam o principal produto do espaço rural. Em 2005, das 69 indústrias (laticínios e frigoríficos), 29 localizavam nesses municípios. Todavia, esse quadro amplia-se quando se agrega as indústrias desse ramo que estão localizadas na área de influência direta desse *eixo urbano*, totalizando 44 indústrias ou 63,77% do conjunto.

³⁵ Na geografia do sistema bancário em Rondônia, os bancos privados concentram-se no eixo da BR-364, sobretudo, nas cidades de Porto Velho, Vilhena. Os bancos públicos estão mais distribuídos no território, atendendo de modo mais abrangente a população (Ver Apêndice II e III).

O adensamento urbano se mostra funcional à nova ordem espacial do território, dado a sua diversidade de uso. São nessas cidades que a intermediação, as trocas, as interdependências setoriais manifestam o encontro complementar e conflituoso dos processos global e local, constituindo uma espécie de *geometria variável* das pequenas cidades, comportando tanto a formação de *espaço corporativo* como a territorialização das *lógicas das empresas* nos lugares (SANTOS e SILVEIRA, 2005).

O espaço urbano muda seu tecido social e econômico para adequar-se aos vetores da modernização econômica, sobretudo, quando o campo demanda da cidade novos portfólios de serviços, produtos e informação, gestando lentamente no território uma tipologia de atividades e funções que delineia sua funcionalidade estrutural (Mapa 19). Na medida em que novas plantas industriais e seus respectivos sistemas de engenharia tecem a configuração técnica do território, as cidades se vêm cada vez mais invadidas por processos exógenos ao seu contexto local, evidenciando as diferenças de uma *solidariedade orgânica* a uma *solidariedade organizacional*.

Esses novos nexos funcionais constituintes da especialização dos lugares no sentido de seu comando da produção propriamente, mas lhes escapam o comando político dos vetores das mudanças que se densificam no espaço urbano. Por isso, comportam tanto processo fruto das decisões globais como os que se erigem das demandas locais e regionais.

Assim, o acontecer solidário homólogo, complementar e hierárquico se misturam no conjunto dos movimentos dos agentes territoriais que produzem um trabalho coletivo no território, dando-lhe outros sentidos, outras dinâmicas e emergentes instabilidades territoriais.

Mapa 19- Dinâmicas Territoriais em Rondônia

Fonte: IBGE – SIDRA
Elaboração: R. G. C. Silva

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil experimenta profundas mudanças sociais expressas nas variadas produção de formas-conteúdo do território que configuram a nação, acentuando um mosaico de diferenças e desigualdades espaciais complexas.

Falamos em formas-conteúdo, pois, os objetos geográficos são construídos e requalificados para garantir a realização do movimento da sociedade em sua reprodução social, sendo o espaço geográfico produzido e modificado uma condição para realização da história do homem. Desse modo, os objetos geográficos não são destituídos de história, dos processos que lhe deram vida e existência social, fazendo com que o território pudesse participar da evolução histórica da humanidade.

O território como produto histórico, como *construções sociais* compostas por essas diferenças e desigualdades espaciais torna-se um campo fecundo de análise geográfica, pois, é percebível como espaço-tempo acelerado, contraditório e estrutural nesse magma social.

Igualmente, a leitura da sociedade pode ser compreendida pela sua transformação territorial, pela linguagem espacial que se manifesta nas variadas formas e processos da sociabilidade humana. Mas as variáveis chaves que possibilitam uma leitura da realidade articulada com uma perspectiva teórico-metodológica devem ser esboçadas a partir dos processos que lhe dão significados centrais e uma configuração territorial específica.

Um caminho esperançoso é compreender o *território usado* e transformado pela sociedade à luz do presente histórico, fecundado pelos processos sociais e econômicos que se desenvolvem e que têm na dimensão territorial sua sustentação, sua base de existência.

Por *existência* devemos pensar em manifestações particulares do *Ser*, que no presente se dá com a realidade que contraditoriamente se globaliza. A *totalidade* é *una* e se manifesta de modo variado no espaço e gesta suas diferenciações no território e nos lugares e, como argumentara Santos, “o movimento da totalidade para existir objetivamente é um movimento dirigido à sua espacialização, que é também particularização” (1996, p. 100). Daí ser operacional, a partir de um tratamento objetivo, percorrer um caminho de investigação que articule a manifestação da universalidade empírica – *o mundo como latência pulverizada* – com a realidade objetiva – *o território como produto histórico*.

Por essa ótica, foi possível elaborar esta reflexão. O objeto dessa pesquisa manifesta-se empiricamente na dinâmica territorial de Rondônia, em seu espaço rural e urbano, onde as transformações recentes produto da expansão da economia globalizada provocam a formação de novas funcionalidades do território, dando-lhe outro substantivo geográfico.

À compreensão do mundo nosso percurso buscou as transformações do território como elementos reveladores das tramas que se condensam nos lugares, dando-lhes outras funcionalidades e conflitos, pois, o mundo se realiza nos lugares.

As políticas de colonização executadas na Amazônia, a partir da década de 1970, tiveram em Rondônia extensas transformações em seu território, sendo um processo determinante para o povoamento e desenvolvimento das relações capitalistas, gestando um sentido capitalista no uso da terra. Foram mobilizados recursos e idéias do Governo Federal para justificar e executar o deslocamento geográfico de multidões e de sonhos.

Nas terras de Rondônia a história territorial testemunha eventos grandiosos, fruto de epopéias agraciadas pelas classes dominantes. Assim foram os grandes eventos: a construção do Forte Príncipe da Beira, nas margens do rio Guaporé, na fronteira com a Bolívia; a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré; a construção das Linhas Telegráficas de Rondon; a descoberta da cassiterita e do ouro.

Todavia, somente com a ação do Governo Federal, nos idos de 1970, o espaço regional foi de fato produzido. A colonização semeou a ocupação exponencial dessa região; as atividades agrícolas plantaram as sementes do modelo agropecuário ainda vigente; as pequenas vilas e povoados ostentam o porte de cidades com infra-estruturas semelhantes as do Sul do país; as redes rodoviárias possibilitaram os fluxos de transportes, de pessoas e mercadorias, enfim, a produção literal do território, como produto do trabalho social.

Atualmente, as principais atividades agrícolas estão orientadas ao mercado externo, emergindo a monocultura como uma vertente que se dissemina em todo o território. Os grupos econômicos nacional e internacional iniciam sua intervenção no território, e isso amplia os conflitos sociais. Assim,

metamorfoseiam modelos e projetos diferentes, antagônicos e conflituosos, testemunhado pelas formas-conteúdos do território.

Ao terminar esse estudo um novo processo, um novo evento territorializa-se em Rondônia, especificamente, na cidade de Porto Velho. Referimo-nos a construção das Hidrelétricas do Madeira. A cidade está em plena transformação. O solo urbano encontra-se sob fogo cruzado da especulação fundiária. Os alugueis estão com custos elevados e uma febre de propaganda do progresso e do crescimento econômico invade a cidade como uma psicofera.

Uma vez mais o território testemunha as ondas de transformações do seu meio. Nesses últimos quarenta anos Rondônia experimentou muitos processos que remodelaram sua geografia. Os conflitos são permanentes, no campo e nas cidades. A luta pela terra, pela natureza, pela casa são manifestações constantes nesse momento de efervescência. Constituem temáticas para outras pesquisas, mas, sobretudo, são registros que se podem ler nas formas e processos contidos no território, nos lugares.

A geografia é cada vez mais tempo-espço. A globalização dos espaços mais distantes testemunha a universalidade empírica que os lugares estão submetidos. Daí as reações diversas sobre o presente histórico que vivenciamos.

REFERÊNCIAS

ABLAS, Luis. O “Estudo dos Eixos” como instrumento de planejamento regional. IN: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (orgs.) **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003. pag. 171-186.

ALMEIDA, Ana Luiza Osório; DAVID, Maria Beatriz. **Tipos de fronteiras e modelos de colonização na Amazônia**: revisão da literatura e especificação de uma pesquisa de campo. IPEA – Textos para discussão, n. 3, 1981. 84 p.

AMARAL, José Januário de Oliveira. **Os Latifúndios do INCRA**: a concentração de terra nos projetos de assentamento em Rondônia. São Paulo, 1999. TESE (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

AMARAL, José Januário de Oliveira. **Terra Virgem Terra Prostituta**: o processo de colonização em Rondônia. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ANTAS JR, Ricardo Mendes. **Território e regulação**: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2005.

ARROYO, Maria Mónica. **Território nacional e mercado externo**: uma leitura do Brasil na virada do século XX. Tese de doutorado, Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 2001, 250p.

ARROYO, Mónica. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria da Encarnação; SOBARZO, Oscar (Orgs). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 71-85

ARROYO, Mónica. El territorio brasileño y la internacionalización de los circuitos de producción. In: **Procesos territoriales em Argentina y Brasil**. Buenos Aires: Instituto de Geografia, Facultad de Filosofía y Letras/UBA, 2003a. pág. 315-335

ARROYO, Mónica. Território Brasileiro e Mercado Externo: uma leitura dessa relação na virada do Século XX. In: SOUZA, M. A. A. (Org.). **Território Brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003b.

BARCELAR, Tânia. Política pública, participação social, desenvolvimento sustentável e territórios. In: MIRANDA, Carlos; TIBÚRCIO, Breno (org.) **Articulação de políticas públicas e atores sociais**. Brasília: IICA, 2008. pág. 15-28.

BAUDRILLARD, Jean. **El sistema de los objetos**. 19 ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2007.

BECKER, Bertha. A fronteira em fins de século XX: oito proposições para um debate. In: **Fronteira Amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília/Rio de Janeiro: Editora UNB/Editora UFRJ, 1990. p.15-25

BECKER, Bertha. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. (orgs.) **Geografia**: conceito e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

BECKER, Bertha. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1991.

BECKER, Bertha. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. 2 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BECKER, Bertha. Amazônia: mudanças estruturais e urbanização. IN: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (orgs.) **Regiões e cidades, cidades nas regiões**: o desafio urbano-regional. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003. p. 651-656.

BECKER, Bertha. Fronteira e urbanização repensadas. **Revista Brasileira de geografia**, 47 (3/4), p. 357-371, Rio de Janeiro, jul./dez., 1985.

BECKER, Bertha. **Geopolítica da Amazônia**: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BECKER, Bertha. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica da Amazônia brasileira. In: AUBERTIN (org.) **Fronteiras**. Brasília/Paris: UNB/ORSTOM, 1998. p. 60-89

BECKER, Bertha; MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia Osório. **Fronteira Amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília/Rio de Janeiro: Editora UNB/Editora UFRJ, 1990.

BECKER, Dinizar; WITTMANN, Milton Luiz (org.) **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. 2 ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização**: na aurora do século XXI. Trad. Antônio de Pádua Danesi. 3ª ed. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

BENKO, Georges; LIPIETZ, Alan (orgs.) **As regiões ganhadoras**: distritos e redes – os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Celta Editora, 1994.

BERNARDES, Júlia Adão. A crise da racionalidade econômica: os novos desafios do capital. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, USP, São Paulo, 2005.

BERNARDES, Júlia Adão. **Cambios técnicos y racionalización del espacio em la Región azucarera Norte Fluminense – Brasil (1970-1990)**. Tese de Doutorado, Universidade de Barcelona, Espanha, 1993.

BERNARDES, Júlia Adão. Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 matogrossense. In: BERNARDES, Júlia Adão; FILHO, Osni de

Luna Freire. (orgs.). **Geografias da soja**: BR-163 fronteiras em mutação. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006. pág. 13-37.

BERNARDES, Júlia Adão. Estratégia do capital no complexo soja. In: In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Orgs.) **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. pág. 325-366.

BERNARDES, Júlia Adão. Técnica y reorganización del territorio en la provincia de Mato -Grosso - Brasil. **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2004, vol. VIII, núm. 170 (24). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-170-24.htm>> [ISSN: 1138-9788]

BERNARDES, Júlia Adão. Técnica, trabalho e espaço: as incisivas mudanças em curso no processo produtivo. In: In: CASTRO, Iná Elias; MIRANDA, Mariana; EGLER, Cláudio (Orgs.). **Redescobrimo o Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BERNARDES, Júlia Adão. Técnica, trabalho, acumulação e reorganização do território: o caso da soja em Mato Grosso. In: **Ciência Geográfica**. ano VII, v. II, nº 19. Associação dos Geógrafos Brasileiros, Bauru, 2001, pág. 41-46.

BERNARDES, Julia Adão; BRANDAO FILHO, José Bertoldo (Org.) **Geografias da soja II**: a territorialidade do capital. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquimedes edições / CNPq, 2009.

BERNARDES, Júlia Adão; FILHO, Osni de Luna Freire. (orgs.). **Geografias da soja**: BR-163 fronteiras em mutação. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006. pág. 13-37.

BESSA, Kelly. **A dinâmica da rede urbana no Triângulo Mineiro**: convergências e divergências entre Uberaba e Uberlândia. Uberlândia: [s.n], 2007.

BOZZANO, Horacio. **Territorios posibles**: procesos, lugares y actores. 1 ed. Buenos Aires: Lumiere, 2009.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto Lei nº 1.106 de 16.06.1970**. Cria o Programa de Integração Nacional.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto Nº 59.428 de 27.10.1966**. Colonização e Outras Formas de Acesso à Propriedade – Regulamento.

BRASIL. Ministério dos Transportes. **Banco de informações e mapas de transportes - BIT**. Brasília, 2008. CD-ROM

BRASIL. Presidência da República. **LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. **Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND**. Brasília, 1974.

BRASIL. Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. **Construindo o futuro da Amazônia**: estratégias para o desenvolvimento sustentável 2000/2003 - versão preliminar para discussão. Belém: SUDAM, 2000. 79 p.

BUSTOS CARA, Roberto. Espacio-tiempo y territorio. In: BLUNES, Mabel Cernandas; BUSTOS CARA, Roberto (Comp.). **Estudios regionales interdisciplinarios**. Bahia Blanca: Universidad Nacional del Sur, 1998. pág. 67-83

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte (org.) **O rural e o urbano na Amazônia**: diferentes olhares em perspectiva. Belém: EDUFPA, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique; MULLER, Geraldo. **Amazônia**: expansão do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CASTILHO, Ricardo. Exportar alimentos é a saída para o Brasil? In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre (org.) **Que país é este?**: pensando o Brasil contemporâneo. São Paulo: Globo, 2005. pág. 283-307.

CASTILHO, Ricardo. Tecnologias da informação e organização do território. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida (org.). **Território Brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003. pág. 41-53.

CASTILHO, Ricardo. Transporte e logística de granéis sólidos agrícolas: componentes estruturais do novo sistema de movimientos do território brasileiro. **Investigaciones Geográficas**, Boletín del Instituto de Geografía, UNAM, ISSN 0188-4611, Núm. 55, 2004, pp. 79-96.

CASTRO, Edna Ramos. Estado e políticas públicas na Amazônia em face da globalização e da integração de mercados. In: COELHO, Maria Célia Nunes et. al. (Orgs.) **Estado e políticas públicas na Amazônia**: gestão do desenvolvimento regional. Belém: CEJUP, 2001. p. 7-32

CASTRO, Edna. Urbanização, pluralidade e singularidade das cidades amazônicas. In: CASTRO, Edna (Org.) **Cidades na floresta**. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2009. pág. 11-39

CASTRO, Iná Elias. **Geografia e política**: territórios, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CONAB. Companhia Nacional do Abastecimento. **Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras** - consulta de armazéns cadastrados. Acessado em 15/10/2009: http://www2.conab.gov.br/projcdaconsulta/seleciona_armazem.asp

CORREA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORREA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

COSTA, Wanderley Messias. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1991.

COY, Martin. Cidades pioneiras e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: Transformação sócio-econômica e desafios para o planejamento nas frentes pioneiras. **Geosul**, ano 10, nº 19/20, p. 51-67, 1995.

COY, Martin. Desenvolvimento regional na periferia amazônica. Organização do espaço, conflito de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de “fronteira”: o caso de Rondônia. In: AUBERTIN (org.) **Fronteiras**. Brasília/Paris: UNB/ORSTOM, 1988. p. 167-194

COY, Martin. Problemas atuais de colonização e desenvolvimento rural numa fronteira agrícola na Amazônia brasileira e a resposta do Estado: O caso de Rondônia. In: EMBRAPA/CPATU (org.). **I Simpósio do Trópico Úmido. Anais**. Vol. VI: Temas Multidisciplinares, S. 321-331. Belém, 1986.

COY, Martin. Rondônia: frente pioneira e programa POLONOROESTE. O processo de diferenciação sócio-econômica na periferia e os limites do planejamento público. In: KOHLHEPP, G.; SCHRADER, A. (orgs.). **Homem e Natureza na Amazônia**. Tübinger Geographische Studien H. 95 (= Tübinger Beiträge zur Geographischen Lateinamerika-Forschung H. 3), S. 253-270. Tübingen, 1987.

COY, Martin; NEUBURGER, Martina. As frentes pioneiras na Amazônia brasileira entre globalização e sustentabilidade. **Boletín de Estudios Geográficos**, Universidad Nacional de Cuyo, 96, p. 97-127, 2000.

CRUZ, Montezuma. Vale do Guaporé: produção se perde sem transporte. **Jornal Diário da Amazônia**, Porto Velho, p. D-2, 21 de out. 2010.

DAVID, Maria Beatriz. **O papel atual da fronteira agrícola**. Textos para discussão IPEA, Brasília, 1984. 21 p.

DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges (Orgs.) **Economia e território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DOLFUSS, Olivier. **A análise geográfica**. São Paulo: Difel, 1973.

DOLFUSS, Olivier. **La mundialización**. Barcelona: 1999.

ELIAS, Denise. Agricultura científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. In: SOUZA, M. A. A. (Org.). **Território Brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003b. p. 315-340.

ELIAS, Denise. Expansão do Meio Técnico-Científico-Informacional. In: CARLOS, A. F. A. (org.) **Ensaio de Geografia Contemporânea - Milton Santos: Obra revisitada**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 210-219

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto**. São Paulo: Edusp, 2003a.

ELIAS, Denise. Integração competitiva do semi-árido. In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado. **Modernização excludente**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. pág. 11-36.

ELIAS, Denise. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria da Encarnação; SOBARZO, Oscar (Orgs). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. pág. 279-303

ELIAS, Denise. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, Glaucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo (Orgs). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007. Pág. 49-66.

ELIAS, Denise. Região de Ribeirão Preto (SP): o Brasil agrícola moderno. **GEOUSP**, USP, nº 1, São Paulo, 1997. p. 73-83

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (orgs.) **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

FERNANDEZ, Victor Ramiro. **Desarrollo regional, espacios nacionales y capacidades estatales**: redefiniendo el escenario global-local. Santa Fé: Ediciones UNL, 2003.

FERNANDEZ, Victor Ramiro; AMIN, Ash; VIGIL, José Ignacio (comp.). **Repensando el Desarrollo Regional**: contribuciones globales para una estrategia latinoamericana. Buenos Aires/Madri: Mino y Dávila Editores/Universidad Nacional Del Litoral, 2008.

FERREIRA, Manuel Rodrigues. **A ferrovia do diabo**: história de uma estrada de ferro na Amazônia. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1982.

FILHA, Irene Garrido. Mineração da cassiterita. In: VALVERDE, Orlando (coord.) **A Organização do Espaço na faixa da Transamazônica**: introdução sudoeste amazônico e regiões vizinhas. Rio de Janeiro: IBGE/INCRA, 1979. v. 1., p. 181-202.

FILHO, Francisco Romualdo de Sousa. Política agrária brasileira na transformação do espaço da fronteira Amazônia: o exemplo de Rondônia. **Paper do NAEA**, 67, 33 p., setembro, 1996.

FILHO, Gerino Alves da Silva. Toponímia de Rondônia. **Revista Brasileira de Geografia**. n. 3, v. 57, p. 39-61, jul./set., Rio de Janeiro, 1995.

FLORIT, Luciano. **A reinvenção social do natural**: natureza e agricultura no mundo moderno. Blumenau: Edifurb, 2004.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do cerrado**: expansão dos *fronts* agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. São Paulo, 2008. Tese de Doutorado (Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo) 273 f.

GALVÃO, A. C. F.; BRANDÃO, C. A. Fundamentos, motivações e limitações da proposta do “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento”. IN: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (orgs.) **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003. p. 187-205.

GOTTMAN, Jean. **La politique des États et leur géographie**. Paris: Armand Colin, 1952.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim do território” à multiterritorialidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Trad.: Carlos Szlak. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HENRIQUES, Maria Helena Fernandes de Trindade. A política de colonização dirigida no Brasil – um estudo de caso, Rondônia. **Revista Brasileira de Geografia**, 46 (3/4), p. 393-423, jul./dez., Rio de Janeiro, 1984.

HENRIQUES, Maria Helena Fernandes de Trindade. Os colonos de Rondônia: conquistas e frustrações. **Revista Brasileira de Geografia**, 48 (1), p. 3-42, jan/mar., Rio de Janeiro, 1986.

HUERTAS, Daniel Monteiro. **Da fachada Atlântida à imensidão amazônica: fronteira agrícola e integração territorial**. São Paulo: Annablume/FAPESP/BASA, 2009.

IANNI, Otávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário – 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Rio de Janeiro, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das Cidades**. Rio de Janeiro, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – **SIDRA**. Várias consultas: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>

ISNARD, Hilderbert. **O espaço geográfico**. Coimbra: Almedina, 1982.

LACOSTE, Yves. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra**. 3 ed. Campinas: Papirus, 1993.

LEAL, Paulo Nunes. **O outro braço da cruz**. Porto Velho: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1984?.

LEFEVBRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEITE, Sérgio et. al. Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais. In: MIRANDA, Carlos; TIBÚRCIO, Breno (org.) **Articulação de políticas públicas e atores sociais**. Brasília: IICA, 2008. pág. 69-169.

LIMA, Luiz Cruz. Dinâmicas territoriais em espaços da globalização. In: SILVA, José Borzacchiello; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (Orgs.) **Panorama da geografia brasileira 1**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 95-108

MACHADO, Lia Osório. A fronteira agrícola na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, vol. 54, n. 2, abr./jun., 1992.

MACHADO, Lia Osório. Significado e configuração de uma fronteira urbana na Amazônia. In: **Fronteira Amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília/Rio de Janeiro: Editora UNB/Editora UFRJ, 1990b. p. 115-130.

MACHADO, Lia Osório. Sistemas “longe do equilíbrio” e reestruturação espacial na Amazônia. **Cadernos do IPPUR**, ano IX, nº 1/4, jan./dez., 1995, p. 83-106.

MACHADO, Lia Osório. Urbanização e migração na Amazônia legal: sugestão para uma abordagem geopolítica. In: **Fronteira Amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília/Rio de Janeiro: Editora UNB/Editora UFRJ, 1990a. p. 107-113.

MACLEOD, Gordon. El replanteo del Nuevo Regionalismo: globalización y la nueva versión del espacio económico político. In: FERNANDEZ, Víctor Ramiro; AMIN, Ash; VIGIL, José Ignacio (comp.). **Repensando el desarrollo regional**: contribuciones globales para una estrategia latinoamericana. Madri/Buenos Aires: Miño y Davila Editores, 2008. pag. 147-182.

MADOERY, Oscar. **Otro desarrollo**: el cambio desde las ciudades y regiones. 1 ed. San Martín: UNSAM EDITA, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Fronteiras**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico de frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**. Revista de Sociologia USP, São Paulo, 8 (1): 25-70, maio, 1996.

MATTOS, Meira. **Brasil, geopolítica e destino**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora/José Olympio, 1975.

MATTOS, Meira. **Geopolítica e trópicos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1984.

MATTOS, Meira. **Uma geopolítica Pan-Amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980.

MELLO, Neli Aparecida. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume Editora, 2006.

MELO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da Geopolítica?** São Paulo: Hicitec/Edusp, 1999.

MENDES, Constantino Cronemberger. Brasil policêntrico e planejamento territorial de longo prazo. **Parcerias Estratégicas**, n.26, p. 283-297, Brasília, junho, 2008.

MENDES, Constantino Cronemberger. O estado da política e do planejamento regional recente. **Boletim Regional e Urbano**, n.01, p. 67-72, Brasília, dez., 2008a.

MESQUITA, Helena Angélica de. Corumbiara: o massacre dos camponeses. Rondônia/Brasil 1995. **Scripta Nova**, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119 (41), 2002. [ISSN: 1138-9788] <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-41.htm>

MESQUITA, Myrian G. G. Coelho. Transportes. In: IBGE. **Geografia do Brasil: Região Norte**. Rio de Janeiro: IBGE, 1977. v. 1. p. 273-321.

MESQUITA, Myrian G. G. Coelho; EGLER, Eugênia Gonçalves. Povoamento. In: VALVERDE, Orlando (coord.) **A Organização do Espaço na faixa da Transamazônica**: introdução sudoeste amazônico e regiões vizinhas. Rio de Janeiro: IBGE/INCRA, 1979. v. 1., p. 56-79

MIRANDA, Mariana. Colonização e reforma agrária. In: BECKER, Bertha; MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia Osório. **Fronteira Amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília/Rio de Janeiro: Editora UNB/Editora UFRJ, 1990. p. 63-74

MONBEIG, Pierre [1950]. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MONBEIG, Pierre [1954]. **O Brasil**. 6. ed., São Paulo: Difel, 1985.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e historia no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

MOREIRA, Roberto José. **Terra, poder e território**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MOREIRA, Ruy. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (Orgs.) **Brasil século XXI**: por uma nova regionalização? agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad, 2004. pág. 123-152

NEPO. Núcleo de Estudo da População. **Sistematização das informações censitárias sobre migração – Estado de Rondônia**. Campinas: UNICAMP/NEPO, 1999. 44 p.

NOGUÉ, Jose. Geografia política. In: HIERNAUX, Daniel; LINDÓN; Alicia (Direc.). **Tratado de Geografia Humana**. Barcelona/México: Anthropos Editoprial/UAM, 2006. pág. 202-219

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Algumas questões sobre a Amazônia como “fronteira”. **Boletim Paulista de Geografia**. n. 77, pág. 39-55, São Paulo, AGB, abr., 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. 162 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Fronteira Amazônica Mato-Grossense: Grilagem, Corrupção e Violência**. São Paulo: USP – FFLCH. Tese de Livre Docência em Geografia. 1997.

OLIVEIRA, José Lopes. **Rondônia, geopolítica e estrutura fundiária**. Porto Velho: Grafriel Editora, 2010.

OSORIO, Carlos. Migrações recentes e desigualdades. **ANAIS**, I Encontro Nacional da ABEP, p. 600-619, Campos do Jordão, outubro, 1978. Acessado em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1978/T78V01A20.pdf>

PEDRÃO, Fernando. Tendências históricas e vontade política na formação espacial do Brasil. IN: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (orgs.) **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003. p. 157-170.

PERAFAN, Mireya Eugenia Valencia. **O território do desenvolvimento e o desenvolvimento dos territórios: o novo rosto do desenvolvimento no Brasil e na Colômbia**. UNB, Brasília, 2007. 302 p. (Tese de doutorado no Centro de Pós-Graduação e Pesquisa sobre as Américas - CEPPAC)

PESSOA, Vera Lúcia Salazar. Meio técnico-científico-informacional e modernização da agricultura: uma reflexão sobre as transformações no cerrado brasileiro. In: MARAFON, Glaucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo (Orgs). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007. Pág. 255-269.

RACINE, J. B; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 45 (1): 123-135, jan./mar de 1983.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATTNER, Henrique; UDRY, Olivier. **Colonização na fronteira amazônica: expansão e conflitos**. São Paulo: IPE-USP, 1987.

REBORATI, Carlos. Fronteras agrarias en América Latina. **Cuardenos Críticos de Geografía Humana**, ano XV, nº 87, Universidad de Barcelona, 1990.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 5 ed., Rio de Janeiro/Manaus: Civilização Brasileira, 1982.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Pequena reflexão sobre as categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida (org.). **Território Brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Territorial, 2003. p. 29-40.

RIBEIRO, Miguel Angelo Campos; ALMEIDA, Roberto Schmidt. Reorganização do sistema viário na região de influência da BR-364. **Revista Brasileira de Geografia**. v. 51, n. 3, jul./set., Rio de Janeiro, 1989.

RICHTA, Radovan. **La civilización en la encrucijada**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1971.

RONCAYOLO, Marcel. Tempos geográficos e construção dos espaços na análise de Pierre Monbeig. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). **Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira**: a dinâmica da transformação. Bauru: Edusc, 2006. p. 117-128

RONDÔNIA. Agência de Defesa Sanitária e Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia. **Informe semestral de campo referente a 26ª etapa de vacinação contra febre aftosa** - período 15/04/09 A 15/05/2009, 2009.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Social. **Crescer é nosso compromisso**: relatório de gestão 2008. Porto Velho, SEDES, 2008. 146 p.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. **Produto Interno Bruto (PIB) do estado e dos municípios de Rondônia - 2002 - 2005**. Porto Velho, SEPLAN, 2008. 124 p.

ROSSINI, Rosa Ester. Nas atividades econômicas a modernidade tecnológica exclui homens e mulheres. Incorpora mais a mulher na cidade e menos no campo. **Geousp**, São Paulo, v. 12, p. 47-56, 2002.

ROSSINI, Rosa Ester. O trabalho da mulher na agricultura canavieira altamente tecnificada e capitalizada – São Paulo – Brasil. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **América Latina**: cidade, campo e turismo. Buenos Aires/São Paulo: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales e Edusp, 2006. p. 225-242.

RUCKERT, Aldomar. Usos do território e políticas territoriais contemporâneas: alguns cenários no Brasil, União Européia e Mercosul. In: FIRKOWSKI, Olga Lucia C. Freitas (Org.) **Transformações territoriais**: exemplos e desafios. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. p. 17-37

RÜCKERT, Aldomar; RAMBO, Anelise. Metodologia das escalas geográficas de poder e gestão aplicada à análise de desenvolvimento em quatro territórios rurais no Brasil. **Confinis**, n. 8, 2010. <http://confinis.revues.org/index6370.html>

SANTOS, Milton [1979]. **Economia Espacial**: críticas e alternativas. Trad. Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, Milton [1985]. **Espaço e método**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton [1988]. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2008b.

SANTOS, Milton [1993]. **A urbanização brasileira**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2005b.

SANTOS, Milton [1994]. O retorno do território. In: SANTOS, M; SOUZA, M. A. A; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. 5 ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 2002, pag. 15-20.

SANTOS, Milton [1994]. **Técnica Espaço Tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: SANTOS, M; SOUZA, M. A. A; SCARLATO, F. C; ARROYO, M. (Orgs.). **O novo mapa do mundo**: Fim de século e globalização. 2ª ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994. pag. 15-22.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo - razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005a.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, ano. 1, nº 1, p. 7-13, 1999.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton. O papel ativo da geografia. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, nº 9, p. 103-109, jul/dez., 2000a.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, p. 15-26, 1999.

SANTOS, Milton. Organização do espaço e organização social: o caso de Rondônia. **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 51-77, 1982.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 3 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000b.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura [2001]. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 8 ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora Record, 2005.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SARTRE, Jean-Paul [1960]. **Crítica da razão dialética** – precedido por Questões de método. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SEBASTIAN, Gómez Lende. Sistemas de objetos y sistemas de acciones: produccion del espacio y construccion social de la naturaleza. **Revista Geográfica Venezolana**, vol. 47 (2), 225-256, 2006.

SENE, Eustáquio. **Globalização e espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2003.

SILVA, Amizael Gomes. **No rastro dos pioneiros**: uma pouco da história rondoniana. Porto Velho: SEDUC, 1984.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton et. all. **Território territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. pág. 283-312.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SILVA, Marilene Correa. **Metamorfoses da Amazônia**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Agronegócio e novas dinâmicas territoriais em Rondônia. In: **X Simpósio Nacional de Geografia Urbana** - Trajetórias da Geografia Urbana no Brasil: tradições e perspectivas, Florianópolis, 2007. v. 1. Anais, 15 pág. ISBN 978-85-61223-00-7

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. **Avanços dos espaços da globalização**: a produção de soja em Rondônia. Porto Velho, 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente), Universidade Federal de Rondônia, 168 f.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Globalização e dinâmicas territoriais em Rondônia – Região Amazônica. **Geograficando**. Revista de Estudos Geográficos, v. 5, n. 5, p. 41-61, La Plata, 2009.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método a metodologia. **Revista Território**, ano IV, n. 6, p. 21-28, jan./jun, 1999.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima. Complexo agroindustrial, rede e território. In: DIAS, Leila Chistina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima (org.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005. pág. 215-255.

SIMONDON, Gilbert. **El modo de existencia de los objetos técnicos**. Buenos Aires: Prometeu Libros, 2007.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida (org.). **Território Brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003.

SOUZA, Miguel. **A saída para o Pacífico**. Porto Velho: CNI/FIERO, s/d. 224 p.

SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria da Encarnação; SOBARZO, Oscar (Orgs). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SPOSITO, Maria da Encarnação; WHITACKER, Arthur Magon (Orgs). **Cidade e Campo**: relações e contradições entre o urbano e rural. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A continuidade de uma forma de Dominação, do Estado Novo à Nova República. **Reforma Agrária**, 25 (1), p. 39-64, jan-abr, 1995.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Política de colonização agrícola e o protesto camponês. **Ensaio FEE**, 6 (2), p. 127-140, Porto Alegre, 1985.

THEIS, Ivo Marcos (org.) **Desenvolvimento e território**: questões teóricas, evidências empíricas. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

THERY, Hervé. **Configurações territoriais na Amazônia**. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Coordenação da Amazônia, Brasília, 1999. 68 p.

THERY, Hervé. Les franges pionnières, un complexe géographique. In: **Pierre Monbeig**: un géographe pionnier. Paris: IHEAL, 1991. p. 81-93

THERY, Hervé. **Rondônia - Mutations d'un Territoire fédéral em Amazonie Brésilienne**. Paris, Université Paris I, 1976. 233 p. (Tese de Doutorado)

THERY, Hervé. **Routes et déboisement en Amazonie brésilienne**: Rondônia 1974-1996. *Mappemonde*, pp. 35-40, n° 97/3, 1997.

THERY, Hervé. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. **Estudos Avançados**. vol.19, n.53, p.37-49, abril, 2005.

THERY, Hervé; DROULERS, Martine (Coord.). **Pierre Monbeig**: un géographe pionnier. Paris: IHEAL, 1991.

THERY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida. **Atlas do Brasil**: disparidades e dinâmicas do território. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2005.

TOURINHO, Luiz. **Brasil**: um salto para o futuro. 1 ed. Porto Velho: Edição Sebrae/RO, 1994.

TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro. Pensando a concepção de Amazônia. SILVA, José Borzacchiello; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (Orgs.). **Panorama da geografia brasileira 1**. São Paulo: Annablume, 2006. pág. 355-364

TRINDADE JR, Saint-Clair; CARVALHO, Guilherme; MOURA, Aldebran; NETO, João Gomes (orgs.) **Pequenas e médias cidades na Amazônia**. Belém: FASE/ICSA-UFPA, 2009.

TURNER, Frederick Jackson. **The frontier in American history**. New York: Henry Holt and Company, 1940.

VALLAUX, Camille. **El suelo y el Estado**. Madri: Daniel Jorro Editor, 1914.

VALVERDE, Orlando (coord.) **A Organização do Espaço na faixa da Transamazônica**: introdução sudoeste amazônico e regiões vizinhas. Rio de Janeiro: IBGE/INCRA, 1979. v. 1

VELHO, Otavio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

WAIBEL, Leo. As zonas pioneiras no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. n. 4, ano XVII, out./dez., Rio de Janeiro, 1955.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: SUPREN, 1958.

WITTMANN, Milton Luiz; RAMOS, Marília Patta (org.) **Desenvolvimento regional**: capital social, redes e planejamento. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.

APÊNDICE I

Mapa 20 – Sistema de transporte da soja na Amazônia

APÊNDICE II

Mapa 21 – Rondônia: rede bancária privada (2010)

Mapa 22 – Rondônia: rede bancária pública (2010)